

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

SILVA, Geraldo Cândido da. Geraldo Cândido da Silva (depoimento, 2015). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (6h 54min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FAPERJ) e FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FAPERJ). É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Geraldo Cândido da Silva
(depoimento, 2015)**

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Angela Moreira Domingues da Silva; Dulce Chaves Pandolfi;

Técnico de gravação: Ninna Carneiro;

Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

Data: 26/03/2015 a 14/04/2015

Duração: 6h 54min

Arquivo digital - áudio: 8; Arquivo digital - vídeo: 8; MiniDV: 8;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Arqueologia da reconciliação: formulação, aplicação e recepção de políticas públicas relativas à violação de direitos humanos durante a ditadura militar”, desenvolvido pelo CPDOC em convênio com a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e parceria com a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, entre maio de 2014 e setembro de 2015. O projeto visa, a partir das entrevistas cedidas, a criação de um banco de entrevistas com responsáveis por políticas públicas relativas à violação de direitos humanos durante a ditadura militar.

Temas: Casamento; Central Única dos Trabalhadores; Cinema; Departamento de Ordem Política e Social - DOPS; Exército; Família; Golpe de 1964; Greves; Jornalismo; Literatura; Militância política; Partido Comunista Brasileiro - PCB; Partido dos Trabalhadores - PT; Rio de Janeiro (cidade); Rio Grande do Norte; São Paulo; Sindicalismo; Sindicatos de trabalhadores; Violência;

Sumário

1º entrevista: 26.03.2015 Arquivo 1: Nascimento em 1940, na cidade de Pedro Velho (RN), no meio rural; residia em um sítio localizado à margem do rio Curimataú; escola na qual estudou; precisou sair da escola na terceira série, para trabalhar com o pai na roça e ajudar a família; situação de muita precariedade e fome no interior do Nordeste; aprendeu a ler cedo; literatura de cordel; cantadores de viola; boi de reis; festas de São João; comemoração do pessoal da UDN quando da morte de Getúlio Vargas em 1954; os trabalhadores e camponeses não comemoravam a morte de Getúlio Vargas em 1954; pai era do Exército na época da Revolta Comunista de 1935; mudança da família para a cidade de Montanhas (RN), distrito de Pedro Velho, quando era adolescente; serviu ao exército com 17 anos e saiu como reservista; mudança para o Rio de Janeiro em pau-de-arara, em viagem que durou por volta de duas semanas, procurando formas de sobrevivência; ficou com o tio, no bairro de Olaria; ausência de água encanada na comunidade; trabalho em uma fábrica de madeira, em Bonsucesso; tirou documentos, além da certidão de nascimento, quando chegou no Rio de Janeiro; contato com o conteúdo do jornal Semanário, por meio de um colega da fábrica; trabalho na fábrica Castrol do Brasil, em Bonsucesso; campanha salarial e o sindicato dos trabalhadores e as empresas não fizeram acordo; greve dos trabalhadores da Castrol; “greve de solidariedade”; foi demitido por participar de piquete; trabalho no setor metalúrgico da fábrica de tinta Ypiranga; começou a estudar à noite, em uma escola em Olaria.

Arquivo 2: Concurso para fazer o ginásio no Colégio Estadual; doação de parte do seu arquivo para a UFRJ; dificuldade de trabalhar de dia e estudar à noite; importância de ter estudado; início da militância no PCB a partir de 1962; contato com o jornal A Voz Operária; passa a distribuir o jornal; impressões sobre João Goulart e Leonel Brizola; participou do Comício da Central do Brasil; leitura das obras de Georges Politzer, Maximo Gorki, Nikolai Ostrovski; impressões sobre Carlos Prestes; leitura de “O cavaleiro da esperança” e de “O Subterrâneo da Liberdade”, de Jorge Amado; acidente de trabalho na Ypiranga; trabalho na fábrica de azulejos Klabin Irmãos e Companhia, em 1966; presenciou a Revolta dos Marinheiros, no Sindicato dos Metalúrgicos, em 1964; admiração política por Karl Marx; dia do golpe de 1964 e reações das pessoas; impressões sobre o PCB; eleições para governador de estado em 1965; integra a Ala Vermelha e participa de uma célula na região da Leopoldina; golpe civil-militar; aumento da repressão ditatorial; quente e emblemático ano de 1968; morte do estudante Edson Luís e passeata dos 100 mil; infiltração dos agentes repressivos nas comunidades por meio de cooptação a trabalhadores; ficou na Klabin entre 1966 e 1973; curso de especialização de mecânico geral no Senai; estratégias de

militância, como as pichações; visita à sua família em Pedro Velho, entre 1963 e 1964; estratégias para distribuição de panfletos. 2º entrevista: 07.04.2015 Arquivo 1: Militância na Ala Vermelha; promoção após o curso de especialização no Senai; panfletagem nas fábricas; participação política nas assembleias do sindicato; infiltração de agentes na fábrica; levado para o Dops com mais quatro colegas, liberados no mesmo dia; demissão da Klabin; casamento; nascimento dos filhos; problema do tráfico na favela de Manguinhos, onde morava com a família; trocou o barraco de Manguinhos com um morador do Alemão; dificuldade em arranjar emprego depois da passagem pelo Dops; trabalho na GE, em 1974, de onde foi demitido depois de três meses; trabalho na metalúrgica Fabrimar, de onde foi demitido dois meses e quinze dias depois; trabalho em uma fábrica de óculos, de onde foi demitido quinze dias depois; trabalho na Companhia Nacional de Tecidos Nova América, de onde foi demitido seis meses depois; trabalho como mecânico de manutenção no aeroporto do Galeão; precisou apresentar atestado ideológico no Galeão, que era área de segurança nacional; foi ao Dops, mas não conseguiu o atestado e foi demitido; começou a fazer o jornal Tacape, junto com outros companheiros; panfletagem em estaleiros; um dos companheiros foi preso durante a panfletagem e torturado; a polícia arrombou o apartamento onde elaboravam o jornal Tacape; militância em movimentos de bairro e em associações de moradores no Alemão; existência de comissão de água e comissão de luz; solidariedade entre vizinhos; militância na pastoral operário e na pastoral da favelas, apesar de ser ateu; importância dos padres progressistas na luta contra a ditadura; escolha da filha em ser freira e sua vinculação coma Ordem Terceira de São Francisco; movimento para ocupação de terreno em Ramos, para construção de moradia; movimento bem sucedido para desapropriação do terreno pela Prefeitura; assassinato de um companheiro da associação de moradores por traficantes; projeção de filmes em tela de pano para os moradores da favela. Arquivo 2: Importância do trabalho da Pastoral para a ligação com os movimentos populares e os movimentos comunitários; assistência aos moradores da favela; aprovado em concurso para trabalhar no metrô, em 1978, onde ficou até se aposentar; continuou militância na Pastoral; fundação da Associação Profissional de Metroviário (APROM/Rio), em 1979; criação da associação pré-sindical; apresentação do projeto de criação do Partido dos Trabalhadores (PT); campanha no metrô durante as greves do ABC; participação da reunião de fundação no Colégio Sion, em São Paulo, em 1980; eleito para integrar o diretório nacional do PT e ajudar a fundar o partido no Rio de Janeiro; fundação do sindicato dos metroviários em 1982; debate sobre criação de uma central sindical, em 1979; realização de plenária sindical nacional, na UFF, em Niterói, no Campos de Gragoatá, em 1979; realização da primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), em Praia Grande (SP), em 1981; criação da Comissão Nacional pró-CUT;

realização do Congresso em São Bernardo (SP), em 1983; interventores nos sindicatos durante a ditadura; defesa do novo sindicalismo; criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT); fundação da Associação de Moradores de Ramos (Amar); criação do jornal da Amar; luta pela não desativação do Posto de Assistência de Médica (PAM) do INSS em Ramos; presença do movimento do tráfico nas favelas; proposta de fundação da CUT: novo sindicalismo significando autonomia, combatividade, independência e uma estrutura sindical mais horizontal; grande presença de integrantes do PT na diretoria do sindicato; número alto de integrantes da categoria filiados ao sindicato; greve dos metroviários em 1990, durante o governo de Moreira Franco, quando trabalharam de graça para a população; demissão da diretoria do sindicato por desobediência civil contra a empresa; acusados na Delegacia de polícia e na Delegacia Regional do Trabalho; readmitidos por meio de negociação entre sindicato e Secretário de Transporte; discussão sobre temas de conjuntura nacional no âmbito dos sindicatos; realização de plenárias nacionais e estaduais, com representantes de cada sindicato. Arquivo 3: Impressões sobre a cobrança do imposto sindical; movimento para acabar com a CUT durante o governo do presidente Fernando Collor de Melo; importância da CUT; criação do Conselho Consultivo Regional (CCR) espalhados pelos estados, quando da criação do PT; muita adesão ao núcleo do PT no Alemão; participação dos militantes do MR-8; militância na FAVERJ, participando da atividade comunitária; participação das atividades pela anistia, na década de 1970; dificuldade de punir torturadores em decorrência da interpretação da Lei de anistia; crítica à Lei de anistia e à impossibilidade de anistiar companheiros políticos que tivessem cometido “crime de sangue”, uma vez que agentes repressivos torturaram e mataram foram anistiados, mesmo tendo cometido “crimes de sangue”; defesa de prisão para torturadores; eleições gerais de 1982; impressões sobre Leonel Brizola; apoio à candidatura de Lysâneas Maciel em 1982; campanha pelas Diretas Já!; vinculado à Tendência Marxista do PT; foi um dos eleitos para dirigir a CUT; governo Sarney, inflação e Plano Cruzado; debate para decidir a qual central sindical internacional a CUT iria se filiar; desligamento da diretoria da CUT e militância pela base; impressões sobre Lula; militância na CUT pela base; candidato a deputado constituinte. 3º entrevista: 14.04.2015 Arquivo 1: Mandato como senador; discussão em torno do seu nome como primeiro suplente de Benedita da Silva, eleita senadora em 1994; após a eleição continuou trabalhando no metrô; não apoiou a chapa formada por Garotinho e Benedita da Silva para governador e vice-governadora do Rio de Janeiro; após Benedita da Silva assumir como vice-governadora, tomou posse como senador; aposentou-se em 1998; impressões sobre o Senado Federal; apresentação de mais de trinta projetos voltados para as minorias; projeto destinado a promover reparação para os afrodescendentes;

projeto que propunha a gratuidade para o pagamento de água e luz para os desempregados; integrantes da sua assessoria; interlocução com integrantes de movimentos sociais; produção de livretos sobre como montar uma rádio comunitária, sobre alimentos transgênicos e sobre a Revolta da Chibata; parceiros políticos no Senado; impressões sobre o Eduardo Suplicy; abordagem do tema de um Congresso unicameral; estereótipo em torno do vestuário de um senador; único negro no Congresso naquela Legislatura; participação no Congresso Mundial de Combate ao Racismo e à Discriminação e a Xenofobia; homenagem, durante seu mandato, aos mortos e desaparecidos políticos; participação na CPI do futebol. Arquivo 2: Homenagem, durante seu mandato, aos mortos e desaparecidos políticos; repercussão nos movimentos sociais; atuação dos “lobistas” no Senado; elaboração do relatório final da CPI do futebol; campanha do Lula para presidente, em 2002; aliança do PT com outros partidos; crítica ao governo Lula; algumas ações sociais do governo Lula importantes; impressões sobre Eduardo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados; filiação à Associação Nacional dos Anistiados Políticos, Aposentados e Pensionistas (ANAPAP); criação da Comissão de Anistia; criação da é União de Mobilização Nacional pela Anistia (UMNA); situação dos familiares de mortos e desaparecidos na Guerrilha do Araguaia; processos de anistia e depoimento de ex-presos integrando o arquivo da ANAPAP; Comissão de Reparação do Estado do Rio de Janeiro; articulação de movimento conjunto entre UMNA, ANAPAP, Coletivo RJ Memória, Verdade e Justiça, entre outros, para pressionar o governo do estado pela prorrogação do funcionamento da Comissão de Reparação; composição da Comissão de Reparação; debate sobre reparação pecuniária; projeto de lei para criação da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro; nomeação para Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro; única pessoa de origem operária indicada para integrar uma comissão da verdade no país; funcionamento da Comissão da Verdade no prédio da OAB. Arquivo 3: Pouca infraestrutura recebida do estado para o funcionamento da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro; atividades iniciais da Comissão; investigação nos arquivos da CSN, em Volta Redonda; dificuldade em acessar os arquivos da FeNeMê; concentração dos trabalhos da Comissão investigando o período da ditadura militar; divisão do trabalho no âmbito da Comissão; trabalho dos assessores da Comissão; realização das audiências públicas; comentários sobre o cenário político, cultural e artístico da sua geração; resistência à ditadura; importância de ter lutado contra a ditadura.

Entrevista 26/03/2015

A. S. – Em primeiro lugar, senhor Geraldo, eu gostaria de agradecer sua disponibilidade em vir aqui conversar conosco, e, em geral, nós começamos essas entrevistas pedindo para o nosso entrevistado contar um pouco sobre a sua infância, data de nascimento, formação escolar, sua vida familiar.

G. S. – Eu agradeço o convite, a oportunidade de conversar com vocês, então eu vou começar a falar da minha vida ao longo da infância, não é isso? Posso atender o telefone?

A. S. – [Inaudível 01:07]

G. S. – Podemos?

A. S. – Vamos lá!

G. S. – Eu nasci lá no Rio Grande do Norte, no interior, sou de origem camponesa. Minha família morava na área rural. A cidade era pequena, lá no interior, uma cidade chamada Pedro Velho, mas a gente não morava nem na cidade, morava no campo, a gente morava em um sítio lá. Era um lugar, assim, que, de vez em quando, eu fico pensando, lembrando. Tem umas lembranças nossas de infância que a gente não esquece, impressionante. Você pode esquecer daquele que você... Que aconteceu com você nos últimos tempos, mas as anteriores ficam gravadas no nosso cérebro, acho que a gente... Eu sou assim. Então, fico lembrando as coisas, quando eu tinha cinco anos de idade, eu lembro dessa época ainda. E aí a gente morava nessa... Lá o local era um sítio, ficava na margem de um rio chamado rio Curimataú. Esse rio é um rio temporário, que ele nasce lá no Estado da Paraíba, lá para os lados da Cajazeira. Ele corta o Estado da Paraíba, desemboca no Rio Grande do Norte, e vai desaguar no oceano, no município de [inaudível 02:20], que é município vizinho de Pedro Velho, uma cidade lá. Eu lembro desse rio, de vez em quando, era um rio temporário, mas dava umas enchentes enormes. Enchente de assustar os moradores. Às vezes algumas casas estavam muito próximas,

dependendo da enchente, até atingia as casas das pessoas. Uma vez, quase carregou a nossa casa. Foi em 1946, eu estava com seis anos, eu nasci – é para falar a data de nascimento, não é?

A. S. – É, o ano.

G. S. – Eu nasci em 19 de fevereiro de 1940. E aí, tinha lá uma capelazinha, lá perto da nossa casa, lá onde eu fui batizado. Nessa capela de São José, que era o padroeiro lá da comunidade. E uma vez, uma dessas enchentes quase levou a nossa casa. A água chegou a entrar dentro de casa, mais ou menos meio metro de altura, na casa, mas não derrubou a casa, depois foi baixando. E a gente ficou meio assustado porque, quando dá essas enchentes, razia muitos animais essas enchentes. Aí vinha cobra, vinha um monte de insetos. Vinham bichos venenosos, levando tudo. Os insetos iam para entrar nas casas, era a maior dificuldade. Mas era assim, essa igreja faz as festas do mês de maio, que é chamado o mês de Maria. Lá no Nordeste, é muito uma tradição do povo, fazia novena, o pessoal ia lá. Cada morador, ele era responsável por uma noite de festa. Então, aquela pessoa comprava os enfeitezinhos para botar na igreja, as pessoas botavam lá aqueles papeizinhos, colocavam fogos, para soltar, foguetes, não sei o quê... Cada um tinha uma noite. E havia disputa para ver quem ia fazer a noite mais bonita [risos]. Os moradores da comunidade lá, cada um se esforçava para fazer a noite mais bonita. Seu Francisco, meu pai se chamava Francisco Cândido. Seu Francisco Cândido fazia uma noite bonita, comprou fogos, não sei o quê, aquele negócio todo. De vez em quando, também, a gente fazia um negócio que chamava vaquejada. Era um espaço grande, igual um campo de futebol, e aí os caras traziam cercado de arame farpado, aí vinham os moradores, até de alguns municípios próximos, trazia gado, vaca, boi, para correr lá. Os vaqueiros montando nos cavalos e correndo. Até hoje ainda tem. Eu fui lá, há pouco tempo, na minha terra, no Rio Grande do Norte, e tinha lá uma vaquejada. Depois que eu fiquei adulto, que eu tomei consciência das coisas, eu acho aquilo um absurdo. Eu acho, porque, realmente, aquilo maltrata muito os animais. Tanto o boi, porque eles soltam o boi, vai um para cada lado. Não sei se você já viu esse tipo de atividade, você já deve ter visto. E aí o cara pega na cauda do bicho e enrola na mão para derrubar. O objetivo é derrubar o boi. Às vezes até arrancava a cauda do bicho, porque puxava com muita força, arrancava a cauda do bicho. Às vezes caía, quebrava a

perna, tinha que sacrificar o animal. Se bem que a carne de boi o pessoal come. De qualquer maneira, quer dizer, a forma como era feito... Matar o boi para a gente comer já é uma violência, imagina matar assim, por diversão. E aí, além do mais, os vaqueiros usam umas coisas no pé, chama espora, então, é um negócio assim, redondo, e tem umas pontas, até de aço, para bater no cavalo, para poder o cavalo correr. Então, eles vão correndo, e com os pés batendo na barriga do animal. Aquilo corta o animal, fica sangrando. Então, por esse motivo, depois que eu tomei consciência falei: - “Pô, isso é o maior absurdo, um negócio desses!”. Então, quando eu vou lá na minha terra, que tem lá, mas eu não vou mais assistir. Eu sou contra esse tipo de coisa, sou contra. Acho que isso devia acabar. Assim como na Espanha, aquela questão lá da tourada, também é outro absurdo, um negócio medieval. Até hoje ainda tem. Fui lá em Madri, fui participar de um curso de formação sindical, lá na Espanha, e os caras me puseram para ver aquele negócio, fui lá ver. Na metade do espetáculo, eu saí fora. Falei: - “Não vou assistir isso aí não”. Covardia. Você já viu, sabe o que é. Crava umas lanças no bicho, que é para abrir espaço para o cara cravar a espada no touro.

A. S. – É muito violento.

G. S. – Um negócio terrível. Um negócio medieval. Ainda tem. Tem uma lei, parece que modificaram, parece que não pode matar mais o boi... Um absurdo. Então, voltando à história lá do nordeste, na da minha terra. Com sete anos de idade, o meu pai me colocou em uma escolinha lá, uma escola particular. Aquelas mocinhas que estudam e fazem o curso primário, completo, até a quinta série, e sabiam um pouco, aí ensinava...

D. P. – Ensinava as outras?

G. S. – É. Ganhava, se fosse hoje, no valor de hoje, devia ser uns 15 reais, uma coisa assim, mais ou menos, perto de 15 reais. Aí fui para a escolinha, comecei a aprender. E eu aprendi a ler até rápido, comecei a ler rapidamente. Só que, quando eu estava na terceira série, meu pai me tirou da escola, disse que não podia mais pagar, e também, eu tinha que trabalhar para ajudar. Porque eu era o filho mais velho, o primogênito, então o mais velho ajuda a criar os mais novos. Ajudava o meu pai na roça, para limpar, plantar, todo o trabalho de roça.

A. S. – Quantos irmãos o senhor tem?

G. S. – 12 irmãos.

A. S. – 12? Com o senhor, 13?

G. S. – Não, 12...

A. S. – 12 filhos, ao todo?

G. S. – 12 filhos. Morreram quatro, ainda criança, e oito sobreviveram. Porque, na verdade, o pessoal lá do interior do nordeste, do Brasil inteiro, no interior, o cara que vive, é a sobrevivência, porque a situação é muito precária. O povo ficava pensando o seguinte: aquelas crianças – criança, assim, três/quatro anos de idade – nus, porque não tem roupa, anda nu. As meninas, as mães ainda põem uma calcinha, porque é menina. Anda pelado mesmo, porque não tem roupa. Não tem dinheiro para comprar roupa. E as crianças, com fome, comem barro, comem terra. Come barro para poder matar a fome. E aí comem barro, e aquilo é cheio de micróbios. As crianças, nessa faixa etária de cinco, seis anos de idade, tudo pequenininho, porque não crescem. São subnutridos, não crescem, e o ventre dilatado, porque é verme, muita quantidade. Aquelas crianças...

D. P. – Tomam aquelas “garapas”, não é? Açúcar.

G. S. – É. Mas aquilo alimenta, agora, comer barro... Por que come barro...? Mas é porque come com fome. Para poder, o estômago vazio, come barro. Hoje em dia isso acho que acabou, até. Mas, na minha época, era assim. Então, aquelas crianças subnutridas, todas elas com anemia, tudo anêmico, morria com mais facilidade. Qualquer doença matava aquelas crianças, porque morria de subnutrição. O organismo daquelas crianças é igual de quem é portador de aids. Frágil, qualquer doença pode matar. Até uma gripe pode matar uma pessoa. E as crianças morriam assim. Claro que isso eu fui pensar depois, naquela época, eu não tinha a menor ideia dessas coisas. Mas é assim que era a situação. Aí eu saí da escola com uns sete anos/ nove anos, na terceira

série, para ajudar a família. E tem um negócio interessante que eu estava pensando, eu saí da escola com sete anos, e assim, mais ou menos no primeiro ano, eu já aprendi a ler. A minha família era analfabeta. Meu pai era analfabeto, a minha mãe, meus avós, então, nem se fala. E os meus tios, irmãos da minha mãe, eram todos analfabetos. Mas como eu aprendi a ler cedo, o pessoal lá tem uma tradição de ler aqueles livros, que é literatura de cordel, aqueles livrinhos de cordel. Tinha história do pavão misterioso, tem um monte de história, cachorro dos mortos. E era um negócio legal. Então, o que acontece? Como eu sabia ler, eu era o cara que lia para todo mundo ouvir, de noite. Aí à noite, sentava na sala, na casa do meu pai, ou na casa do meu avô, que morava perto do meu avô. Lampião, aquele lampião de querosene, porque não tinha luz elétrica, era lampião. Mais próximo, para poder... E eu ficava lendo. E um monte de adulto assistindo a literatura de cordel, que eu ficava lendo para o pessoal [risos]. Mas não tinha diversão nenhuma, no interior, não tem diversão nenhuma, não tem luz elétrica, não tem nada, não tem nada para fazer. Aí, pelo menos, ou untava para conversar, ou então, às vezes apareciam uns cantadores de viola, que era muito legal também. Era muito comum, eles andavam pelo interior, os violeiros, tocadores de viola, e cantavam na casa de uma pessoa, e chegava lá, os caras : - “Vou fazer uma cantoria hoje, aqui!”. Aí o cara saía espalhando para todo mundo, todos os vizinhos lá, e tal. – “Vai ter a cantoria na casa de Fulano”. Todo mundo ia assistir. Aí colocava uma baciuzinha, cada um botava um dinheirinho, um trocadinho. O cara vivia daquilo, não tinha emprego, não tinha nada, ele vivia daquilo. O pessoal arrumava um dinheirinho lá, era réis, 100 réis, 50 réis, botava aquela moedinha para o cara. E cantava. Cantava um negócio legal, fazia desafio, fazia tema. Era o cara que parou de beber, o outro que quer beber, não sei o quê. Tem muita coisa, o povo tinha muita criatividade.

A. S. – Ele ia lá, improvisando?

G. S. – Improvisando. Dizia um tema, o cara fazia. Um fazia, o outro respondia. Essa era a diversão nossa, do povo lá. E, também, tinha outra diversão que aparecia muito, hoje eu não sei nem se ainda tem, que é chamado boi de reis. O boi de reis era um grupo de pessoas que andavam juntos, se apresentavam nos povoados. Aí tinha um cara que era feito um boi, mas era feito de pano, mas que uma pessoa ficava debaixo dele. Então,

o boi ficava dançando, fazendo aquelas coisas lá, e divertia o pessoal, porque era muito legal. Tinha outros...

D. P. – Mas isso era só na época de reis?

G. S. – Não...

D. P. – Ficava o ano todo?

G. S. – Era uma coisa permanente, ficava o ano todo.

D. P. – Tem a ver com a folia de reis, que o pessoal chama, hoje, no interior, de folia de reis?

G. S. – É, só que aqui é diferente. Folia de reis é um grupo de pessoas que saem cantando aquelas músicas, danças, e tal, mas a do nordeste tinha o Jaraguá, tudo mais. Tinha um monte de figuras que eles criaram, para poder o cara se vestir naquela figura, e dançava, fazia a apresentação. E eles cantavam músicas. Eram músicas da moda, na época. Eles aprendiam, e o conjunto todo cantava. Aí tinha um cara que pintava o rosto de preto, que era chamado “pinga fogo”, pintava o rosto de preto [risos]. Aí tinha o “pinga fogo”, tinha um tal de “Birico”, tinha o...

D. P. – Birigo?

G. S. – Birico. Era “Birico”, “pinga fogo”, não sei se era Mateus, era um terceiro nome. Que era tipo uns palhaços. Eram eles que faziam graça, que cantavam. E ficavam com uns troços na mão, igual “bate-bola”, batendo no chão, e tal. Eles também recitavam poesia. Tem uma poesia que um cara recitava, achei tão legal que eu decorei, nunca esqueci esse negócio. Era o seguinte, o cara dizia assim: “A Estrela Dalva é bonita, quando vem rompendo a aurora. As aves do campo chora, e os passarinhos grita. O soldado, na guarita, cobre a cara com o véu. O planeta que vem do céu. A Estrela Dalva é bonita.” Não é legal?

A. S. – É bonito.

G. S. – Sei que eu decorei esse negócio, nunca esqueci dessa poesia. Aí o cara declamava a poesia, aí passava com o chapeuzinho, o pessoal botava um dinheirinho. Então, era a diversão nossa. Era esse tal de boi de reis, com essas figuras que se vestiam, cantavam e dançavam, e não sei o que. E os violeiros, cantadores de viola, que fazia apresentação à noite, ou então o pessoal em casa lia livro de cordel, para poder, também, passar tempo, o pessoal se divertia.

A. S. – E no São João, como é que era? Tinha festa?

G. S. – São João tinha, até hoje tem. Fazia fogueira, São João, o pessoal... Tinha milho para comer na fogueira, assava milho, batata, e soltava fogos... Todas aquelas coisas. Tinha dança também, fazia dança, quadrilha. A quadrilha que fazia lá, só que agora é mais moderna. Era quadrilha mesmo, aquela roupa de chita, e tal. Calça remendada, chapéu de palha na cabeça, aquela mesma coisa. E cantava as músicas de quadrilha, e tinha, também, um outro tipo de apresentação folclórica, também, que era chamada pastorinha. As pastorinhas era um grupo de moças, que cantavam umas músicas, elas se vestiam, todas enfeitadas...

D. P. – Vermelho e azul?

G. S. – Não.

D. P. – Pastorinha não é de pastoril, não?

G. S. – É, mas tinha o chamado cordão. Era um cordão azul e encarnado.

D. P. – Vermelho?

G. S. – Mas não era...

A. S. – Encarnado.

D. P. – Eu fui pastorinha.

G. S. – Era azul e vermelho, não é? Mas eles chamavam de encarnado. Era o cordão azul e o cordão encarnado, que era o vermelho. E umas músicas bonitas, e as meninas faziam um palco, e elas subiam no palco, aquele grupo de mocinhas, e cantavam aquelas músicas. Era a maior diversão.

D. P. – Borboleta, tinha a borboleta que vinha, para apaziguar lá os ânimos.

G. S. – E tinha a música: “Eu sou uma borboleta...”.

D. P. – “No meio das flores, procurando quem me queira...” e aí vai.

G. S. – Aquilo foi muito legal.

D. P. – Quer dizer, São João, pelo menos na minha lembrança, que eu sou nordestina...

G. S. – Você é pernambucana, não é?

D. P. – Era uma grande festa, ficava impressionada. Maior do que natal.

G. S. – Caruaru, então, é mais. Hoje, inclusive, é a semana inteira de festa. Disputa com Campina Grande, na Paraíba. É o São João maior, o São João que tem mais gente, mais movimento.

D. P. – Vocês faziam fogueira, no São João, também?

G. S. – Fazia fogueira. Fazia. A tradição era fazer fogueira para assar milho, para comer o milho assado e batata assada na fogueira. E tinha o negócio do pessoal pular fogueira...

D. P. – Promessa, não é?

G. S. – Promessa, um monte de coisa.

A. S. – Santo Antônio, imagina! Santo Antônio, São João, São Pedro. Para cada santo tinha uma promessa diferente.

G. S. – Mas era assim a nossa diversão. A gente vivia nesse mundo assim. Eu sempre tive uma atenção, uma coisa, para política. Porque tinha lá um cidadão que era até um vereador. Morava lá também, era um proprietário, tinha lá uma, chamava de venda, que era...

D. P. – Uma venda, não é?

G. S. – Venda, que era um armazenzinho onde vendia as coisas. Chamava venda. Era venda porque o cara vendia [riso]. Então, o cidadão era vereador. Era um proprietarizinho, tinha terra, mais ou menos, bastante terra, gado. Era o homem, talvez, mais rico da região lá. E os mais ricos, o nome sempre prevalece. O cara era vereador, que era o homem que tinha mais poder econômico. E o meu pai ia lá conversar com ele, à noite, na venda dele lá, ficava lá conversando, às vezes eu acompanhava o meu pai. Aí ele falava – era da UDN. Um cara reacionário que era só o diabo. Udenista. UDN você sabe como é, não é? Eu tinha uns sete, oito anos de idade, mas eu acompanhava o meu pai, fiava ouvindo a conversa. E o vereador lá, esse reacionário, falava assim: - “Francisco, olha só. Você sabe que tem um negócio terrível, que é o chamado comunismo”. Meu pai: - “É, eu ouvi falar”. - “Isso é a pior coisa que existe no mundo. Lá na Rússia, lá quando as pessoas vão visitar a Rússia, estão proibidos de falar com os operários, para o operário não contar o que sofre lá, com violência, os trabalhadores”. Ele contando para o meu pai. Eu só ouvindo aqueles troços, e ele sabia ler. Nessa época, tinha uma revista chamada O Cruzeiro, uma revista até que acabou, O Cruzeiro. Então, ele tinha essa literatura, ele lia essa revista. Revista da época, tinha muito artigo político, ficava contando um monte de coisa lá.

D. P. – Você lia O Cruzeiro?

G. S. – Não.

D. P. – Você pegava para ler, não?

G. S. – Não pegava não.

D. P. – Ele não emprestava não? [risos]

G. S. – Não emprestava não. Só ouvia as conversas que ele contava, as conversas fiadas dele lá, contando para o meu pai. Meu pai e todos os moradores da comunidade, o pessoal que morava lá no norte. Propaganda anticomunista, da UDN. Eu lembro que, em 54, quando Getúlio morreu, nossa cidade teve uma festa lá. O pessoal da UDN fizeram a comemoração. O prefeito era da UDN, então eles colocaram uma música, tinha um serviço de alto falante, eles botavam, nos postes tinha, e falava para toda a cidade. Cidade pequena, mas para toda a cidade. Cantando música, era um hino que eles tinham, da UDN, era o hino da UDN e fizeram comemoração, beberam, comemoraram a morte de Getúlio Vargas. Mas o povo, o povo trabalhador, os camponeses, o pessoal, mesmo sem muita visão política, o pessoal não comemorou. Getúlio era um pai para aquele povo.

D. P. – Essa sua cidade tem, mais ou menos, quantos habitantes? Era uma cidade muito pequenininha?

G. S. – É, na época que eu estava lá, devia ter uns três mil habitantes, quando eu morava lá. Agora deve estar com uns 15 mil

D. P. – Naquela época eram uns três mil?

G. S. – Três mil, que era...

D. P. – E esse homem, quando fez esse... Ele conseguiu juntar gente na rua, nessa manifestação aí para comemorar a morte de Getúlio? Ele pôs alto falante..?

G. S. – Não, o alto falante era da cidade.

D. P. – Não, eu sei, mas botou uma música lá, avisando, comemorando?

G. S. – Música, falando, e cantando o hino assim: “Vitória, vitória, queremos cantar”, não sei o que... “Com amor e glória, queremos cantar”. Era o hino, parece que era o hino da UDN, se não me engano. Não sei bem não, mas acho que era da UDN. Era uma espécie de um hino tocando: - “Vitória, vitória, queremos cantar. Com amor e glória, queremos lutar...”, um negócio assim. “E cada brasileiro terá um fuzil”, não sei o que... Para defender o nosso Brasil. Mas aí, lá, os donos de lojinhas, os donos de terra, aqueles caras que tem condição melhor, mas bem [inaudível 21:38], e a maioria era da UDN. E eles começaram a comemorar, teve festa, juntaram para beber. Terrível, não é?

D. P. – E você, nessa sua memória infantil, nessa época, você com 10 anos, não é? Tinha 10 anos, nesse momento que ele se matou, em 54? Você nasceu em...?

G. S. – Não, tinha 14 anos já.

D. P. – 14 anos?

G. S. – Já era adolescente já.

D. P. – Você nasceu em 40, não é?

G. S. – É.

D. P. – Mas você lembra dessa... Você tinha uma simpatia por ele, ou não? Nesse momento, não depois.

G. S. – Por Getúlio?

D. P. – Por Getúlio.

G. S. – Tinha, porque o povo lá do interior, os camponeses, principalmente, falavam em Getúlio, e diziam: - “Ele é o nosso pai, é um homem muito bom, é o pai dos pobres”.

D. P. – Os camponeses falavam isso?

G. S. – Falavam isso.

D. P. – Mesmo sem a legislação estar lá no campo os camponeses falavam isso?

G. S. – Mas tinha alguma... Porque o pessoal recebia um salário, mais ou menos quase igual ao [inaudível 22:32], na época do Vargas. Ele baixou um decreto que o pessoal do interior se cadastrava lá no sindicato rural, e já recebia uma ajuda financeira, entendeu? Aí criou o salário-família, não sei o que... Eu sei que tinham algumas ajudas, eu não me recordo bem exatamente quais eram as coisas, mas eu sei bem que tinha um salário que o pessoal ganhava. era pouca coisa mas ajudava para o cara comprar o feijão, comprar o arroz, comprar, sei lá, uma roupa, qualquer coisa lá.

D. P. – E seu pai tem alguma simpatia por Vargas, ou não?

G. S. – Não, ele não se manifestava não. O que ele contava, às vezes, o meu pai às vezes contava, falava sobre a Intentona, o levante que teve lá, em 35. Ele estava no Exército, na época. Meu pai era soldado do Exército, na época, no 16RI. Depois acabei servindo lá também, no 16 RI. Mas na época do movimento, ele estava lá, mas ele, olha, meteu o pé. Foi embora [risos]. Ele não se colocou do lado, nem do pessoal que se revoltou, nem a favor, nem contra. O 16 RI se levantou, e eles tomaram o quartel. Então o cabo, que era o Giocondo Dias, foi o cabo que comandou o quartel, Giocondo era um cabo do Exército. Ele foi o comandante militar...

D. P. – Acabou se dirigindo para o Partido Comunista.

G. S. – É. Ele já era do Partido, naquela época, o Giocondo.

D. P. – Mas depois ele vai ser da direção, não é?

G. S. – Ele foi secretário-geral, um tempo atrás. Então, o Giocondo era cabo, e era um cara corajoso, e tomou o quartel, junto com o apoio de outros sargentos. O pessoal lá prendeu os oficiais, e tomaram o quartel. E o governador do Estado, nesse período, por uma semana, a revolta por lá, o levante lá, ele ficou uma semana como governador provisório, que era um sapateiro, chamado Praxedes. José Praxedes, que era um sapateiro ligado ao Partido Comunista, ele foi o chefe militar do governo, chefe civil do governo provisório, que foi um governo tipo o soviético [risos]. Só durou uma semana, porque os outros estados não apoiaram. Em Recife teve uma tentativa, mas não conseguiram. Na Paraíba, o Gregório Bezerra não conseguiu, mas incendiou o quartel. Botou fogo no quartel, o Gregório Bezerra, e queimou o 14º Batalhão. Mas aí as tropas vieram de Pernambuco e da Bahia, e cercaram o Rio Grande do Norte, e derrubaram o governo. E foi um problema, porque muita gente foi presa. Mandaram o pessoal para Fernando de Noronha, foi um problema sério. Isso nessa época. Essa história meu pai que contava.

A. S. – E ele falava tranquilamente sobre isso, ou com alguma reserva?

G. S. – Não, não tinha não, ele contava. Contava ele, falava muito sobre isso, e contava, inclusive, que teve um tenente, que era da polícia militar, que comandou um desses grupos. Ele organizou um grupo de pessoas, e levou um caminhão de armas e distribuiu para civis, e alguns soldados que acompanharam ele. Então, ele saiu... O tenente Rangel que faz, muito famoso lá na região, porque ele saiu o seguinte: saiu de Natal, indo para cidades do interior, e ia ocupando as cidades todas. Chegava nas cidades um grupo de homens armados, prendia o prefeito, e assumia e botava um cara para governar lá: - “O governo agora é nosso, um governo popular”. E escolhia um cidadão daqueles lá para assumir o governo municipal, mas tinha um cara lá, isso eles faziam também. Pegavam aquelas lojas que tinham negócios de comida e tecidos, e pegavam e distribuíam para o pessoal. Ele expropriou as coisas lá e começou a distribuir para a população. E ganhou mais apoio ainda, porque o cara saía distribuindo roupa para o pessoal, aquelas peças de tecido e de roupa, e comida, para a população. Só que depois que as tropas vieram de outros estados, abafaram o movimento. Só teve, no Rio de Janeiro, na Praia Vermelha, que um dos caras que ajudou... Um dos caras, não, um dos companheiros, foi Apolônio

de Carvalho. Apolônio de Carvalho foi um dos caras da Praia Vermelha, ali, nesse período. Essa época eu não vivia ainda, porque eu nasci um pouco depois, mas a história a gente sabe alguma coisa, através de ouvir as pessoas contarem. Então foi isso. Aí, quando eu estava com a idade de 14/15 anos, o meu pai mudou de lá, fui morar em uma cidadezinha, que era um distrito lá da cidade, e a cidade devia ter uns dois mil habitantes, uma cidade chamada Montanhas. Uma cidadezinha, que era distrito de Pedro Velho, que era a sede do município. Porque lá é assim: o município tem a sede principal, e tem vários lugarejos, e às vezes alguns crescem. Acabam também, alguns, depois... Essa cidade que meu pai foi morar lá, depois se emancipou, depois virou... Passou a ter autonomia. Fui morar lá. Mas aí, eu estudei só até a terceira série, fui morar lá nessa cidade, o meu pai tinha um pequeno comércio lá, vendia umas coisinhas lá, para ajudar, e continuava trabalhando na lavoura.

D. P. – Você com ele?

G. S. – Eu com ele lá, ajudando, participando de tudo. Aí, quando foi com 17 anos, e era época de uma eleição, o candidato a prefeito, ele fez o seguinte: ele foi nas casas das pessoas, convenceu as pessoas a alterar a data de nascimento das pessoas, para ser eleitor, para votar. Na minha certidão de nascimento foi alterada. Tive que tirar uma segunda certidão, aumentou a idade, eu votei... Porque, naquela época, o voto era...

D. P. – 21 anos.

G. S. – Não, 18 anos.

D. P. – 18, é.

G. S. – Eu tive que votar, votei e fui para o Exército com 17 anos, porque... 18 na certidão, mas fui para o Exército. Aí, com 17 anos, servi na 16 RI, servi o Exército. Acabou o serviço militar, eu voltei para casa, fazer o que? Cidade do interior, não tinha...

D. P. – Mas como é que foi a experiência no serviço militar? Você se adequou aquela vida do...?

G. S. – Mais ou menos.

D. P. – Da rotina do quartel...?

G. S. – Mais ou menos, eu, como sempre fui uma pessoa muito disciplinada, muito tranquilo... Tem uns que desertaram, alguns não aguentaram, desertaram, outros arranjaram confusão, briga, não sei o que, era preso. Eu nunca tive problema não. Acho que eu tive uma vez sim. Tive, uma vez, um problema com um cara lá, o cara me agrediu, e eu revidei, acabei sendo... Fiquei três dias preso por causa desse cara lá, mas porque ele me agrediu.

A. S. – Aí tinha que servir um ano, e aí...

G. S. – É, um ano.

A. S. – E você não quis ficar?

G. S. – Não quis ficar não, era um ano só, só para servir, e sai como reservista. E essas histórias também, lá de 35, do levante, além do que meu pai contou, também, essa história, também, uma parte eu ouvi de um... Tinha lá um sargento, subtenente, então, ele juntava os soldados para fazer palestra. Mas ele aproveitava a palestra para falar sobre... Devia ser algum simpatizante do PC, alguma coisa assim, ele contava essas histórias para os soldados: - “Aqui teve um negócio importante, aqui teve um levante...” [riso]. Não tinha nenhum superior perto, era ele que estava com a tropa, aí ele contava as histórias também. Contou muitas histórias lá. Esse cara devia ser algum simpatizante de PCB, alguma coisa assim. Aí, eu sai do quartel, vim para casa, falei: - “Eu vou para o Rio de Janeiro”, tentar sobreviver, uma sobrevivência, porque aquilo ali não tinha jeito. Aí vim para o Rio de Janeiro, vim morar na casa de um tio, lá em Olaria, no bairro de Olaria.

A. S. – Como foi a viagem?

G. S. – Levou, naquela época, foi, mais ou menos, umas duas semanas de viagem. Viajamos duas semanas, de pau de arara. Caminhão, os caras colocavam uns bancos de madeira no caminhão, de caminhão, sentava naquela madeira dura, cobria com uma lona, assim, e vinha com o pessoal dentro do caminhão. E aquele caminhão de pouca velocidade, estrada ruim, cheia de buraco, parava em tudo quanto é lugar.

D. P. – E vocês dormiam no caminhão, ou paravam na estrada? Como é que faziam para dormir?

G. S. – Às vezes parava em algum lugar. Quem tinha algum dinheiro, naquelas pousadzinhas, aqueles “pulgueiros” lá, os caras dormiam lá. Quem não tinha, dormia mesmo sentado no banco do caminhão, ou deitava lá. Duas semanas para chegar no Rio de Janeiro. Era muito ruim. Estrada horrível, e parava de noite para o pessoal... Que os ônibus quando vinham, tem dois motoristas que revezam, e tal, o pau de arara não tem esse negócio.

D. P. – Vocês pagavam?

G. S. – Pagava.

D. P. – Cada um pagava um tanto...?

G. S. – Pagava um tanto, era pagar a passagem.

D. P. – Era passagem mesmo?

G. S. – Eu sai lá do Rio Grande do Norte...

D. P. – Quem veio com você? Mais alguém? Você e...

G. S. – Da família vim só eu. Minha família ficou lá, vim sozinho.

D. P. – A ideia era o quê? Por que você veio para o Rio mesmo?

G. S. – Para tentar...

D. P. – Tentar a vida?

G. S. – Tentar a vida.

D. P. – Mas você tinha uma ideia do Rio de Janeiro? Tinha uma imaginação sobre... Achava uma cidade que lhe fascinava, ou não?

G. S. – Não, eu achava que era uma cidade grande para caramba, mas não tinha muita ideia do que era o Rio de Janeiro, não.

D. P. – Mas você veio com gosto, ou veio...?

G. S. – Não, eu vim porque estava procurando forma de sobrevivência, é a vida. Você não tem opção.

D. P. – Não tem escolha?

G. S. – Não tem escolha. Ou ia ficar lá trabalhando na roça, e sem futuro nenhum, ou então procurar uma cidade grande, onde eu pudesse arranjar um emprego, trabalhar, e tocar a minha vida.

D. P. – Seu pai e sua mãe concordaram? A sua mãe estava viva, nesse período?

G. S. – Estava. Concordou. E não podia tentar impedir, porque não havia como, era um negócio que...

D. P. – Mas eles estimularam...?

G. S. – Não estimularam em nada, se quiser ir, você que sabe...

D. P. – Foi uma coisa sua mesmo? Da sua cabeça?

G. S. – - “Você já serviu o Exército, você já é homem [risos]. Você já é homem feito, então você vai, se você quiser ir, você vai tentar a sua vida”. Como muitos vieram. Naquela época, então, vieram muitos nordestinos para cá, procurar trabalho. Era muita gente que vinha, e era condição de pau de arara, passar 10/ 15 dias na viagem, para chegar no Rio de Janeiro.

A. S. – E o senhor conheceu alguém aqui, no Rio, ou...?

G. S. – Vim morar com o meu tio.

A. S. – Ah, o seu tio morava aqui, já?

G. S. – Meu tio morava em Olaria, no bairro de Olaria. Morava lá em uma favela, no morro, ali perto do complexo, que hoje é o complexo da Vila Cruzeiro. Era próximo daquela igreja da Penha. Aquela igreja, lá no alto, então, era do lado direito da igreja, assim, a favela. Está lá a comunidade, até hoje, até pertinho da igreja. Quando era festa de outubro a gente gostava, porque estava pertinho da festa, que era a festa da Penha, era o mês todo de festa, o mês inteiro. Ainda hoje é assim, tem a festa lá. Mas era um problema, você imagina só, era um barraco de madeira, de tábuas...

D. P. – Mas espera aí, esse pau de arara parou aonde? O caminhão parou aonde? Deixou vocês aonde?

G. S. – Em São Cristóvão.

D. P. – E lá, como é que você foi?

G. S. – O ponto era em São Cristóvão, eu estava com o endereço do...

D. P. – Aí você pegou o ônibus?

G. S. – Peguei um ônibus. Eu estava com o endereço do meu tio, estava com o endereço dele, ele morava em Olaria, tinha o endereço dele. E que ônibus ia para Olaria. Ele falou: - “Olha, você pega o ônibus número tal, não sei o quê, que passa... Você desce na rua tal”. E foi fácil, até, achar.

D. P. – Você tinha uma mala?

G. S. – Mala de caixote, não era mala de... Era feita de madeira. Tinha até uma música [risos], que, como é que era? Que a maleta era um saco, e o cadeado era um nó [risos]. Mas eu tinha uma malazinha, mas foi de madeira, entendeu? É tipo um caixotezinho de madeira.

D. P. – Sei.

G. S. – Tipo um caixote. Aí vim com a malinha, e tal, fui para a casa dele, do meu tio, lá na comunidade.

D. P. – Você conhecia, já, seu tio?

G. S. – Conhecia.

D. P. – Ele já tinha ido lá?

G. S. – Não, porque...

D. P. – Quando você nasceu, ele estava lá?

G. S. – Quando ele saiu de lá, eu já era...

D. P. – Adulto? Adolescente?

G. S. – Já era adolescente. Morava em Olaria, em um barraco de dois cômodos, ele, a mulher, e dois filhos. E ainda tinha um cunhado morando junto. Imagina só a situação.

D. P. – Trabalhava em que, ele?

G. S. – Trabalhava em uma fábrica, lá em Bonsucesso. Eu fui trabalhar com ele lá, na fábrica, ele arranhou para mim, lá.

D. P. – Você ficou em um desses cômodos?

G. S. – Nessa situação. A gente dormia em rede, primeiro porque não tinha móvel, nem nada, e segundo porque não tinha espaço. A rede você pode armar em qualquer lugar.

D. P. – Bota uma em cima, outra embaixo...

G. S. – Aí eu dormia lá. Só tinha uma cama, que ele dormia com a mulher dele e as crianças, e eu e o outro cunhado dele, a gente dormia em umas redes lá, penduradas. E não tinha água, não tinha nada. O pessoal, lá, a gente conseguia água lá, tinha que descer o morro para buscar água, lá embaixo, onde tinha uma bica lá, que tinha água. Não tinha água encanada na comunidade, todo mundo pegava água lá, as mulheres com uma lata d' água na cabeça, os homens com uma balança, colocava aqui nas costas, uma madeira, ficava igual uma balança. Duas latas, uma de cada lado. Aí você descia com ela, enchia e voltava subindo. Só que é um problema danado, porque, quando chovia, então, o morro era de terra, aquilo escorregava muito. A lama ficava escorregando. Você subia aquele morro com aquela balança d' água, aquele peso, era difícil, porque... Depois, eu estava lendo Lenin, lembrei: Lenin falava que, na revolução, você tem que dar dois passos à frente e um passo atrás. O nosso caso era o contrário [risos], era um passo à frente, dois atrás. Porque você não conseguia. Para subir era a maior dificuldade, às vezes o cara escorregava, caía no chão, caía as latas...

A. S. – Derrubava tudo.

G. S. – Era a maior tragédia, as latas. Você tinha que descer, amassava as latas, tinha que descer para outra vez pegar a água. Era a maior dificuldade. Depois a água ficava lá em um latão, um latão de 200 litros, latão que é usava com combustível, e comprava aquele latão, aí o pessoal limpava ele, e tal. Era o depósito de água. A água era jogada naquele latão, e ai era para tudo: era para beber, para cozinhar, para lavar roupa, para tomar banho. E banho, tinha um cubículozinho lá, tomava banho de caneca, jogava na cabeça. Não tinha chuveiro, não tinha nada, um problema. Depois fiquei lembrando, a gente sofreu muito nessa história aí, mas é a luta do povo nordestino, é essa história, essa saga. A maioria dos nordestinos, situação de miséria, de pobreza, mas é assim. Aí meu tio me arrumou trabalho nessa fábrica, em Bonsucesso.

A. S. – Era de que, a fábrica?

G. S. – Na fábrica trabalhava com negócio de madeira. Produzia essas madeiras, que era para usar em... Que o pessoal usa para fazer piso.

D. P. – Tábua, aquelas tábuas?

G. S. – Aquelas tábuas. Mas era de...

D. P. – Taco, não?

G. S. – Tinha taco, e fazia...

D. P. – Tábua corrida, que o pessoal chama?

G. S. – Tábua corrida, é. Mas de encaixe, assim. Era de encaixe. É muito usado para fazer piso, porque era para isso. Quem não queria comprar taco, que taco era menor, comprava aquelas madeiras grandes, já vinha pronto, preparado. Já vinha na máquina, que fazia o encaixe. Uma tinha o encaixe, outra tinha um ressalto, que encaixava dentro. Aí era aquilo que fabricava lá. E eu fui trabalhar lá, com ele. Aliás, esse cunhado dele, também trabalhava nessa fábrica. Fomos trabalhar os três, nesse mesmo local. Mas ganhava um salário mínimo. O mínimo, salário mínimo, naquela época o salário tinha

mais poder aquisitivo do que o de hoje, o poder aquisitivo era maior. Até quando, por exemplo, na época do Jango, o Jango, quando dava aumento, era 100% do salário mínimo, o Jango dobrava o salário mínimo. Um dos motivos que ele foi derrubado foi por isso começou em 54. Ele era ministro do governo Getúlio Vargas, 53. Os militares fizeram um movimento contra ele, porque ele era ministro do trabalho, o Jango. Aí deu um aumento de 100% no salário mínimo, os empresários derrubaram ele. Obrigaram os coronéis a fazer um manifesto para pedir a exoneração dele do governo, por causa do Jango. Então, esse salário mínimo tinha um poder aquisitivo maior do que hoje. E quando tinha um aumento, era assim, 100%, e tal, dobrava. Mas, de qualquer maneira, é sempre um valor insignificante.

A. S. – E tinha carteira assinada, oito horas por dia, tudo direitinho?

G. S. – Tinha tudo.

D. P. – E você chegou aqui, tirou sua carteira, então?

G. S. – Já tirei a carteira aqui, fui em um posto...

D. P. – Você, antes, você tinha algum documento, fora certidão de nascimento? Você tinha tirado carteira de identidade?

G. S. – Não tinha nada, tirei tudo aqui.

D. P. – O pessoal não tem nada, não é?

G. S. – Não tem nada. Só certidão de nascimento. Aqui que eu tirei a identidade, tirei a identidade aqui, carteira de trabalho, essas coisas todas.

D. P. – Porque você se alistou com a certidão de nascimento, não é?

G. S. – É. O documento principal do pessoal do interior é certidão de nascimento, que serve para tudo. Que você não tem, até porque não tem outros documentos. Certidão para tudo.

D. P. – Aí você tirou tudo, tirou carteira de trabalho, eles assinaram a sua carteira?

G. S. – Carteira assinada. Eu tenho, até hoje, a carteira com a assinatura, ainda, de 59, 1959. Minha primeira assinatura na carteira. E aí, lá na fábrica, tinha lá um cidadão, esse era um carpinteiro... Mas ele, como era do ramo de madeira, trabalhava lá, e tinha um cargo mais... Ganhava um salário melhor, ele era qualificado, não sei o que, mas era um cidadão... Tinha uma certa escolaridade, ele era uma pessoa que lia muito, e tal, e aí ele começou a se aproximar, conversar comigo, ele era baiano. Esse cara era baiano. Começou a conversar, e ele lia o jornal Semanário, que era um jornal do PCB, na época. PCB, naquele período, tinha vários jornais, era um partido muito bem estruturado. O PCB devia ter, mais ou menos, umas cinco ou seis publicações, no Brasil. Tinha revistas e tinha vários jornais. E tinha o jornal principal, que era o jornal Voz Operária, que era o jornal do comitê central do partido. E esse cidadão lia o jornal Semanário. Nunca vi ler Voz Operária, mas lia o Semanário. Ele começou a conversar comigo. – “Geraldo, você sabe que o capitalismo é um negócio terrível”, e começou. Quer dizer, eu não tinha muita noção dessas coisas não. Aí eu falei assim: - “É, mas Mário, mas os Estados Unidos é um país rico, não é capitalismo, é um país democrático”. Ele falou: - “É isso que você acha [risos]. Você acha, não é tão democrático assim não. País capitalista, eles são muito ricos pela exploração a que eles submetem o povo americano, e os povos dos outros países que ele coloniza. Eles colonizam as outras nações, e as riquezas [inaudível 42:06], por isso que eles são ricos. Colonialistas, é isso”. E aquela discussão, e tal, e ele começou: - “Você é um rapaz muito novo, muito jovem, depois você vai pegar experiência, você vai aprender, no dia que você for mais adulto, você for casado, você tiver família, talvez você mude de pensamento em relação aos Estados Unidos”. Eu falei: - “Mas aí não depende nem de ter mulher e filho, é uma posição minha, que eu acho, mas eu estou disposto a conversar, quero mais informações, essas coisas, tudinho”. Então, esse cara tentou fazer logo a minha cabeça ali, nessa fábrica lá. Aí, depois, foi 61, final de 61, parece, eu saí lá da fábrica. Sai dessa fábrica lá.

D. P. – Por que você saiu?

G. S. – Eu comecei a reclamar do salário, achava que era pouco, achava que o trabalho era pesado para o que a gente ganhava. Aí um dia eu estava falando com o encarregado, ele falou assim: - “Vem cá, você está reclamando, você está querendo ir embora? Está querendo ser demitido?”. Eu falei: - “É, eu quero. Eu vou procurar outro emprego, em outro lugar”. Aí me demitiu, mas pagando todos os direitos. Nessa época não tinha fundo de garantia.

A. S. – E você tinha se vinculado a algum sindicato, alguma coisa assim?

G. S. – Não, não tinha não.

D. P. – Continuava morando na casa de seu tio, ou já tinha saído?

G. S. – Já tinha saído.

D. P. – Você conseguiu, com aquele salariozinho, saiu...?

G. S. – Fui morar com um outro parente, alugamos um pequeno barraquinho, fomos morar os dois juntos, porque era até melhor, porque a gente ficava mais livre. Ele era... tinha mulher, tinha filho, a gente era um estorvo na casa dele. Porque, na verdade, nós éramos... Apesar de ser parentes, aqui só no caso de que a gente estava precisando, mas até que a gente conseguiu respirar um pouco.

D. P. – Vocês foram alugar...?

G. S. – Aluguei um quarto, fui morar com... Um barraquinho também, aí comprei uma caminha de solteiro, botei lá, e fiquei lá morando. Aí tinha uma senhora lá que morava perto, que cozinhava para alguns rapazes solteiros, tipo uma pensão, aí eu passei a fazer pensão lá com ela, almoçava na casa dela, e tal, e fui tocando a vida. Aí eu sai, arranjei um emprego, em uma fábrica chamada Castrol do Brasil, que era em Bonsucesso. É uma fábrica que produz negócio de combustível, óleo...

D. P. – Castrol, não é?

G. S. – Castrol do Brasil. Ela produz combustível, óleo, gás. Só não fabrica gasolina, só outros tipos de combustível. Fui trabalhar lá na Castrol. Depois eu soube que essa empresa era da família real inglesa. Depois teve a visita do príncipe Charles, parece que foi lá visitar a fábrica. No dia da visita dele, foram perfumar a fábrica toda [riso], porque fizeram, mandaram pintar a fábrica toda, e os operários receberam roupa nova, macacão novo, sapato novo. O pessoal do escritório, todo mundo de gravatinha, tudo de roupa nova, fizeram um almoço, teve tudo quanto é comida de boa qualidade. O príncipe e comeu da comida junto com todos os peões, todo mundo junto. O peão nunca comeu tão bem como comeu naquele dia [risos]. Uma festa para o príncipe, que era o dono da empresa. E eu trabalhava, com uns oito meses, lá na fábrica, aí veio a época da campanha salarial. Aí, na campanha, as empresas não fizeram acordo, não teve acordo das empresas com o sindicato dos trabalhadores. As empresas Esso, a Shell, Ypiranga... Não sei se tem mais alguma. A Castrol estava ligava a esse grupo, que era o pessoal da área de combustível, a mesma área da Shell e da Esso. Esso, Ypiranga. Aí não teve acordo. Não teve acordo, aí o pessoal, resolveram decretar greve. Então a Esso, Shell e a Ypiranga entraram em greve. A Castrol... Quando eles entraram em greve, no dia seguinte, o delegado sindical, que era um cara do PCB, era um pernambucano, chamado Antônio, ele era o delegado sindical. Não era nem do sindicato, era delegado sindical na empresa, mas era delegado sindical. E ele chamou a assembleia lá, no refeitório da empresa, na hora do café, que a gente começava a trabalhar, e tinha uma hora que parava para o café. Nessa hora ele aproveitou, botou todo mundo no refeitório, e explicou: - “Olha, o problema é que os trabalhadores da área de combustível, está todo mundo em greve, e eu proponho que nós também façamos a adesão”. Aí explicou com detalhe, e aí votou, e o pessoal aprovou a greve. Foi rápido, teve uma assembleia, aí aprovou a greve. Comunicou lá o gerente, e o gerente veio no refeitório, era um [dúvida 47:28], todo vermelho, chegou lá: - “Senhores, eu recebi a informação do senhor Antônio, delegado sindical, que os trabalhadores decidiram entrar em greve, mas eu quero dizer o seguinte, dizer para vocês que a Castrol, ela está disposta a pagar o pedido de reajuste que foi feito pelo sindicato dos trabalhadores. Então a Castrol paga, então a reivindicação de salário vai ser atendida”. Aí o delegado falou o seguinte: - “Olha, a

greve já foi decretada. Então tá, se a Castrol, quer pagar o percentual pedido pelo sindicato, mas nós vamos manter a greve em solidariedade”. Que era um negócio importante, que hoje não tem mais. Esse negócio eu falo sempre isso do movimento sindical, não tem mais. Naquela época se fazia greve em solidariedade, que era um negócio muito importante. Que era a união da classe operária, um negócio muito legal. E fortalecia o movimento. Fortalecia o movimento operário. Aí ele falou: - “Vamos entrar em greve em solidariedade”. Aquilo, para mim, era uma novidade, um negócio importante para caramba. Aí ele falou assim: - “Bom – o gringo lá falou assim – vocês podem desocupar a fábrica, pode desocupar”. Aí ele falou: - “Bom, agora nós vamos precisar de piquete. Companheiro na porta, para amanhã não furar a greve. E quem vai fazer piquete?” Aí o pessoal levantou a mão, levantei também. Aí relacionou o nome do pessoal que ia fazer piquete na porta da fábrica, falou assim: - “Olha, o sindicato está em assembleia permanente. Quem quiser ir lá no sindicato para a assembleia, ouvir lá, tem os informes da movimentação toda, podem ir lá”. Aí deu o endereço para nós, eu falei: - “Bom, amanhã eu vou vir para o piquete, de manhã, mas hoje eu vou aproveitar e vou lá para o sindicato, para ouvir lá o discurso”. Eu achei legal. Tinha uma liderança de uma categoria lá, um cara falando, muito bom. E aí, eu falo para o pessoal, a minha tomada de consciência foi a partir daquela greve. A partir dali que eu tomei a consciência, comecei a questão da consciência do trabalhador, do operário, e aí eu fui me politizando a partir dali. Só que acabou a greve, consegui, ganhamos o aumento, eu fui demitido. Aí, todo mundo que foi do piquete, toso mundo foi...

A. S. – Quanto tempo durou essa greve?

G. S. – A greve durou uns cinco dias. Não foi muito longa não.

A. S. – Todo mundo do piquete foi demitido?

G. S. – Da empresa foi. Mas não era muito. O piquete, se não me engano, era uns 10 ou 12 companheiros. Porque a fábrica só tinha uma entrada só, aí não precisava de muita gente. Essas fábricas que tem muita entrada, a gente precisa de muita gente, mas uma só, cinco pessoas em cada turno basta, para poder convencer os companheiros a não ir. Mas não teve problema não. Os caras, a categoria estava bem conscientizada, porque os

caras, não houve problema de furar greve, nem nada. Mas o pessoal de piquete ficou marcado, porque fomos demitidos. Aí eu falei: - “Porra, agora é mais um motivo para mim lutar contra o capitalismo, porque [risos] está provado que isso é uma desgraça mesmo”. Porque o trabalhador luta por seu direito, faz um movimento para poder a coisa... E nós somos demitidos por isso?! Isso é coisa do capitalismo, essa desgraça. Não presta mesmo não, seu Mário tinha razão quando ele falou que o capitalismo é uma praga, é mesmo.

D. P. – Você falou quem?

G. S. – É o Mário, que era o...

D. P. – Eu sei, que tinha conversado com você lá na...

G. S. – Era o carpinteiro lá da fábrica. Boom, aí fiquei desempregado, e eu conversando lá com um companheiro, eu comecei a procurar emprego, estava tendo dificuldade. E o cara falou assim:- “Geraldo, o seguinte, qual o teu grau de estudo?”. Ele não falou nem escolaridade, falou grau de estudo. Falei: - “Eu estudei só até a terceira série”. – “Ah, isso é um problema. Porque a pessoa que tem só até o terceiro ano, não tem primário, ele é um semi-analfabeto”. Só é alfabetizado mesmo se tiver o curso primário, que é o chamado ensino fundamental, na época era curso primário, que é até a quinta série. Aí eu falei: - “Você tem razão”. Eu pensei, bom, vou ter que estudar. Estudar porque, se não, como eu vou arrumar trabalho? Essa dificuldade para arrumar trabalho, para ser servente, não sei o que lá, vou arranjar um emprego melhor. Aí resolvi estudar. Passou, mais ou menos, uns três meses, arrumei um emprego. Fui trabalhar em São Cristóvão, na fábrica de tinta Ypiranga. Fui trabalhar no setor de estamperia, setor metalúrgico da fábrica. Reproduzia aqueles galões, era tudo feito lá na estamperia. Aí eu fui trabalhar lá. Agora já estou sendo metalúrgico, estou tendo mais estudo, e tal. E aí comecei a estudar de noite. Entrei na escola, lá e Olaria, à noite, entrei no terceiro ano, que era o ano que eu tinha terminado. Eu fui lá fazer [inaudível 52:45], falei: - “Estudei até o terceiro ano”. – “Então você vai entrar na terceira série, no início do ano. Quando chegar no meio do ano, tem uma prova. Se você passar na prova, você vai passar para a série seguinte”. Aí eu fui, beleza. Comecei a estudar lá, chegou no meio do ano, fiz a

prova e passei. Eu fui para a quarta série. No final do ano, fiz prova, aí passei para a quinta. No ano seguinte, já iniciei na quinta série. Aí fiz a quinta série até o meio do ano, e do meio do ano em diante, eu fiz a sexta série, que era o chamado admissão ao ginásio. Naquela época tinha essa história. Sexto ano do curso primário era chamado admissão ao ginásio. Aí quando terminei, minha professora falou assim – professora, eu lembro o nome dela, era dona Emília – ela chegou: - “Geraldo, você vai fazer admissão ao ginásio, vai prestar concurso?”. Falei: - “Não vou não.”.

D. P. – Porque era concurso, não é?

G. S. – É.

D. P. – Era um pequeno vestibular.

G. S. – É. E ela falou: - “Não, você devia fazer, porque você ainda é um rapaz novo ainda, você tem condições tranquilamente de passar na prova lá. Você é uma pessoa que tem facilidade, até, para aprender as coisas. Você foi um dos melhores alunos que eu tive aqui na minha turma”. Aí eu pensei: - “Eu vou tentar”.

A. S. – A gente tem só que parar um pouquinho, para trocar a fita, está bom?

G. S. – Está bom.

G. S. – Então a minha professora me estimulou a fazer a prova para o curso ginásial, aí eu resolvi fazer e fiz. Sei que eram 100 candidatos para a... Era um colégio Estadual também, noturno também, eu não podia estudar de dia porque eu tenho que trabalhar, então tinha que ser a noite e eu passei em terceiro lugar dos 100, e ela falou “eu não falei para você que você tinha capacidade?”, eu me esforço para fazer as coisas porque tenho consciência até da necessidade dessas coisas. Aí fui lá fazer o ginásial e na época o ginásial era muito diferente desse, era um ensino, naquela época era muito bom, o cara fazia o curso ginásial e sabia muita coisa.

A. S. – Como eram as matérias? Como eram distribuídas? Era uma por dia, várias por dia? Como é que era?

G. S. – A matéria era normal, você tinha três professores por... Cada um dava 50 minutos de aula, era a mesma coisa, mas cada um, por exemplo, como língua português, francês, inglês e latim. Até latim você dava no curso ginásial, na 4ª série tinha latim, você imagina, quatro línguas! Se bem que era meio superficial, português que era a língua, mas as outras davam para você pegar muita coisa. Quer dizer, algumas coisas de inglês que eu consigo entender hoje foi da época do curso ginásial, que eu não fiz curso de inglês e muita coisa eu decorei e ainda sei, “isso aqui é...” que era memória minha do curso. Então era isso.

D. P. – E você gostava mais de qual matéria, que você gostava mais?

G. S. – História. Só tirava dez em História. História e Geografia.

D. P. – E o professor de História era bom?

G. S. – Era razoável, não era muito ruim, era um cara bem... Uma vez ele falou um negócio... Eu achei ele meio reacionário, mas uma vez ele falou um negócio que eu achei interessante

D. P. – Ele era reacionário?

G. S. – Eu achava, mas eu tinha dois professores, um professor e uma professora de História. Uma professora mulher e esse cara, foi no 1º e 2º ano, e no 3º e 4º foi outra professora, que era melhor, essa era muito boa. E ele falou um negócio que era o seguinte, às vezes o professor para e dialoga com os alunos e tal, e o papo era sobre o negócio de pena de morte e ele falou o seguinte: “olha, eu acho – e eu sou contra a pena de morte” aí já não achei ele tão reacionário assim, que era um cara que tinha uma certa... “para mim o Estado que mata o cidadão, ele é incapaz de recuperar a pessoa, entendeu? Porque o certo é o Estado tentar recuperar a pessoa e não matar a pessoa”. Aí ele falou um negócio que eu achei interessante, mas as matérias que eu mais gostava era

História e Geografia. Geografia era matéria que eu sempre tinha nota melhor, 9, 10 era sempre assim nessas matérias. As matérias que eu tinha mais dificuldade... não tinha muita dificuldade não, mas eu não gostava muito, era Português, que até hoje eu não gosto de escrever, não gosto de escrever não. Para eu escrever um negócio eu tenho, eu começo a escrever um negócio e daqui a pouco dá preguiça de escrever, aí o pessoal fala “ah escreve um artigo, uma tese sobre o sindicalismo” e as vezes faço, mas faço assim uma lauda, uma e meia, porque eu não gosto de escrever não. Quer dizer, tem pessoas que gostam de escrever. Eu não gosto. Até outro dia o companheiro, a companheira disse “rapaz, pela sua história de mais de 50 anos de luta você poderia escrever um livro”. Eu digo: “escrever eu não posso não, posso gravar se for o caso, posso até gravar se for o caso, posso até gravar para fazer, porque tem muita história boa, mas imagina se eu vou escrever isso tudo, porque eu sou preguiçoso, eu jamais faria isso. Gravar eu até posso gravar para fazer um livro”. O cara: “Não, você devia fazer...”, eu to até pensando, tenho em casa bastante material, estava falando para ela, eu doei para o arquivo lá muito material que eu tinha em casa da fundação da CUT, material que eu guarde, material do PT, dessas entidades que eu participei, fui diretor e eu tinha muita coisa guardada e doei para o arquivo, mas eu ainda tenho muita coisa em casa aí.

D. P. – Aquele do movimento operário da UFRJ?

G. S. – É. Doei umas 4 ou 5 pilhas assim de material, tinha não sei quantos mil documentos que eu doei para o pessoal e tem ainda umas coisas importantes e diminui porque esse material ia acabar se perdendo, estragando, mas eu tinha material e até muitas entrevistas que eu dei para jornais e está tudo arquivado, eu guardei em casa, publicações que eu fiz no Senado, os projetos de leis que eu apresentei guardei tudo, os pronunciamentos que eu fiz na Tribuna eu guardei tudo na Tribuna, parece que fiz uns 70, 80 nesse período, tinha cara que fazia 1 por ano. [risos] Eu fiz 80 durante os quatro anos que fiquei lá. Mas tá tudo guardado, além da história tem material que possa que daria para fazer com esse material todo um livro de boa qualidade com esse documento. Pelo menos historicamente. Então vamos lá.

A. S. – Fala antes da gente prosseguir um pouquinho, conta só para a gente como era essa rotina de trabalhar o dia inteiro e estudar à noite?

G. S. – Era muito difícil, não é? Porque eu pegava 7 horas lá no colégio, estudava 7 horas, trabalhava durante o dia, e saía de casa 5:30 da manhã para trabalhar. 5:30h eu já ficava de pé para pegar, para vir ao emprego para chegar as 7 horas. Então eu gastava uma hora e pouco no traslado de casa até o trabalho, aí trabalhava até 5:30h...

D. P. – Você comia, tudo, na fábrica, no trabalho?

G. S. – Lá tinha almoço lá, almoçava lá, mas saía 5:30, saía 5:30 para ir para o colégio então eu não jantava, não tinha tempo suficiente, o tempo era suficiente para eu sair do trabalho e ir para escola. Aí eu chegava 7 horas no colégio, saía umas 10, chegava em casa umas 10:40, uma meia hora para chegar, era perto da minha casa mas dependia se tinha ônibus, essa hora depois de 10 horas é mais difícil, e chegava e eu ainda ia jantar naquela hora ainda, ia comer para poder...

D. P. – Mas você estudava? Que horas você estudava?

G. S. – De 7h às 10h.

D. P. – Não, digo, que horas você lia os trabalhos? Fazia dever de casa?

G. S. – Não, não tinha tempo. Só fim de semana. Só final de semana

D. P. – Mas tinha dever de casa naquela época?

G. S. – Tinha, fazia final de semana, era sábado e domingo que aproveitava para fazer os deveres todinhos, botar tudo em dia, fazer exercício...

D. P. – Estudar para prova...

G. S. – Sábado e domingo para fazer isso aí, porque eu trabalhava de segunda a sexta e sábado e domingo eu fazia isso aí, porque as vezes domingo eu ia para o Maracanã aí acordava cedo, ficava até meio dia estudando e ia ver o jogo no Maracanã.

A. S. – Qual é o seu time de futebol?

G. S. – Sou Vasco! Gigante da colina, sofredor. [risos]

D. P. – [risos] Lá em casa tem 2 vascos.

A. S. – [risos] Lá em casa tem um também.

G. S. – Mas eu sou Vasco e depois eu descobri que aderi o time certo, porque a história do Vasco é uma história pela igualdade racial! Aí eu falei “eu entrei sem saber, mas eu acabei entrando no time certo” [risos]. Mas tem toda a história do Vasco...O Vasco foi expulso da federação daqui porque tinham negros e operários, porque você vê, esses times grandes tudo da classe média, da burguesia. O Flamengo é Zona Sul, Botafogo também, e o Fluminense é um time de mais elite, o mais elitizado.

D. P. – Conhecido como pó de arroz.

G. S. – Pois é! E o time de peão mesmo, da classe operaria é o Vasco, na Barreira perto da favela da Barreira, São Januário foi construído com doação da comunidade, pessoal doou saco de cimento, vergalhão para poder construir o estádio de São Januário, então eu to no time certo! Politicamente correto!

Então vamos lá. Então aí era a dificuldade, porque você imagina só eu ia dormir 11:30 da noite e 5:30 tinha eu estar de pé para poder... Então era uma luta danada e às vezes eu passava lá na esquina lá da rua que tinha que ir quando eu ia para o colégio que eu passava na esquina lá do colégio e os colegas lá “Geraldo, para onde tu vai? ” “Eu vou estudar” “ah, estudar?!” E os caras que falaram isso depois com o tempo eu encontrei os caras numa miséria que dava pena. Porque os caras envelheceram, não tinham escolaridade, não tinha nada, entendeu? Alguns aposentaram com salário mínimo e alguns não tinham nem aposentaria, porque quando eram jovens “ah, estudar é besteira,

estudar para que?” falavam isso para mim, mas é um cara que não tem noção das coisa, ne? Não pensam, não tem nenhum projeto de vida, acham que tem um dinheirinho para tomar cerveja e ir ao Maracanã e tá tudo certo, mas não é assim que a banda toca “ta vendo, se tivesse feito que eu fiz talvez estivesse feito, pelo menos tinha um salario melhor, numa situação melhor, pelo menos tinha um salário melhor, uma aposentadoria melhor, ou então uns piores que nem aposentadoria porque trabalhavam com esse negócio de biscate, não contribuiu para previdência e acabou que no final não tinha nada, e ficaram nessa situação. Mas era difícil, mas valeu a pena. Mas quando terminei o ginásio eu entrei no científico, mas essa altura eu estava aqui no movimento e foi a época que eu me liguei à ala vermelha, aí o negócio ficou difícil.

D.P-Ah, você se ligou à ala vermelha? Era o partido comunista?

G. S. – Não, eu fiquei um período e esse período, desculpa eu... Esse período depois de 62 quando eu comecei a militar, a minha ligação era com o PCB, eu pulei, foi até bom você falar isso, porque eu não falei essa questão do PCB. Era o PCB, eu subi “A Voz Operaria”, o jornal do partido.

D. P. – Como você entrou num partido daquele, que discutiu o seminário com você? Foi ele que lhe reclamou?

G. S. – Não, foi outro companheiro, era um cara que era barbeiro e nessa história tem muito barbeiro, que é um cara que conversa com todo mundo, então o cara vai conversando e vai contando. E eu conheci o camarada e cheguei lá um dia para cortar cabelo e o cara começou a falar o negócio de política e “eu vou dar um negócio para você ler” e o jornal era o “A Voz Operaria” e eu li o jornal e ele disse: - “E aí?”. - “Foi bom, gostei do jornal”. - “A partir de hoje você vai receber o jornal, o jornal do partido e eu vi lá que era jornal do partido, a foice e o martelo, não sei, e “agora você vai receber o jornal” e fui me entrosando, comecei a receber o material de... porque aí os caras repararam o cara para ser um ativista político, eu receber material, livros...

D. P. – Até então o seu contato era só com esse barbeiro ou aí já...?

G. S. – Não, aí eu já tinha contato com outra pessoa que também era militante no movimento, e eu fiquei, distribui o jornal, distribuí o jornal para outros operários e tal e pegava uma contribuiçãozinha porque o jornal, para poder e o jornal exigia contribuição, até para manter o próprio jornal, e passei a aumentar os contatos e foi justamente lá no colégio, e porque tinha uma garotada que era militante de esquerda que acabou se conhecendo, batendo papo, e quando foi em 68...

D. P. – Perai, você estava no Partido Comunista e você vai para reunião do partido? Participa de alguma célula? Como é isso? Ou era só distribuindo jornal e em contato?

G. S. – Não fui organizado no partido de participar de células não, era contato e recebia material de formação dessas apostilas?

D. P. – Isso no pré-64? 62? 63? Antes do golpe?

G. S. – Até 65, 66 mais ou menos eu estava nesse contato ainda.

D. P. – Certo, e quando teve o golpe, como foi? Como foi na sua vida, na sua história?

G. S. – Eu estava trabalhando, tinha a vida normal, eu era... Tipo assim, quando teve, eu era um militante muito engajado na luta, eu participei do comício na central do Brasil, comício de 13 de março eu estava lá e achei muito legal e chegando lá tinha gente para caramba, o céu ficou vermelho de bandeiras do PCB, e aquele balão, envermelhou o céu todinho, fogos, um bocado de fogos e daqui a pouco veio uma coluna de operários do pessoal da REDUC¹ lá de Caxias, Campos Elísios, vieram 100 ônibus de operários todos eles vestidos rigorosamente, capacete na cabeça, de bota, de macacão, cada um deles carregando uma tocha acesa, que eram o Petróleo e era uma coisa bonita! Você vê coluna de operários que vieram da praça XI até a Central com uma tocha acesa carregando, e essas coisas me impressionaram muito.

D. P. – E o Jango, você tinha a maior simpatia por ele?

¹ Refinaria de Duque de Caxias.

G. S. – Não muita não.

D. P. – Era a galinha do partido, ciscava horas e defendia...

G. S. – Porque eu achava que ele era populista, e o negócio é que, quando eu comecei a militar no partido, eu comecei a separar as coisas, o que era populismo, achava que o Brizola era um pouco caudilho, o Brizola não é... Nacionalista, eu quero saber dos comunistas, dos socialistas, não dos nacionalistas, nacionalista é burguês, então não quero saber dessa história não. Então já tenho essa visão, as leituras, tive uma literatura de muitos autores russos.

D. P. – Que que você lia, conta para mim?

G. S. – Eu lia muita gente...

D. P. – Como começou? Nesse período. Você lia Polanyi? Foi seu primeiro livro?

G. S. – Primeiro foi o Politzer, George Politzer princípio...

D. P. – Polanyi, desculpe. Politzer

G. S. – Que é cartilha para todo mundo, que, aliás, é muito bom. George Politzer é muito bom, abre a cabeça do cara.

D. P. – Foi muita cartilha também

G. S. – Abre um histórico e dialético. Aí tipo romance tipo “A mãe” do Groki, aquele livro é uma maravilha, “Assim foi temperado o aço” que também é muito bom, o máximo do livro em tipo de realidade russa foi aquele livro, é um romance, mas é focalizado na Guerra Civil de 1918 a... 1918 não é? A 21, 22. Época da Guerra Civil e é muito bom esse livro “Assim foi temperado o aço”, e muito livro sobre a questão do

[dúvida 15:27], mas aí foi uma infinidade de..., parava um e aí começava lendo outro, pessoal me passava livro para ler, essa história toda.

D. P. – Mas aí você tinha acabado o ginásio? Ginásial? Ou já tinha acabado o ginásial?

G. S. – Não, estava fazendo o ginásial. Mas nesse período ainda estava fazendo o ginásial, mas aí comecei a ter uma visão crítica pelas alianças que ele fazia.

D. P. – Mas perai. E antes disso? E o Prestes, qual era a sua relação em relação ao Prestes? Admirava loucamente?

G. S. – Loucamente não, eu gostava do Prestes, pela história da Coluna Prestes e tal, mas eu nunca fiz culto a personalidade, tinha gente que era louco pelo Prestes, só faltava se matar pelo Prestes, o Prestes era uma semideus, mas eu nunca fui assim, eu admirava ele pela história dele.

D. P. – Você leu “O cavaleiro da Esperança?”.

G. S. – Li, eu li. “O Cavaleiro da Esperança” assim como o. Esse aí eu li depois, como é que é o... Aquele que ele fez em quatro volumes... “O Subterrâneo da Liberdade”, aquilo você pode ver, aquilo é o culto ao Prestes, pode ver, se você for observar, se você não leu, aquilo é em 3 volumes ou 4. “O Subterrâneo da Liberdade” Muito bom o livro, mas é o culto à personalidade do Prestes, e se você ler e observar é isso, culto à personalidade.

A. S. – E lá na Castrol você conversava também sobre essas coisas, do Partido?

G. S. – Não, na Castrol não, na Castrol que eu comecei a abrir a cabeça a partir da greve da Castrol, fui mandado embora da empresa.

A. S. – A sim, claro, na Ipiranga. E lá na Ipiranga tinha companheiros que...?

G. S. – Não tinha não, pessoal que trabalhava lá era bastante despolitizado, até tenho alguns contatos, mas não avançou muito não.

D. P. – Você tem algum acidente de trabalho durante este período?

G. S. – Tive um acidente lá na Ipiranga, tive um acidente, mas não foi muito grave não, até hoje esse dedo... Está vendo isso aqui? Esse não faz como esse... Foi um acidente de trabalho, até recebi uma indenização porque o dedo ficou com problema, mas não tive um acidente grave, foi na mão e cortou esse tendão aqui, cortou o tendão, mas aí o dedo ficou com defeito, mas depois recebi um seguro lá, uma indenização por um problema físico que fiquei na mão.

D. P. – Mas você foi obrigado a sair da Ipiranga por causa do acidente?

G. S. – Não, não, continuei lá. Saí depois.

D. P. – Então quando teve o Golpe você estava estudando e estava trabalhando na Ipiranga, é isso?

G. S. – Isso. em 66 eu saí da Ipiranga e fui trabalhar na Cabrin irmãos e companhia, que era a fábrica de azulejos que ficava bem ali em Del Castilho, na Avenida Suburbana.

D. P. – Certo... Mas que eu gostaria que você falasse um pouquinho do Golpe, do dia do Golpe, se você ficou apavorado? Se você estava preparado? Porque era uma situação muito polarizada nesse período.

G. S. – eu vinha acompanhando esse movimento todo, desde lá da Central, eu estive lá no sindicato dos metalúrgicos quando os marinheiros...

D. P. – Você estava lá?

G. S. – Estava, estava passando de ônibus e vi assim um monte de arma no chão, fuzil “tem alguma coisa importante aqui, um monte de fuzil espalhado no chão, aí eu puxei e apartei a campainha e desci e cheguei lá, cheguei lá e disse para os caras assim: - “Posso entrar aí?”. - “Pode”. Eu entrei lá: - “Mas e essas armas aí?”. - “Isso aqui, não se preocupe não, isso aí...”. Eles estavam amotinados lá no sindicato, os marinheiros, aí o comandante da marinha mandou um grupo de fuzileiros navais para poder acabar com o movimento lá, para dar voz de prisão, prender os caras, aí vai naqueles carros, aqueles caminhões que a PM leva de 30 homens que a PM usa de tropa de choque... e foi lá todo embalado, com roupa de guerra. E quando chegou lá no sindicato, o cara disse “os navais vieram prender vocês” aí veio um grupo de marinheiros e disse: - “oh, nós somos irmãos, nós somos companheiros de fardas, nós somos trabalhadores, como é que você quer nos prender?”. Aí começaram a cantar o Hino Nacional e pronto, os caras colocaram as armas no chão e subiram também, e pronto, aderiram o Golpe; até dessa história, tem até um companheiro que é da UNE....

D. P. – Aderiram contra o Golpe não é? Aderiram ao movimento?

G. S. – Ao movimento! Ao movimento! Aí eu tive lá e estava lotado de gente e quem estava lá? João Candido, e João Candido tinha 80 anos já. 80 não, menos...

D. P. – Marinheiro negro.

G. S. – Marinheiro Negro. Foi em 1910 a revolta, ele estava com 20 e poucos anos, em 64 ele devia estar com 80 anos mesmo, 80 anos; aí estava sentadinho lá e teve uma hora que ele falou lá, pessoal quando pediu para ele fazer um discurso lá, era um homem bem simples com pouca escolaridade, praticamente analfabeto João Candido, mas um cara muito importante na Revolta da Chibata, mas politicamente ele não tinha muita informação, mas consciência até pelo que ele sofreu. Se ele fosse um cara politizado, aquela revolta tinha tomado outro rumo, tinha tomado, uma formação, se ele tivesse estudado um pouco do marxismo tinha tomado outro rumo ali. Ele não sabia de história, não sabia nem que era comunismo, sabia não. Ele foi falar e falou o seguinte “olha, primeira vez que eu vejo uma revolta de marinheiro em terra, marinheiro faz revolta no mar” e o pessoal acho graça, é, porque a revolta dele foi no mar ne? E marinheiro em

terra não existe, tem que ser no mar. Mas o pessoal foi lá, o Prestes foi, João Candido foi e foi um negócio muito legal e o cabo Anselmo com aquela grande oratória, o cara era preparado pela CIA, era um negócio impressionante como aquele cara foi cooptado pela CIA para ser um agente

D. P. – Você acha que nessa época ele já era contratado pela CIA? Porque tem gente que acha, tem um debate sobre isso, mas você acha?

G. S. – É, não sei se ele já era não mas o pessoal achava que ele poderia ser um contato da CIA já. Era um cara de uma oratória muito...

D. P. – Você viu ele falando?

G. S. – sim, tinha uma oratória muito boa, falava muito bem e estava se formando em advocacia, um cara que bem preparado, tinha escolaridade, então era um cara muito bom. Mas eu falei para o pessoal lá, falei assim para os companheiros, tem que ter tomar muito cuidado porque quem não conhece muito bem a história de vida, tem uns caras que são muito bom orador e nem sempre esses caras são sinceros. A maioria desses caras são oportunistas, e tem a história aquela companheira que era lá da Bolívia que morreu um tempo atrás... A... Domitila Barros Chungara. Ela escreveu um livro chamado... Ela não escreveu, quem fez foi uma jornalista, mas ela que contou a história para ela e é um livro muito bom, por sinal “Me deixa falar”. E é um livro muito bom e conta a história dos meninos lá na Bolívia, o marido dela era menino lá na Bolívia, e foi candidata a Vice-Presidente da Bolívia lá, mas a chapa ela nunca ganhou a eleição não, mas ela foi candidata. E ela falava, às vezes falavam nas ideias dos meninos, nas Assembleias que tinham umas caras grandes oradores na Assembleia do povo lá, mas olha só, como fala bem, a maioria foi cooptado pelos patrões, os caras falavam bem, se destacavam, mas os patrões fazem isso, eles têm várias formas de cooptar as lideranças e uma delas é corromper o cidadão, o cargo de chefia, o salário. Então é isso que eu falo, a Domitila tinha razão e eu também percebi isso, muitos caras que eu conhecia que eram muito bons, maioria dos caras debandou para outro lado, foram cuidar da vida que não quer dizer que todos são assim, que o cara fala bem, digo só para ter cuidado com essas pessoas, mas isso é só um exemplo, mas isso é inerente a luta, isso é inerente a

história. Mas aí, como eu tinha participado disso, tive lá nos metalúrgicos, nesse movimento todo, estive nesse comício do dia 13, mas eu não tinha muito pelo Goulart e pelo Prestes eu tinha admiração pela luta dele.

A. S. – Tinha algum político, alguma liderança política que você admirasse, nesse momento?

G. S. – Não. Para mim, uma pessoa que eu sempre admirei muito pela sua luta foi Karl Marx, eu achei ele um gênio, genial, era cara era bom mesmo. E depois veio os outros e depois eu me acabei me tornado maoísta por causa da... Mas o maoísmo veio não porque eu deixei de admirar Karl Marx, o maoísmo veio pela luta da Revolução Chinesa dentro da ala que era maoísta, a ala vermelha.

D. P. – Mas vamos para o Golpe, no dia do Golpe você estava onde? Você lembra disso?

G. S. – No dia do Golpe, fechou tudo, não trabalhou, eu fui para casa, quer dizer, nem sai de casa, fiquei em casa. Sai depois para andar um pouco e, mas também não tinha condução, nada. Conversei com algumas pessoas, inclusive na minha rua tinha um tenente da aeronáutica que era simpatizante do Goulart e teve que se mandar, “mas aí, o negócio ficou ruim, pessoal vai acabar derrubando o Jango mesmo” e ficamos conversando com algumas pessoas, pessoal comentando o negócio do Golpe, ouvindo o noticiário, “ah, tem um povo aí que vai se levantar, pegar em armas por conta da Revolução” “ah se tiver armas eu to dentro, não tem problema nenhum” “é só aparecer as armas e quem vai. Eu era jovem, solteiro, não tinha problema nenhum de família, a minha visão, minha cabeça era lidar pela liberdade do povo, eu sabia que a ditadura, eu sabia que a ditadura militar, o que eles queriam com isso, apensar de eu não ser muito simpático nem ao Brizola e nem ao Jango, sabia que era melhor eles no governo que a ditadura militar, era lógico isso, eu sabia disso e eu estava disposto, pois eu tinha consciência política se precisasse ir à luta e tinha muita gente assim, muita gente assim. Eu vi muita gente chorando, pessoal chorando de raiva, nego irado, se o pessoal ligado ao Partido tivesse organizado um movimento forte e bem organizado e tivesse preparado o pessoal para a luta o negócio tinha esquentado, porque tinha muita gente

que, pessoal de carro, colocou arma no carro e saiu procurando grupo de gente para poder começar a fazer a resistência, para poder fazer a resistência. Eu, por exemplo, vou contar uma história que o cara me contou que foi o Dorneles, o Jaques Dorneles que era sargento do exército e preso no Golpe pelo partido, num quartel na Avenida Brasil que ele e o subtenente prenderam comandante do quartel, prenderam o cara e prenderam ele e o subcomandante e o quartel ficou sob o comando deles, ele “o quartel nós tomamos, está aqui a disposição, armas e munição, manda buscar”. Fala que tinha até metralhadora tinha lá e o pessoal não mandou, mandou nada, na época do Golpe, era o secretário geral do Partido não mandou nada, o Partido não estava preparado para o enfrentamento, o Partido sempre achava que era possível fazer uma chamada aliança tática com a burguesia, e diziam que a burguesia era nacional, era nacionalista e poderia se aliar aos proletários e chegar ao poder frente um acordão feito com a burguesia. Tem que dar uma banana para esses caras, isso é conversa fiada, conversa fiada, teve uma vez uma reunião, foi lá em Magé e um dos companheiros que tinha contato comigo disse que o Prestes lá dentro num sitio lá “camaradas, nós já estávamos no governo, daqui a pouco vamos estar no poder” Luís Carlos Prestes que falou isso, o poder foi para os militares, isso foi um equívoco político e tem muito equívoco político, e tem muita história sobre isso aí tem uma professora que escreveu uma tese de doutorado sobre a revolução de 35, mas ela fez uma pesquisa que pegou 35 para cá, pegou tudo, escreveu um livro de mais de 500 páginas. Esqueci o nome.

D. P. – É Marli? Marli Viana?

G. S. – Marli Viana? O livro é Revolução de 35, algo assim.

D. P. – “Poder revolucionário de 35”. Essa foi do partido, a Marli foi do Partido, do Partido Comunista.

G. S. – Só que nessa pesquisa ela não colocou a opinião pessoal, ela fez uma pesquisa profunda e publicou um livrão que foi a tese de doutorado, mas talvez seja essa mesmo, mas eu achei um livro muito bom. Mas ela contou a história do começo do Partido, dos mentirosos, bando de mentiroso no poder central e Prestes era enganado pelos caras, os caras faziam relatório falso e dava para o Prestes, inclusive que a realidade não era nada

daquilo e isso em 35, venderam para ele um “peixe podre” como se fala na gíria, porque o levante foi feito porque passaram um informe Prestes dizendo que o movimento estava pronto para tomar o poder e não estava coisa nenhuma. Então, no dia do Golpe foi isso, então foi isso no início, nos primeiros momentos, a ditadura foi sendo implantada aos poucos, não é isso? A ditadura não veio logo de estalo, e deram o Golpe e tal o Castelo Branco até achava que poderia ter eleições dois anos depois ou alguma coisa parecida, mas aí foi arroxando à medida que a oposição foi aumentando e nós conseguimos fazer as eleições do Negão para governador do Estado do Rio de Janeiro, o Negão foi eleito, em 65, governador do Estado com apoio do pessoal Une que era vitória a oposição ao regime, foi a última eleição, depois daí fechou e não teve eleição para governador, era eleito pela Assembleia Legislativo voto indireto para governador do Estado, mas aí o movimento foi aumentando e cada tempo que passando eu ia aumentando minha militância a medida que passava a avaliar as coisas, e foi passando e quando foi em 68 aí que o pessoal de lá do colégio, tinha um grupo que era um grupo que era ligado a ala vermelha, ligado a ala, e nós criamos um grupo, uma célula na região da Leopoldina, que era um colégio no bairro de Higienópolis, eu morava em Olaria, tinha o pessoal de Ramos e montamos uma célula lá e aí que eu falei que virei maoísta, que comecei a militar e fui abastecido com todos os escritos de Mao e todas aquelas coisas, e acabei achando que, passei a ter muita simpatia de Mao pelo lado revolucionário pela linha política, aliás, todos os políticos tiveram de repente até uns erros, mas eu acho que o Mao acertou muito mais do que errou, acertou muito mais do que errou, ele saiu da política depois que ele morreu e tomou um rumo diferenciado. A ditadura do proletariado pode ser um problema, mas também tem os aspectos a serem avaliados, outros aspectos também, porque aí outro dia eu... Eu sempre defendi a ditadura do proletariado, depois eu passei a ter mais flexibilidade para poder discutir porque temos que analisar o conjunto, vamos dizer assim, o conjunto da obra, todos os aspectos, mas quando a pessoa começa a discutir a ditadura do proletariado, eu digo: - “Tudo bem, mas vou colocar uma posição leninista, não sei nem se isso é a defesa da ditadura do proletário ou não” . Porque o Lenin, no Estado de Revolução, que ele falava? Que é impossível haver democracia de duas classes ao mesmo tempo, o que tem na verdade é a ditadura de uma classe sobre a outra, tem a ditadura da burguesia sobre a classe operária ou da classe operária, mas aí é uma ditadura mais democrática, porque é a maioria... mas aí é uma tese, é uma discussão política, filosófica. Mas o Lenin, quando

dizia isso, do ponto de vista da ditadura do proletariado, ele tinha razão em falar isso, falava isso, ele constatou um fato que é real, mas se a ditadura do proletariado é o melhor sistema político tem que discutir, tem todo um debate, onde tem que ele é o melhor sistema? E o pior? Porque a sociedade não pode concordar com tudo que Lenin escreveu, porque uma das coisas que tem que fazer é até uma avaliação sobre o próprio marxismo, porque o marxismo não é um dogma, ele não é um dogma, ele é um guia para a ação, então isso aí tem que fazer a literatura do marxismo e não ter como uma coisa dogmática.

A. S. – E como foi o ano de 68? Porque é um ano emblemático.

G. S. – Um ano quente.

A. S. – Um ano muito emblemático e quente, como é que foi?

G. S. – O ano de 68 foi um ano de muito movimento e muito quente, justamente quando a ditadura fechou definitivamente, encerrou o ano com o AI5, não é isso?

D. P. – Está certíssimo.

G. S. – Encerrou o ano assim

D. P. – 13 de dezembro.

G. S. – Primeiro que a ditadura foi um Golpe civil militar, não foi um Golpe só de militar, tiveram muitos chefes civis no Golpe, na preparação do golpe, aí uns governadores como Lacerda, Magalhães Pinto lá no Rio Grande do Sul e tiveram esses governadores que aderiram o Golpe e eram pessoas importantes na vida civil que apoiaram o golpe, então foi um golpe civil militar. Então o golpe que a medida a oposição ao regime começou a se intensificar eles foram apertando a repressão, começaram a perseguir a pessoas, torturar de forma violenta, sempre existiu a tortura, existia até antes do golpe, tem muitos exemplos, pessoas foram torturadas e mortas, mas era mesmo, a quantidade era esporádica, não era assim. Mas a ditadura era um rolo

compressor, quem era oposição estava ferrada, inclusive quem tinha opina contra a ditadura, não era nem militante, mas se você falasse em um bar que você era contra a ditadura, era mais fácil você ser preso e morrer sob tortura, lá no DOI CODI, mas quando o cara não era militante era pior, porque o cara que era militante sabia da rua, e o que não era? Que não sabia nada? Como é que o cara ia falar se não sabia, foi o caso daquele engenheiro, o...

D. P. – Raul Amaro.

G. S. – Raul Amaro, que não era nem... Bom, então, 68 foi um ano muito quente porque teve o problema do assassinato do Edson Luís, foi um negócio que marcou muito aquele ano, o assassinato do Edson Luís, a passeata dos 100 mil e outras. Naquela época a partir da morte do Edson Luís o movimento estudantil decidiu que ia para cima da ditadura mesmo, que não tinha saída, não é que não tinha, mas a ditadura não tinha saída, a ditadura você não tinha opção, ela colocou todo mundo contra a parede, não é isso? Contra a parede, então você não tinha dialogo, a ditadura não dialogava com ninguém, o diálogo eram as prisões e as torturas, quer dizer todo mundo era monitorado pela ditadura, eles colocaram espiões, agentes em tudo quanto foi lugares, dentro das comunidades tinha um cara ligado a ditadura, ligado porque o cara não era ideologicamente ligado a ditadura não, porque o cara recebia, chegava, por exemplo numa comunidade e tinha o cidadão que era peixeiro, morava no Alemão, no morro do Alemão, na subida do morro tinha lá um cara que vendia peixe, falando um exemplo assim... Ai chamavam o cara para tomar uma cachaça, os agentes preparados para isso para cooptar os caras “o negócio é o seguinte, todo mês tem uma bonificação, um pró-labore para você, você observa se você ver alguém falando mal do governo, você procura saber, porque eles faziam isso, era cheio de agente, não era agente, era trabalhador que era cooptado, e nos sindicatos, nos sindicatos então principalmente, inclusive pessoa que fazia parte da diretoria que muitos foram cooptados pela ditadura para denunciar os companheiros, e era mais fácil porque que o cara era dirigente, ele tinha acesso a categoria. Então, era um negócio muito sério. A ditadura em 68 fechou, foi o período que era o auge da ditadura e a coisa se intensificou de maneira violenta, e aí a influencia do Edson Luís, aquela coisa, a comoção do assassinato do Edson Luís, passeata dos 100 mil e esse grupo do colégio “não quero mais saber de PCB, eu vou

para uma organização de luta” que ditadura você não vai ganhar negociando, não tem como negociar com a ditadura, e por confronto. Porque a gente jovem e tem essa coisa muito imediatista e jovem é muito voluntarista e o nosso problema foi esse, voluntarista, vanguardismo e tal, foi o que a gente pensava na época, não é isso? A gente pensava que poderia derrubar a ditadura. Cadê o povo? Você faz revolução com gente e nós não tínhamos nada disso, mas foi um movimento de vanguardista e voluntarista e deu no que deu. Mas se houve algum erro foi de avaliação, mas a atitude não podia ser outra, como a gente combater a ditadura rezando e pegando um terço? Tem que levar o povo para ir para a luta, foi um negócio meio suicida, mas foi o que teve, mas comecei a militar nesse...

D. P. – Você foi na passeata dos 100 mil?

G. S. – Fui, fui na passeata dos 100 mil, fui, claro que fui, não poderia deixar de ir.

D. P. – Mesmo trabalhando você foi? Nestes dias davam?

G. S. – É.

D. P. – Davam uma desculpa.

G. S. – É, a gente sempre dava uma forma

D. P. – Uma forma de escape. Você continuava na fábrica? Em 68 você continuava na fábrica? Trabalhava em qual?

G. S. – Cabrin. Cabrin irmãos e companhia. Estava trabalhando lá...

D. P. – Ficava onde a Cabrin?

G. S. – Ali é Pílares, se não me engano. A Avenida Helder, que era a antiga Suburbana, ali onde hoje é o Norte Shopping, ali era a fábrica da Cabrin, depois desativaram e fizeram o Norte Shopping.

A. S. – E você ficou lá até quando?

G. S. – 73.

A. S. – Entre 66 até 73?

G. S. – Até 73 nessa fábrica. Aí é o seguinte, o que aconteceu? Eu comecei a estudar no científico, na época era científico não é?

D. P. – Era o clássico e o científico.

G. S. – Era o científico. Aí comecei e 69 e 70 eu comecei a fazer o segundo ano do científico e parei de estudar porque a organização ela orientou todo mundo a fazer curso no SENAI, curso profissionalizante para prepara o pessoal para entrar na fábrica, para ter facilidade. Aí muita gente foi para fazer o curso e eu fui também para me especializar, porque especializar é mais fácil entrar emprego porque você tem diploma do SENAI e muitos jovens foi para esse negócio e tinha uns companheiros que, para mim não tinha nenhum problema, porque eu já era operário mesmo, não tive problema eu fui me qualificar melhor, e às vezes muito jovem largou a faculdade e foi fazer curso no SENAI para fazer soldador, mas tinham problemas que era um curso mais rápido maçariqueiro, que em 3, 4 meses o cara estava formado e ia trabalhar em estaleiro e era um problema porque o cara não tinha prática, se queimava todo, se machucava todo, mas o pessoal estava imbuído no espírito de luta de coletividade que ninguém reclamava, o pessoal fazia aquilo com muita vontade, é interessante isso, pô, essa garotada todinha de jovens classe média que nunca trabalharam, mas o pessoal enfrentava, era muita determinação, então a minha geração, essa geração era o pessoal que tinha determinação, que tinha a vontade de mudar, de mudar. Aí foi e tive que largar o científico e fui para o SENAI e fiz o curso no SENAI de mecânico geral de manutenção e fiquei lá na fábrica trabalhando lá, trabalhando na fábrica e quando foi 73... E nesse período eu continuei militando, fazendo as coisas e tal e quando foi, e nossa organização, sempre tivemos muitas atividades, e é sempre bom falar sobre isso aí. Quando chegava, por exemplo, primeiro de maio, nós tínhamos que fazer alguma

coisa alusiva a primeiro de maio, porque era muito difícil, você ia fazer uma pichação e chegava lá ia preso, levar porrada mas tinha que fazer. Ou colocava um grupo para fazer pichação, aí escolhia um lugar, um local que tivesse muita visibilidade, sempre que passava muita linha ônibus, era um lugar de muito movimento, mas era um lugar adequado porque só fazia de noite e era um negócio bastante complicado porque nós íamos fazer essa atividade sobre o risco de ser preso e armado, e armado. Geralmente um grupo de três ou quatro companheiros.

D. P. – Tinha o balde. Já tinha *spray* nessa época ou era só balde?

G. S. – Não, tinha *spray* lá. Aliás, falando de *spray* tinha uma dessas pichações que estava passando um negócio e depois a gente riu que foi o seguinte, a gente teve que rir, o cara chegou e ele era amigo nosso, que era secundarista e estava acompanhando a gente, mas ele era medroso, mas não sei porque ele estava acompanhando o grupo “vamos fazer uma pichação”, aí chegou lá na hora de fazer a pichação, a gente deixa um companheiro de vigia para sinalizar nós qualquer coisa, e dois faziam a pichação e as vezes iam quatro, um para ficar de vigia e outro a pichação mas depende do lugar né, aí na hora que o cara foi fazer a pichação, o *spray* vermelho, ele muito nervoso ele virou o *spray* e “pá, na cara” tive que rir! [risos] o sujeito com o rosto coberto de tinta, mas foi muito engraçado. Esse cara depois saiu, ele viu que não tinha condições. Ele largou o *spray* no chão e saiu correndo! Coitado [risos] o cara surtou mesmo, não dá para ser militante num movimento desse tipo, não tem, o cara tinha que ter um pouco de nervo, de estrutura, mas saber o risco, o perigo que está correndo, mas não pode ser assim também.

D. P. – Nervo de aço!

G. S. – Nervo de aço. Aí então uma vez numa pichação que nós fizemos nesse tipo assim, nós escolhemos um local que pegava duas ruas, era até um muro de uma fábrica, de uma oficina, um negócio bastante grande, só dava muita visibilidade, só que quando viu tinha muito movimento, aí foi 4, foi um companheiro que ficou lá fora de vigia lá fora, e como nós fizemos para disfarçar? Roupas de motorista de ônibus. Cobrador, compramos um uniforme para disfarçar de madrugada na rua, que era na rua.

D. P. – Vocês compraram roupa de cobrador de cobrador?

G. S. – É. Para vestir.

D. P. – Disfarce bem bolado.

G. S. – Porque era de madrugada, vamos trabalhar, que era a hora que os caras vão para a garagem do ônibus. Levamos uma bolsa enorme e um companheiro com uma pistola e outro com revólver 38 e arranjamos uma bolsa grande assim e dentro daquela bolsa deu para arrumar uma espingarda daquele tipo 12, que era cano serrado, que era uma arma de pouco alcance, mas era uma arma de efeito mortal, se disparasse uma arma daquela o efeito dela era grande, uma vez o cara falou que foi fazer uma expropriação num carro de pagamento e dentro do carro, naquele fechado os caras vieram dentro e um cara dirigindo, é uma equipe, quando chega no local que vão recolher dinheiro os caras saem lá de dentro e dentro tinha uns três caras lá dentro, um cara rendeu o carro e botou a boca da arma assim acho que aquilo eles usam que se precisar é para eles botarem a arma dentro e disparou a arma de 12 e pegou os 3 de uma vez só, os três caíram porque a arma.... Mas aí, pegamos o coquetel molotov e nessa o camburão, para o camburão, o cara estava pichando e outro com arma na perna contra o camburão e o outro era o homem saia de trás, o homem surpresa. Tática de guerrilha mesmo. Aí eu fiquei por trás e...

D. P. – O elemento surpresa ficava com o coquetel molotov não é?

G. S. – Coquetel molotov e com a espingarda 12, e fizemos uma pichação muito tensa, mas fizemos e fizemos e por sorte não tivemos nada e fizemos e quando saímos de lá estávamos no ponto de ônibus aí passou um camburão, se tivesse passado uns dez minutos antes a gente tinha um confronto com esse cara, podia até morrer, morrer certamente. Podia até ser preso, como sempre acontecia, mas as coisas sempre acabavam em tragédia porque os homens eram presos e depois morriam no DOI CODI, e estávamos com roupa de cobrador, nós passamos e “esses caras vão para grade para pegar o ônibus e tal”, foi a nossa sorte, nós montamos um negócio que...

A. S. – Disfarce que funcionou não é?

G. S. – Nós também salvamos do confronto, mas se você pensar o cara colocar quatro vidas em risco por causa de uma pichação é muita loucura mesmo não é, Dulce? É muita coragem! Coragem de voltar e fazer as coisas. Mas garoto é assim, rapaz jovem... E militante de esquerda é assim mesmo. Pessoal nosso pessoal era muito doido, pessoal fazia, sorte que não morremos.

A. S. – Geraldo, a essa altura você já tinha voltado à Pedro Velho alguma vez ou ainda não?

G. S. – Eu voltei eu estava de férias e voltei, de férias. Em sessenta... Estive lá em 63, 64, sei que uma época eu tive lá de férias e tive lá.

D. P. – E foi de que, de ônibus já?

G. S. – De ônibus, já tinha ônibus.

D. P. – E já tinha o dinheiro para ir de ônibus? Para comprar uma passagem?

G. S. – Já tinha linha de ônibus mais confortável e não sei o que.

D. P. – E aí, qual foi o seu impacto lá quando chegou, aquela situação toda igual?

G. S. – Você nota logo a diferença não é? Diferença porque alguns anos fora lá você volta o lugarejo pobre, pequeno e tal, mas foi bom a alegria de ver muitos amigos, esse negócio todo. Depois quando eu fui lá em setenta e pouco, tinha luz de Paulo Afonso, tudo iluminado, dava para achar até uma agulha no chão assim e todo mundo já comprando aparelho dentro de casa, geladeira, televisão, quem podia comprava a prestação. Quer dizer, o pessoal foi. Hoje em dia você chega lá a cidade é pequena, mas ta toda modernizada, internet, tudo, chega lá na minha cidade a garotada com celular na mão, ligando, não sei o que e eu falei “tempo bom agora. No meu tempo, porra, não

“... tinha nem nada, só o telegrafo da rede ferroviária nacional” o telegrafista falava, mas não tinha comunicação, não tinha nada absolutamente....

E nesse período eu estava trabalhando da Carin, estava estudando no SENAI e fazendo essas coisas. A gente fazia, por exemplo, queria fazer descobrir um manifesto e tal para chamar atenção da população, uma manifestação, e pegava, por exemplo, um viaduto que é um lugar que passa muita gente, viaduto de Madureira que passa muita gente, aquilo lá é um formigueiro de gente e a gente levava uns papeis, levava um arame a fazia um gancho e pendurava aquele gancho na passarela, aquela vergalhão que serve para o pessoal passar e pendurava lá o gancho os panfletinhos, e o pessoal fazia muito isso, distribuir propaganda e o pessoal vê assim achava que era uma propaganda de algum produto, o cara puxava um e tinham os caras que puxavam e liam assim e jogavam logo no chão, levam até um susto [risos] com o que estava escrito “abaixo a ditadura” e aí assim vai.... Mas outros saiam lendo. Quer dizer, de qualquer maneira, isso de ler já é um ganho porque vão saber que os caras estão lutando contra a ditadura. Quer dizer, essa operação que não era difícil, fazia até de dia mesmo, duas pessoas davam certa cobertura, mas adiante colocava o gancho... Às vezes a gente fazia panfletagem em fábrica, aí tem uma fábrica em Parada de Lucas... [celular vibra]... Me dá um tempinho que eu acho que é o motorista, só um pouquinho, porque aí se for...

D. P. – Pode ligar...

2ª Entrevista: 07/04/2015

A. S. – Bom, Geraldo, obrigada, novamente, por vir conversar conosco. Na primeira entrevista, nós encerramos a nossa conversa com você mencionando como eram as suas atividades na ala, então acho que a gente podia retomar a partir daqui.

G. S. – Perfeito, então vamos retomar. Eu estava relatando as atividades que nós fazíamos, nesse período, de pichações, panfletagem, outras atividades administrativas, naquela época, e aí eu vou contar mais algumas coisas em relação a esse período. Tinha um estaleiro, lá em Parada de Lucas, bairro lá do subúrbio, Parada de Lucas. Estaleiro chamado Cajamar, era o nome do estaleiro. E a gente tinha um companheiro que estava lá dentro, era um soldador, se não me engano. Um estaleiro pequeno, devia ter uns cento

e poucos operários, construía barcos e fazia reforma de barcos. E aí nós íamos fazer uma panfletagem no estaleiro, fomos fazer lá. Bom, difícil panfletar assim, porque tinha segurança, cheio daqueles guardas lá fazendo ronda, e a saída lá não era muito simples, tinha que ir a pé fazer a ação e sair fora. Aí nós falamos assim: - “Vamos fazer um negócio, vamos fazer a panfletagem da seguinte forma” - o companheiro que trabalhava lá, falou: - “O refeitório tem um basculante, assim, que dá para jogar o panfleto pelo basculante. É a forma mais segura de fazer”. Aí rodamos os panfletos, e tal, marcamos o dia de fazer a panfletagem. Chegamos lá, com os meus companheiros. Ia sempre um ou dois, porque um ficava na segurança, e tal. Tinha um companheiro com os panfletos, e aí, como a empresa não era grande, o refeitório devia ter uns 100 operários, e tal, consegui enfiar a mão pelo basculante, os panfletos abertos, assim, formando um leque, e jogava, para poder espalhar. E foi assim. Ele jogou lá, caiu dentro da bandeja de comida do pessoal [risos], o pessoal: - “Veado, filho da puta...”. Me xingando [risos]. Você está comendo, o cara joga um negócio em cima da comida, enfim. Aí depois nós perguntamos ao companheiro coo é que foi a receptividade lá, como foi a repercussão, ele falou: - “Olha, o pessoal reclamou, chiou, mas depois foi bom, porque houve discussão”. - “Esses caras aqui, quem são esses caras?”. - “Isso aí são terroristas, isso aí são comunistas”. - “Não, esses caras lutam. Aqui no Brasil nós estamos vivendo uma situação muito... Nós estamos em uma ditadura”. Então, quer dizer, o negócio é bom, porque gera uma polemica, então a gente fazia isso para, justamente, para poder agitar as coisas. Foram feitos vários, foi legal, porque ajudou muito a gente na propagação da... A gente sabia que os companheiros nossos estavam mortos, presos, exilados. Quer dizer, o pessoal da vanguarda estava toda dizimada, toda.

D. P. - Isso é em 1973, não é?

G. S. - Por aí, 1970/73. E aí, nessa época, eu trabalhava na fábrica de azulejos Klabin, ali em Del Castilho. Fábrica grande, aproximadamente uns cinco mil operários, em sua maioria mulheres. E eu fiz um levantamento da fábrica, com todas as condições, quantos operários tinha, a organização. O pessoal resolveu fazer lá uma panfletagem, para o pessoal avaliar se valia a pena, porque há sempre um risco, a panfletagem era feita pelo pessoal da vanguarda. Eles vieram, disseram: - “tal dia vai ser a panfletagem”. Eu cheguei lá umas sete horas da manhã, estava o pessoal lá. Quatro companheiros,

duas companheiras e dois companheiros. Dois panfletando, e dois de arma na mão, dando cobertura. Era legal, para mim aquilo era uma maravilha, fiquei [risos], aquela ação, o pessoal pegando, não sei o que. Depois aquela mesma história, foi para dentro da fábrica, eu fiquei ligado para saber o resultado, perguntar o pessoal. E eu tinha, lá na fábrica, eu tinha muita facilidade, porque eu era da manutenção. O pessoal da manutenção tem acesso à fábrica toda, porque manutenção você tem que entrar para olhar, para fazer a manutenção das máquinas, então eu podia me deslocar para qualquer lugar, sem nenhuma suspeita. Quando eu fui trabalhar lá, eu era ajudante de manutenção, entrei como ajudante. Aí eu contei a história, eu fiz o curso do SENAI, sai do científico para fazer curso do SENAI, para a organização. A gente fazia curso para entrar na fábrica, e já estava fazendo para me qualificar melhor, não sei o que. Aí, quando eu fiz o curso do SENAI, fui promovido. Fui promovido para mecânico. Foi bom porque aumentou o salário, e a minha condição de vida. Bom, eu andava muito na fábrica, porque eu era da manutenção, e conversava muito com as pessoas, conversava muito com todo mundo, adora conversar. As companheiras conversavam, e quando tinha uma ação, assim, aí rolava [dúvida 05:44]. Eu fazia o seguinte: eu levava os panfletos, e quando era para fazer trabalho na fábrica, eu colocava aqui por dentro do macacão. Eu era magro, não tinha barriga, nada, dava para esconder debaixo do macacão, um pouco folgado, assim, e tal, e os panfletos aqui dentro. Aí levava para dentro da fábrica. Dentro da fábrica, tinha lá uma seção onde ficava, tinha um armário, quer dizer, cada um tinha um armário. Quando não tinha ninguém, eu pegava, botava tudo dentro do armário, trancava, fechava o cadeado. Quando era na hora do almoço, que o pessoal não saía, eu saía para panfletar. Aí saía com os panfletos, botando nas máquinas. Quando o pessoal voltava, estava tudo panfletado. Depois eu ia para ouvir os comentários, não sei o que, blá blá blá. E aí, quer dizer, eu ia falar com algumas pessoas. Isso é importante porque é o movimento, é a luta contra a ditadura. Nós precisamos voltar à democracia outra vez. Uns concordavam, outros diziam: - “Isso é muito perigoso. Você não tem medo?”. Eu falei: - “Não, eu não tenho muito medo não. Eu acho que a gente tem que enfrentar. Nós temos que ter coragem para enfrentar. Não tenho muito medo desse troço não. Claro que a gente tem que ter algum cuidado, mas...”. Tinham uns caras que trabalhavam comigo diretamente, que tiveram dois que, com o tempo, eu acabei abrindo um pouco para eles, comecei a passar para eles algum

materialzinho, coisa simples. Os caras começaram a se empolgar, e começaram a compreender da luta. Tinha um companheiro que chegou, uma vez, lá...

D. P. – E aí você recrutou eles para a ala vermelha?

G. S. – Não, paramos ali é difícil, estávamos na periferia, e tal, somos simpatizantes. Dávamos contribuição ali, dava até cobertura.[inaudível 07:33], com uma camisa escrita USA, com o símbolo dos fuzileiros navais americanos. Aí eu falei: - “Companheiro, que camisa é essa aí?”. – “Foi mal, é que eu fui na feira, cheguei lá, vi essa camisa aqui, eu achei bonita, eu achei, assim, que estava escrito aqui, eu pensei que era: União Soviética armas” [risos]. Eu falei: - “Faz sentido, mas não é isso não. Isso é *United States Army*. Isso é arma do Exército dos Estados Unidos [risos]”. Começaram se empolgando com o movimento. Eu continuei fazendo o trabalho, fiz muita pichação dentro da fábrica. O pessoal fazia “cerão”, hora extra, chamado “cerão”, hora extra. Depois que o pessoal ia embora, a gente ficava para poder fazer algum conserto. Aí eu ficava na fábrica, a gente recebia umas ordens de serviço, para fazer algumas coisas, aproveitava, depois de seis horas, pichava. “Abaixo a ditadura, viva a luta armada. É a fome, lute.”, um monte de coisas, mas isso tinha um problema. Isso tinha um problema, porque começaram a desconfiar. Tinha lá o sindicato, eu ia para a assembleia do sindicato, era filiado ao sindicato, e ia na assembleia. Na assembleia ia pouca gente, e a maioria não falava. O pessoal despolitizado, e na ditadura, principalmente, então, os caras tinham medo, e ninguém queria falar. Mas eu falava na assembleia. Sempre falava, reclamava: - “Isso é um absurdo, o salário é uma desgraça, a gente tem que lutar, melhorar nosso salário, insalubridade para todo mundo”, aquelas coisas, aquelas reivindicações que a gente tinha, e eu falava tudo a assembleia. E o cara só me olhando, o presidente, que era o maior “pelego”, só me olhava. Ficava me olhando, não falava nada. Aí foi, foi. Chegou uma época que eles aprovaram em assembleia um desconto assistencial. Como é que era? Associado paga a mensalidade como sócio, desconta o imposto sindical anual, que aí é o imposto que é obrigatório, que é compulsório, e aí ele aprovou um desconto de 10% no primeiro aumento. Quando viesse o aumento salarial, na época do primeiro aumento, 10% de desconto para todo trabalhador compulsório mesmo, mas foi aprovado lá. Sabe como eles aprovam? É o seguinte: lá no sindicato, tinha lá um livro aberto, sempre. Todo mundo que ia lá, qualquer coisa, sempre olhava, porque tinha dentista,

tinha barbeiro, sindicato assistencialista, aí o pessoal ia muito lá para gratuidade, para poder se beneficiar de algumas coisas que o sindicato oferecia. Assinava lá, “Assina aqui”. Estava lá o livro aberto, para assinar, não tinha um cabeçalho pronto não. Quer dizer, eles colhiam muita assinatura, depois, quando faziam assembleia, eles faziam o cabeçalho, e faziam aquela lista de pessoas em assembleia. Que, para aprovar um negócio desses, tinha que ter legitimidade, tinha que ter uma quantidade razoável de assinaturas. Pelo menos umas 100 assinaturas, ou mais, para poder dizer: -“Olha, aprovei na assembleia”. Aí, está aprovado. Eu fui lá para os companheiros: - “Nós vamos derrubar esse negócio aí. Porque, pela lei, é o seguinte: se nós conseguirmos uma lista de assinaturas, um abaixo-assinado, superior ao que estava no livro da assembleia, a gente vai no Ministério do Trabalho e derruba o troço”. Fizemos um abaixo-assinado, e conseguimos as assinaturas. Muita assinatura, todo mundo era contra o aumento, porque era um absurdo. Fomos no Ministério do Trabalho, e o cara cancelou o aumento. O que eles fizeram? Nesse período, um dia tinha lá um supervisor que era do partido. Ele estava conversando comigo, e tal, e aí eu acabei abrindo um pouco para ele esse negócio da minha militância, ele falou: - “Não, é isso mesmo, o PCB não faz essas ações, o partido, mas vocês tem são um grupo do bem, tem que ter muito cuidado”. Está legal. Quando foi um dia, ele chegou, falou assim: - “Geraldo, aqui dentro da fábrica, eu recebi informações, pela gerência, que tem dois agentes aqui, infiltrados, para poder pegar quem está fazendo agitação dentro da fábrica”. Botaram dois agentes lá dentro. Ficavam por lá, andando. Como se fosse um supervisor, coisa parecida, para despistar. Estavam lá fazendo trabalho de espionagem, para descobrir quem eram as pessoas que estavam fazendo agitação lá na fábrica. Ai passou, assim, mais ou menos umas duas semanas que estavam lá, quando foi um dia, pegaram eu e mais quatro, o DOPS².

D. P. – Você estava no trabalho mesmo, dentro da fábrica?

G. S. – É, foi lá na fábrica, o DOPS. O que eles fizeram? Porque eles desconfiavam, de repente o próprio sindicato pode ter falado que eu era o cara principal daquela agitação. O que eles fizeram? Primeiro, interrogaram os quatro companheiros. Interrogaram os outros quatro. Suponho que para poder perguntar se me conheciam... Sabe como é,

² Departamento de Ordem Política e Social

aqueles instrumentos de tortura que eles faziam. Não chegaram a ser torturados não, mas interrogatório, psicológico, pesado, para ver se os caras... Mas eu acho que ninguém falou nada. Eu suponho que todo mundo negou, que não sabia de atividade nenhuma minha. Quando eu fui para ser entrevistado, os caras vieram para cima de mim, pressionaram, entrevistaram. Eu fiquei lá no interrogatório umas duas horas, ou mais, no interrogatório. Aí segurei a barra firme, fiquei na maior tranquilidade. Quando foi no final da tarde, eles liberaram a gente, mandaram a gente embora. Aparentemente o negócio estava até... Isso me ferrou, porque, depois, depois teve reflexo mais lá na frente, que eu fiquei fichado, como elemento envolvido em atividade subversiva, e depois só consegui constatar isso quando eu peguei o habeas data, estava lá o negócio. Então, quer dizer, aparentemente, eu não sofri tortura, eu não fui torturado, mas acabou que essa prisão do DOPS, para interrogatório, acabou criando um problema muito sério para mim.

D. P. – O cara da fábrica... Você ficou na fábrica, como é que foi? Depois dessa prisão, você voltou...

G. S. – Eu fui demitido da fábrica.

A. S. – Era na Klabin, que você trabalhava, nessa época?

G. S. – Era na Klabin.

D. P. – Você foi demitido. O cara, quando te demitiu, disse alguma coisa para você, não?

G. S. – Falou.

D. P. – Era demitido, porque era subversivo?

G. S. – Não, não falou isso não. Ele falou: - “Olha, você foi entregue pelo seu sindicato”. O cara falou. - ”O presidente do seu sindicato foi quem te entregou, entregou vocês”. Mas eu era o principal suspeito. Os outros não foram demitidos, mas eu fui.

Porque o sindicato... O “pelego”, ele faz pressão em cima do patrão, quer dizer, pode demitir esse cara, porque esse cara é agitador. O sindicato deve ter exigido a minha demissão. Aí fui demitido.

D. P. – E aí, você foi para onde?

G. S. – Depois foi um problema. Nessa altura, por causa que eu tinha sido... Tinha tido aumento, um tempo atrás, por causa da promoção, eu tinha casado, casei. Aí começou um problema sério.

D. P. – Sua mulher era daqui, do Rio?

G. S. – Não, minha mulher, ela trabalhava aqui, em uma fábrica, era costureira industrial. Trabalhava em uma fábrica na avenida Itaoca, em Bonsucesso, e quando eu conheci ela, ela era trabalhadora, lá, operária da fábrica, e aí a gente estava conversando, o pessoal: - “Não, eu acho que deviam casar, porque tem uma retaguarda”. Porque família é retaguarda. De certa forma é verdade, só que você... O pessoal começou a organizar, eles orientavam a organização, para que gente se casasse. Porque um revolucionário não pode ficar por aí. O cara novo, sem mulher, mas não pode ficar por aí, namorando com uma, com outra mulher, fazendo... Isso é negócio de burguês.[risos]. Revolucionário tem que ter um comportamento ético [risos]. Então, tem que casar, para poder ter sua esposa, e ficar tranquilo. Baseado nisso, eu acabei me casando. Minha mulher era operária, nordestina também, por sinal.

A. S. – De onde, que estado?

G. S. – Ela é da Paraíba. Paraibana. Santa Rita.

D. P. – Você ficou casado com ela o tempo todo?

G. S. – Fiquei. Bom, casei, e tal, aluguei uma casa, fui morar, lá em Olaria. Nessa época. A demissão foi depois.

D. P. – Você já estava casado, quando foi demitido?

G. S. – Já estava casado. Foi um problema sério, porque, depois de casado, e já com a mulher, no ano seguinte nasceu minha primeira filha, eu fiquei desempregado, não arranjava emprego. E aí eu falei: - “Bom, está difícil”. Eu pensei o seguinte: já que eu estava esperando receber o fundo de garantia, essas coisas todinhas, eu falei: - “Vou comprar um barraco para morar, porque eu não vou poder pagar aluguel”. Aluguel eu não vou poder pagar. Desempregado, e tal, não sei se vou arranjar emprego, como vou arranjar, e que tipo de emprego vou arrumar, vou comprar um barraco. Aí comprei, com o dinheiro do fundo de garantia, comprei um barraco, lá na favela de Manguinhos. Muito simples, hoje, um barraco daqueles, devia custar uns quatro, cinco mil reais, dinheiro de hoje. Um barraco simples. Tinha problema, o telhado era todo ruim. Quando chovia, chovia mais dentro do que do lado de fora. Aí eu tive que arrumar um dinheiro, com ajuda de alguns amigos, fiz uma reforma no telhado, fui melhorando. E aí a mulher estava grávida já do segundo filho. E ela estava fazendo o pré-natal em um hospital ali de Bonsucesso. Manguinhos é ali pertinho de Bonsucesso. Quando foi na época de... Quando estava com nove meses, uma noite, ela me acordou: - “Ah, acho que vai nascer a criança”. Tinha arrebentado a bolsa, arrebentou, de madrugada. Aí eu falei assim: “Puxa, o que eu vou fazer?”. Tinha uma vizinha lá, até tinha muita amizade com ela, e tal, bati na casa dela: - “A senhora, por favor, pode ir lá em casa? A minha mulher vai ter a criança agora”. E ela era do Espírito Santo, pessoal do interior, assim, acaba sendo meio parteira. Porque lá, o pessoal que mora no interior, até por necessidade mesmo, a maioria das mulheres sabe essas coisas, acaba fazendo parto mesmo, porque, até por uma necessidade de sobrevivência mesmo. Aí chamei ela, a senhora tinha experiência. – “Não, pode deixar comigo, eu vou ver lá como é que está a situação dela.” Falei: - “Então a senhora fica aí, que eu vou ver se arrumo um carro para levar ela para o hospital”. Aí sai da favela, entre ali na avenida Democráticos, em Bonsucesso, o carro não queria parar de madrugada. Fazia sinal, o cara parava, o taxi, o cara: - “Ah, amigo...”. Depois apareceu um cara, eu falei: - “Amigo, estou desesperado, minha mulher está para ter filho lá, aqui pertinho, mas eu preciso de um carro para levar, você pode fazer o favor de ir lá? Por favor”. E ele: - “Tá, vou.”. Aí entrou na favela comigo, encostou o carro, quando estava entrando dentro de casa, a criança estava nascendo já. Eu voltei, falei: - “Amigo, muito obrigado, mas pode ir, porque a criança já está

nascendo”. E essa senhora falou para mim assim: - ”Você vai me ajudar a fazer o parto. Pega uma tesoura, pega álcool, para desinfetar a tesoura. Algodão, álcool, não sei o que lá, e vamos fazer o parto”. Ajudei ela, foi lá, cortou o umbigo do garoto direitinho, arrumou lá. Legal. O menino ficou tranquilo, peguei a placenta, tinha lá um rio que passava, botei lá no valão para levar. O menino nasceu, aí a mulher falou: - “Seu menino nasceu em casa, a gente não pesou, não mediu”. Ela pegou a fita métrica, foi lá, mediu o garoto. Aí, no dia seguinte, passou lá o peixeiro, os caras que vendem peixe na favela, tinha um cara com um cesto de peixe e uma balancinha. Aquela balança que ele carrega pendurada na mão, aquilo pesa. Aí a minha mulher falou assim: - “Aí, o meu garoto nasceu aí, dá pra ele pesar nessa balança aí?”. Foi um negócio muito engraçado. O cara: - “Vamos dar um jeito aqui”. Ai forrou com um paninho lá, a balança – só tem um prato na balança – colocou ele lá, pesou 3,300 kg, pesou o garoto. No outro dia ele passou lá e falou: - “E aí, vai pesar hoje de novo?”. O cara falou para a minha mulher. Ficou brincando com ela. Eu ri de novo. Você foi pesado em uma balança de peixeiro, lá na favela de Manguinhos. Mas a situação lá era muito complicada do ponto de vista do tráfico. O tráfico lá era, já naquela época, era muito pesado.

D. P. – Já era pesado?

G. S. – Quase todo final de semana tinha tiroteio dentro da favela. Fechava o barraco, e era cara dando tiro para tudo quanto é lado. Aí, quando acalmava, vinha o chefe lá da favela: - “Aí, pode abrir as portas, acabou o tiroteio”. E os caras iam embora. A minha mulher: - “Vamos ter que sair daqui, está demais, muito perigoso”. E eu falei: - “Sair daqui para ir para onde? Só se eu arranjasse para trocar para outra comunidade”. Depois, conversando com um cara, o cara falou que tinha uma pessoa lá do Morro do Alemão, que estava querendo sair de lá, porque disse que a água lá era muito difícil. Lá onde eu morava, ali em Manguinhos, tem muita água, porque lugar baixo, a água era farta. Muita água, à vontade. Lá no Alemão, já era difícil, mas como a minha mulher queria sair de lá, depois então, eu falei: vou trocar. Aí a pessoa do Alemão foi lá, olhou o barraco, tinha dado uma melhorada, não sei o quê, então trocamos um pelo outro. Não teve volta. O cara foi para onde tinha água, e eu fui para onde não tinha água.

D. P. – Não tinha água, é?

G. S. – O Alemão não tinha água.

D. P. – O barraco era um pouquinho melhor?

G. S. – O barraquinho era um pouquinho melhor. Não era muito melhor não, eu depois que fui arrumando. Morando lá...

D. P. – Você tem dois filhos?

G. S. – Dois filhos. Continuei militando, e aí como...

D. P. – E trabalho, nada?

G. S. – Arranjei um emprego na GE. Que eu fui lá na General Eletric, GE, não é? Aí cheguei lá com o diploma do SENAI, tinha diploma de curso ginásial, um monte de coisas lá, cheguei lá, o cara me deu um emprego.

A. S. – Em que ano foi isso?

G. S. – Isso foi em 1974. Eu sai lá da Klabin em 1973, no final do ano, eu fui demitido, em 1974 consegui o emprego na GE. Trabalhei lá, não cheguei nem a três meses, fui demitido.

D. P. – Por quê?

G. S. – Ah, mas você não imagina. Depois que eu fiquei preso no negócio lá no DOPS, eu entrei para a lista negra, aí fui demitido.

D. P. – Mas o cara dava motivo, ou nem dava motivo?

G. S. – Não, nunca dá. Esses caras não dizem, eles são treinados. É um negócio de segurança, e tal. É tudo combinado, é o sistema, não é? Aí fui demitido, fiquei

desempregado. Mas comecei procurando, procurando, aí arranjei um emprego em uma metalúrgica lá na Dutra, chamada Fabrimar. Fabrica negócio de torneira, um negócio assim, uma metalúrgica, fui trabalhar lá. Dois meses e 15 dias, demitido. Me mandaram embora de novo. Aí lá vou eu de novo, sem emprego outra vez.

D. P. – Sua mulher trabalhando? Continuava, ou não?

G. S. – Ela não estava trabalhando não.

D. P. – Estava tomando conta dos meninos?

G. S. – É. Fui demitido de novo, naquela luta.

D. P. – E para sobreviver? Comida, minimamente...?

G. S. – Não, continuava trabalhando, tinha um dinheirinho, quando era demitido, pagava o aviso prévio, aquelas coisinhas lá, e a vida é assim. Mas, assim, lá em Ramos, próximo lá, tinha uma feira aos sábados, era a feira lá do bairro. Era pouco dinheiro, às vezes sem dinheiro nenhum, com pouco dinheiro, ia na feira, ia depois de meio-dia, que onde os caras começavam a baratear.

D. P. – A xepa?

G. S. – A hora da xepa. Eu ia pegar a xepa, era mais barato. Ia naquelas barracas que vende frango, eles tiram o peito do frango, para fazer filé, fica a carcaça, eles chamam carcaça mesmo. Eles vendem aquilo baratinho, eu comprava aquelas carcaças para poder comer. Comprava pé de frango, carcaça, essas partes mais... Para poder ter alguma coisa para comer em casa com as crianças. Não tinha dinheiro para comprar peito, nem para comprar o frango inteiro. E iam levando assim, na maior dificuldade. Depois, passou um tempo, arranjei emprego em uma fábrica de óculo, perto do morro do Juramento, ali em Vicente de Carvalho, chamada [dúvida 25:04]. Fiquei trabalhando lá também. 45 dias só.

A. S. – Mesma coisa? Sem justificativa...?

G. S. – Não, era: não dá, não sei o que... Não passou da experiência. O que diziam era isso. Porque o período, quando a gente é contratado, a gente é contratado para experiência, 90 dias. E aí não passou da experiência. Como eu tinha trabalhado muitos anos na Klabin. Depois, com mais alguns tempos desempregado, arranjei emprego na Companhia Nacional de Tecidos Nova América, que era onde é hoje o Shopping. Ali era uma fábrica enorme, também, de tecido. Fábrica imensa, trabalhava lá cinco mil, ou seis mil...

D. P. – Você continuava no Alemão, morando no Alemão?

G. S. – Morando no Alemão.

D. P. – E a água? Para vocês pegarem água, pegava o que, aonde buscava essa água?

G. S. – Não, não tinha água, tinha... Sempre, todo lugar é assim, toda comunidade tem, no pé do morro, a própria Cedae botava lá uma bica, o pessoal do morro descia para pegar água lá, e a noite toda, porque era uma bica só para muita gente. Fazia aquela fila enorme de lata. Como a gente morava mais próximo, o meu barraco era perto...

D. P. – Vocês levavam uma lata, aquelas latas?

G. S. – Não, lá não precisava. O povo do morro, sim. Eu, quando eu morei lá no alto do morro, carregava nas costas...

A. S. – Com o seu tio?

G. S. – É, com o meu tio. Mas lá não, era perto, podia pegar duas latas e encher, e levar na mão, que era perto. Eu morava, mais ou menos, uns 30 metros do...

D. P. – Dessa torneira?

G. S. – Da torneira, que era na beira da rua, passavam os carros tudinho. A gente se virava assim. Depois, aí eu fui trabalhar na Nova América, também... Lá eu fiquei mais tempo, seis meses. Também demitido, da Nova América. Passei na experiência, mas depois fui demitido [risos]. Mesmo passando, mas não fiquei, não fiquei. Continuei trabalhando. É porque, também, às vezes...

D. P. – Era sempre um choque, não é, Geraldo? Quando você era demitido...

G. S. – Era um choque, desempregado é fogo, com criança, com filho, era um problema. Pois é, então... Fiquei depois, vi um anúncio no jornal, estavam precisando de um mecânico de manutenção para trabalhar no aeroporto, lá no Galeão. O aeroporto tinha sido inaugurado, fizeram obra de reforma no Galeão, aí era o novo aeroporto, tinha manutenção, tinha muita coisa para fazer lá, fui trabalhar. Fiquei lá trabalhando, depois o chefe lá, o cara que era o supervisor, falou assim: - “Olha, eu estou até pensando em promover você. Você quer ser chefe de turno?”. - “Não, não quero não, não quero ser chefe não. Chefia eu não quero não. Estou com um salário razoável, está tudo bem, não quero. Chefe é amigo do patrão, então não quero esse negócio não”. Quando foi, estava lá quase um ano trabalhando, quando foi um dia, o cara chegou para mim e falou: - “Olha, a empresa solicitou que todos os empregados apresentem um documento chamado atestado”... Como é que é? Atestado... Ideológico.

D. P. – Atestado de antecedentes? Ideológico?

G. S. – Não, antecedentes é na polícia...

D. P. – Ideológico?

G. S. – Ideológico, atestado ideológico. Era dado pelo DOPS. Aí eu falei: - “Po, eu me ferrei”. Pensei logo. Fiquei calado. Passou uns 15 dias lá, o meu chefe chegou, o engenheiro lá, falou: - “Olha, vieram os atestados, foi concedido, para você não veio”. Eu pensei: já sabia. Mas eu fiquei calado, não falei mais nada. Aí ele falou assim: - “Será que se você for lá, você não consegue? Você ir lá conversar, falar que você depende para manter seu emprego”. Um cara razoável, até, o engenheiro que era o

gerente lá. Falei: - “Posso ir lá, posso tentar, não sei se vou conseguir”. Fui, mas fui lá. Cheguei no DOPS, sentei lá, o cara perguntou o que eu queria, eu falei: - “Não, queria falar com o diretor do DOPS, ou sei lá, algum assessor especial dele, alguma coisa assim”. O cara disse: - “Sim senhor”, e me encaminhou. E o cara era o chefe de gabinete do diretor do DOPS. Cheguei lá, entrei na sala, mandou eu sentar, ele me ofereceu um café, cigarro, saiu para fumar, até peguei um cigarro, fumei um cigarro. Fumei o cigarro do polícia lá, e tal, aí ele falou assim: - “Seu Geraldo, o que o senhor deseja?”. Eu expliquei: - “Olha, estou trabalhando em uma empresa aí, foi pedido um atestado de ideologia política, o DOPS aqui negou, e eu preciso para poder continuar trabalhando, senão vou perder o emprego”. Aí ele falou assim: - “Deixa eu dar uma olhada aqui nos arquivos”. Olhou, voltou, disse: - “Olha, não dá não, não tem a menor condição. A única chance que o senhor tem de conseguir um atestado de ideológica política é se você trouxer aqui uma carta, tem que ser carta ou de três empresários, como fiador seu de aspecto ideológico, ou então de oficial das Forças Armadas”. Pediu o impossível [risos]. Imagina só! Eu não conhecia nenhum empresário, quem ia me dar? E o cara sabe que quem teve envolvimento lá, teve problema político. O cara sabe disso. Ainda mais oficiais de Forças Armadas. Eu falei: - “Está bom”. Voltei lá, e o cara falou, falei: - “Não consegui não”. E o cara falou: - “O que tu arranjou aí?”. Falei: - “Não, eu estive envolvido em alguns movimentos aí, é isso, eu estive lá no DOPS, fui registrado, por luta nos meus direitos de trabalhador, não foi nada demais, mas entenderam que eu era subversivo, e tal, me ficharam por isso. O que eu vou fazer?”. Ele falou assim: - “Mas é porque, aqui, aqui no aeroporto, isso aqui é área de segurança nacional. Os caras exigiram, toso mundo que está aqui dentro tem que ter”. Por que só depois que eu estava trabalhando nove meses foram pedir essa história, não é? Quer dizer, geralmente o cara pede antes do cara ser contratado, antes de ser admitido na empresa que pede atestado, não depois que o cara já está trabalhando. Tudo bem, aí mandou o aviso, fiquei desempregado.

D. P. – Isso você ainda estava militando na ala, ou já tinha a ala e você já estava...?

G. S. – Já estava...

D. P. – O senhor já tinha sido preso...

G. S. – É. Aí eu...

D. P. – Mas você tinha algum contato com alguma pessoa militante, líder sindical, nesse periodozinho aí, ou não? Estava solto?

G. S. – Até eu falei, não é, que quando nós, quando a ala foi totalmente destroçada foi no início lá da ditadura, nós passamos a fazer o jornal Tacape. E esse jornal, aí teve uns companheiros nossos, nós fizemos o seguinte: nós alugamos um apartamentozinho lá em Ramos, na rua João Silva, que servia como aparelho nosso, era aparelho do pessoal do Tacape. Não era mais ala, era pessoal do Tacape. E aí lá morava um companheiro, morava lá, nesse apartamento, os demais, cada um ficava nas suas casas. No aparelho, nós tínhamos todo o material nosso, os livros, muitos livros, uma biblioteca muito boa, era tudo de esquerda. Tinha lá uma vitrolazinha, que a gente ouvia uma musiquinha, tinha um mimeógrafozinho, e uma máquina de escrever. Que a gente passou a produzir o nosso próprio material, produzia lá mesmo, nesse aparelho. E era um negócio difícil, porque tinha que bater os textos, sabe como é que é, naquela máquina dura para caramba. A gente ficava a noite toda lá para fazer o material. Chegava de madrugada, a gente começava a imprimir no...

D. P. – Mimeógrafo?

G. S. – Mimeógrafo, ou então a gente, o mimeógrafo dava defeito, a gente fazia também uma tela, a gente chamava de “reco-reco”. Colocava aquela...

D. P. – A tinta?

G. S. – A tinta, e botava o papel, aí ia com um troço assim, puxando assim, para poder imprimir o material. Imprimia assim.

A. S. – Um por um?

G. S. – É, um por um. Processo manual, processo artesanal. Difícil para caramba, mas a gente fazia, a gente produzia os panfletos e panfletava no estaleiro, mas aí, na época em que o Médici foi inaugurar, lá no estaleiro de [inaudível 33:41], o maior navio cargueiro, 400 mil toneladas, o Médici foi inaugurar. E lá, na semana da inauguração, nós produzimos muitos panfletos, e um companheiro nossos levou para dentro da fábrica, estava lá trabalhando na [dúvida 33:57], tinha mais dois contatos lá, que ajudou, fizeram a panfletagem. Denunciando o Médici pela sua ditadura, ditadura sanguinária, um monte de coisas, [inaudível 34:10] para não participar da festa: - “Vocês não participam da festa, isso aí é uma falsidade”. Nossos companheiros já estavam mapeados. Na hora que ele saiu do estaleiro, às cinco horas da tarde, quando saiu [inaudível 34:19] pegou ele. Aí quando pegou, já tínhamos combinado o seguinte: - “Olha, quem for preso, tem que gritar o nome: Eu me chamo Fulano de tal”, para poder o pessoal saber, não fica calado não. Se está sendo preso, grita: sou Fulano de tal, estou sendo sequestrado. Ele fez isso. O cara que prendeu ele, foi lá e deu um soco nele. Um rapaz novo, fortão, até derrubou o policial com um soco que ele deu no cara. E gritou: - “Meu nome é Luiz Carlos, estou sendo sequestrado”. Começou a gritar, chamou a atenção de todo mundo. Ele foi preso, foi em uma sexta-feira, no sábado, nós fomos lá no aparelho, ia ter uma reunião, ele não apareceu. Ele morava lá. - “Ele está preso, ele não dormiu aqui, e não apareceu até agora, deve estar preso. Vamos fazer o seguinte: nós vamos retirar, o mais comprometedor que estiver aqui, nós vamos retirar do aparelho”. Aí tiramos as armas que estavam lá. Tinha um bocado de armas, tinha um punhal, tinha facão de mato, tinha manual de guerrilha, tinha material de produzir um monte de coisa, tinha um monte de coisa lá. Nós pegamos umas bolsas de material, e nós tiramos tudo que era comprometedor. Fechamos e fomos embora. Depois a gente soube que o cara da rua falou: - “Olha, os caras vieram aqui, em uma caminhonete, arrebitaram a porta lá, e levaram os livros, umas coisas assim”. Levaram tudo, levaram até um fogão, que tinha um fogãozinho, mesa, cadeira, levaram tudo. Não sei se aquilo é para botar como peça lá do inquérito. Mas como nós tínhamos combinado com todo mundo: olha, é o seguinte, quem for preso, tem que suportar pelo menos 24 horas de tortura, no mínimo, para poder ganhar tempo. Aí ele segurou a barra, e se ele [inaudível 36:10], nós tínhamos caído no sábado, lá. Esse material aí, todo mundo tinha esse material em casa, minha mulher ficou com um medo danado, pegou o material que tinha lá em casa, material do jornal Tacape, todos os materiais, ela queimou tudo. Ficou com

medo, não sabia se o cara... Podia o cara abrir e a gente depois também cair. Por isso, depois, o pessoal pergunta, o material do Tacape, não sobrou nada. Só o inquérito que teve na polícia, o pessoal que editou o livro que produziu o livro, pesquisaram sobre o livro “Brasil nunca mais”, aí tem um parágrafo sobre o Tacape, também, constava lá no...

D. P. – Nos processos?

G. S. – Nos processos. Foi um negócio brabo.

D. P. – Desarticulou esse grupo do Tacape...

G. S. – Também.

D. P. – Você ficou solto, ou encontrava, ainda, com alguém...?

G. S. – Aí não encontrava mais não.

D. P. – Tinha sido desarticulado?

G. S. – Nessa época, quando eu fui pro negócio do aeroporto, já em 1977, por aí assim, o que eu fiz? Eu passei a militar em outras coisas. Militar no movimento comunitário, na associação de moradores, lá do Alemão. Ia nas reuniões, fazer oposição lá ao cara que era a diretoria da associação, que era um bando de pelegos, tudo sem vergonha, ligado à ditadura, o cara que era da UDN³, aqueles partidos lá do... UDN não, ARENA⁴. Então lá era o seguinte, eu vou até voltar um pouco essa história, estava lá no morro, é uma história interessante. É nesse período, o Alemão... As comunidades eram assim. Tinha uma associação de água, e tinha outra da luz. Cada um tinha uma associação, só que não tinha água.

D. P. – Comissão, não é, que chamava?

³ União Democrática Nacional

⁴ Aliança Renovadora Nacional

G. S. – É, comissão de água e comissão de luz. A luz era o seguinte: tinha uma cabine no pé do morro, uma cabine enorme, tinha lá um interruptor, um negócio de ligar e desligar, um troço imenso, e o cara da associação, da comissão de luz, é que tinha a chave de lá. Mas, de vez em quando, quando chegava na época assim, ainda mais na época do verão, que usava mais aparelhos, ainda mais final de semana, sempre arrebentava o fusível, estourava o fusível. eu morava perto, morava lá no pé do morro, escutava assim “boom”, aquele estouro assim. O fusível arrebentava, apagava a luz, ficava tudo escuro. Aí tem que esperar o cara da associação vir para repor, trocar o fusível, para poder religar o relógio lá, porque a chave desarmava. Quando havia problema de sobrecarga, o fusível arrebentava, estouro, e a chave desarmava. Final de semana, muitas vezes, o cara que era lá da comissão, um tal Eurico, foi até candidato pela ARENA, ele tinha, parece, que um sítio, lá para os lados de Magé, ele pegava a mulher e os filhos e ia para lá. Aí, quando arrebentava, não tinha ninguém para substituir o negócio do fusível. O pessoal ficava irado. Dia de domingo, dia de jogo, o pessoal queria assistir o jogo, e tal. Como é que ia, sem luz? Aí, esse Eurico, naquela época, ele era o único cara que tinha um carro, lá na comunidade. Tinha uma Brasília. Ele morava lá em cima do morro, só que ele morava em uma casa boa, casa espaçosa. Quando era lá umas quatro e meia, cinco horas, ou seis horas, aí que vinha o Eurico. Vinha lá na Brasília dele, charutão na boca, parecia até o Eurico Miranda. Barrigão enorme, charuto na boca [risos], subindo o morro naquele carro dele, desgraçado. Ele chegava em casa, pegava a chave, vinha lá abrir, e repunha a energia. E a água também era assim. Tinha encanação, ate, de água, só que a água não subia, não tinha força para subir. Quem morava até uma certa altura, às vezes ainda pegava até um pouquinho de água, às vezes, mas tinha uma hora que não tinha como, não chegava mesmo. É tanto que, depois, no governo Brizola, fizeram uma caixa d’ água lá em cima do morro, aí é o certo. Porque a água vem...

A. S. – De cima para baixo.

G. S. – É. Não precisava nem ter bomba, ela vinha de cima, abria lá o registro, ela descia. É um troço lógico. Ia pela força da gravidade mesmo. Mas aí, a gente fazia esse trabalho, lá na comunidade, e... Morar na comunidade é um negócio interessante. É uma

vida comunitária, é uma vida muito diferente do pessoal que mora na classe média, no bairro, e tudo. Porque você mora, às vezes, em um prédio, você mora há cinco, seis anos, você não conhece o teu vizinho. O individualismo é impressionante, da classe média. Lá na comunidade todo mundo se conhece. Quando faltava na casa de um vizinho, faltava o açúcar, ia: - “Vizinha, me dá um pouco de açúcar aí, depois eu te pago”. Uma xícara de açúcar, um café, um leite para a criança. Havia aquela convivência, aquela troca mútua. Quando chegava final de semana, geralmente quem construía um barraco, não precisava pagar mão de obra. Mão de obra era...

A. S. – Era a ajuda dos vizinhos.

G. S. – Era de todo mundo. o cara comprava só o material.

D. P. – Faz um mutirão.

G. S. – É, é tudo mutirão. O cara ia fazendo. Quando chegava no dia de colocar a laje, que é a parte mais pesada, era uma festa. O cara comprava mocotó, a mulher fazia uma panelada de mocotó, ou fazia uma feijoada, assim, e chegava cedinho o pessoal para botar a laje. - “Só o café da manhã aqui, bebida só quando acabar”. Senão o cara começava a beber, depois podia sofrer um acidente.

A. S. – Podia se acidentiar, é.

G. S. – De manhã cedo, um pedaço de pão, meia bisnaga de pão com mortadela, o cara comia, um copo de café, aí, quando era meio-dia, assim, estava acabando, o cara já vinha com uma garrafa de batida de limão. Estava terminando. Acabou, todo mundo ia se lavar, depois era feijoada, rolava cerveja, cachaça e samba de roda, partido alto. Juntava aquela galera, fazia uma roda assim, e cada um cantava um verso do partido alto. Esse negócio eu acho muito legal, até hoje eu ainda lembro muitos daqueles versos de partido alto, que a gente cantava lá, e cada um cantava. Começava assim: - “Eu saí lá da Mangueira com sapato de algodão, o sapato pegou fogo e eu fiquei com o pé no chão. Olhaí, oh, minha gente, ta de onda essa nega, não toma café com leite, não comia pão com manteiga. Pra mim, pra mim, o samba é bom quando é cantado assim. Pra mim.

Você diz que é malandro, malandro você não é. Malandro bebe cachaça, e você bebe café. A mulher do paraíba teve dois paraibinhas, um tinha a cabeça grande, o outro tinha cabecinha... Pra mim, pra mim [risos] o samba é bom quando é cantado assim. A história de Adão e Eva tinha muita safadeza. Adão comeu a maçã e Eva de sobremesa. Você diz que eu sou preto, porém eu sou preto e me consolo, tenho visto muita branca com filho preto no colo... Pra mim...”. E aí seguia o samba. Era muito legal. Aquele povo, um povo pobre, mas um povo alegre. Com todas as dificuldades, mas se diverte, e são amigos, são companheiros. Quando morria uma pessoa lá na favela, o pessoal fazia listinha para poder pagar o enterro. Porque muitas vezes o cara não tinha dinheiro para pagar o enterro. Fazia um abaixo-assinado, a mulher saía nas casas com a listinha, pedindo ajuda, contribuição, para fazer o enterro daquela pessoa. Um negócio muito legal. Chegava dia das crianças, juntava todo mundo, fazia uma festa. Quer dizer, aquela vida comunitária era uma vida muito boa, é assim. Diferente das pessoas da classe média, que é toda egoísta, individualista. Tem algumas exceções, mas a maioria são assim. Eu estava sem nenhuma organização, também não tinha mais, também tinha acabado tudo, e passei a militar lá na comunidade, na luta lá pela água e a luz, e passei militar na pastoral operária, da igreja católica, que é um espaço interessante.

D. P. – Você é católico?

G. S. – Não, eu sou ateuzação.

D. P. – Ateuzação eu gostei [risos]. Mas aí você percebeu que a pastoral operária era o espaço?

G. S. – É um espaço de atuação. E a igreja foi uma aliada nossa muito importante.

D. P. – Como você se aproxima da pastoral operária? Vamos lá.

G. S. – Não, é porque... Através da minha mulher, porque minha mulher frequentava muito a igreja, que ela é católica.

D. P. – Na igreja lá do Alemão mesmo? Onde era a igreja?

G. S. – Não, a igreja era lá... Era perto do Alemão. Em Olaria, que é um bairro... O Alemão fica em Ramos. Olaria é um bairro próximo de Ramos. A igreja de São Geraldo, até o santo tinha o meu nome. Então, a minha mulher, ela começou a participar daquelas sessões de conversa, que era da pastoral, e eu falei: - “Vou participar lá também”. Aí entrei na pastoral operária, naquela militância lá eu percebi que tinha uma pastoral mais importante, que era a pastoral de favela, que era a mais importante, que tinha mais envolvimento com movimentos sociais. Eu falei:- “Então eu vou passar para a pastoral de favelas”. Aí passei a militar na pastoral de favelas, junto com a minha esposa. Foi uma militância importante, porque a gente participava todo final de semana em comunidade, aí era na Maré, era lá na Vila Cruzeiro, era no Jacarezinho. Às vezes ia para o Vidigal. Até hoje eu tenho documento lá em casa da assembleia do Vidigal, naquela época. Eu tenho documento guardado lá em casa dessas atividades nessa comunidade.

D. P. – Quem era o padre que liberava mais, assim?

G. S. – Lá na região era o padre Inácio, que era o vigário da Leopoldina. Outros padres também davam muito apoio. Tinha um padre ali em Higienópolis, que tinha lá a igreja de Santa Bernadete, que também era um padre, padre Sebastião, que era muito progressista. Era um cara também, aquela igreja foi um espaço muito utilizado pelo movimento. Tinha lá em Brás de Pina um padre também, era um cara muito progressista, inclusive, lá em Brás de Pina, na igreja de Santa Cecília, é o seguinte: lá a igreja é no alto. Ao lado, naquele barranco assim, eles cavaram e construíram uma série de alojamentozinhos. E aquilo servia para quando o pessoal tinha as reuniões na igreja, dava até para dormir ali e tudo. Como se fosse uns apartamentozinhos pequenos, mas tinha lá uma estrutura com beliche. O pessoal se hospedava ali na igreja. E lá chegou até a esconder alguns militantes, por causa da ditadura. O padre abriu espaço para isso. O pessoal que estava fugido da ditadura, se escondeu, ficou lá até arranjar um lugar para ser retirado. A igreja teve um papel muito importante na luta contra a ditadura, embora ela tenha sido aliado no golpe, em um primeiro momento. Apoiou, mas depois sentiu que a coisa não era bem assim. Com exceção de alguns padres que, alguns bispos que eram de direita mesmo, esses continuaram apoiando a ditadura. Inclusive denunciaram

muitos padres progressistas. Muitos padres e freiras foram presos por causa desse negócio. Mas você perguntou um negócio de religião, mas só que tem um problema. O pessoal fica até brincando comigo o seguinte: eu não tenho religião, sou ateu mesmo, mas a minha filha mais velha acabou se tornando freira. Ela é freira, da irmandade terceira de São Francisco. E o pessoal brinca: - “Mas como é que pode? Um velho comunista... [risos]”. Mas isso aí foi uma opção dela. Ela chegou para mim e perguntou: - “Pai, eu vou falar um negócio com o senhor, não sei se o senhor vai concordar”- ela já sabia da minha condição de ateu. Aí ela falou assim: - “Porque eu pretendo ser freira”. Eu falei: - “Ué, se você quiser, aí é opção sua. Você acha que isso é bom para você? É isso que você escolheu? Eu, pelo menos, não aconselho você, mas se é isso que você quer, você tem toda a liberdade”. Aí ela foi. Atualmente, ela está, agora, ela está em Pernambuco, está lá em Guararapes.

D. P. – Qual é a ordem dela, como é que chama?

G. S. – São Francisco. Ordem Terceira de São Francisco.

A. S. – Quantos anos ela tinha quando decidiu ser...?

G. S. – Ela devia estar com 22 anos. Está lá em Jaboatão dos Guararapes. Ela já esteve em Caruaru, porque esse povo vai por várias... A ordem manda ir para vários lugares. Ela já esteve em São Paulo, já está há lá uns 15 anos, mais ou menos. Já esteve em São José dos Campos, já esteve no Rio, em Jacarepaguá, depois esteve em São Gonçalo, esteve em Belo Horizonte, já esteve em Sergipe, lá no interior do Sergipe...

D. P. – Ela faz trabalho, também, comunitário?

G. S. – O trabalho é esse, trabalho assistencial. Tanto que, quando ela estava na Bahia, ela ficou mais tempo lá, porque ela entrou para a faculdade, ela fez assistência social lá na Bahia, pela PUC de Salvador. Ela é formada em assistência social. O trabalho deles é assim, ela dá aula para as comunidades, ela faz todo o trabalho comunitário. O trabalho do pessoal da ordem dos religiosos de São Francisco.

D. P. – Agora da pastoral, ninguém perguntava a você não, se você tinha religião, se você não precisava ir à missa?

G. S. – Não perguntava. Nunca fui à missa, nunca ia, mas também ninguém nunca perguntou.

D. P. – Ninguém perguntava?

G. S. – Depois descobri que tinha um cara também do PCB lá na pastoral, também.

D. P. – É, a pastoral foi super importante.

G. S. – Nesse período aí, lá em Ramos, perto lá de onde mora, próximo do Alemão, tinha lá uma área que era abandonada. Terreno grande, no morro, assim, mas ficava cheio de mato, só servia para os garotos ficarem soltando pipa lá e marginal ir fumar maconha, cheirar, não sei o que, e até levar as garotas para aquele mato lá. Aí um dia, nós estávamos conversando com o pessoal lá, pensamos o seguinte: aquele terreno é muito grande, está abandonado, não serve para nada. Vamos fazer uma ocupação lá. Aí o pessoal lá, nosso povo que militava conosco lá, fizemos um levantamento na comunidade, tinha mais ou menos umas 80 famílias que ficaram interessadas, porque não tinham barraco, moravam de aluguel. Na favela tem muita pessoa que não tem barraco, que mora de aluguel. Tem muitos que moram de aluguel. E aí fomos fazer a ocupação. Uma noite fomos fazer a ocupação. Mais ou menos 80 famílias foram lá, se instalaram no local. A pastoral foi avisada, porque depois, quando a coisa estourou, apareceu o dono do terreno. Não apareceu o dono do terreno, apareceu um cidadão dizendo que o terreno era [inaudível 51:45], que eles queriam expulsar o pessoal, fazer a expulsão do pessoal do local. E foi uma luta terrível. Eles avisaram que o pessoal vinha para derrubar os barracos e expulsar o pessoal, nós fizemos uma mobilização, nós falamos o seguinte: olha, amanhã – nós fizemos no domingo, que era na segunda-feira que eles iam. Domingo avisamos a comunidade: - “Amanhã os caras vão vir derrubar os barracos. Ninguém vai trabalhar e ninguém sai de casa, vamos juntar para fazer a resistência”. Juntamos todas as famílias, juntamos as crianças, fizemos um paredão na entrada do local, aí vieram uns caras lá com pá, picareta, tinha gente demais, aí nós

comunicamos à imprensa, o SBT foi, a Band foi lá, um monte de rádio com jornal, os caras desistiram da ação. Desistiram naquele dia, mas continuou dando problema. Aí nós fizemos um movimento na prefeitura, para poder desapropriar o terreno lá. Depois de muita luta, toda vez que a gente precisava ir lá, a gente fazia coleta de contribuição, para alugar ônibus, o pessoal fazia faixa, o pessoal ia para a prefeitura, e tal. Algum dinheiro para comprar leite para algumas crianças, pão. Depois de muito tempo de luta, conseguimos que fosse desapropriada por 99 anos. Desapropriada por 99 anos, o pessoal fez a maior festa na comunidade. Eu estava em casa, aí o pessoal tinha chegado da prefeitura, do centro da cidade para lá, para a comunidade, com a notícia do documento, e tal, garantindo a posse da terra por 99 anos. A maior festa, eu estava escutando: - “O povo unido jamais será vencido” [risos]. Subindo o morro gritando, aí pegaram a minha esposa, que foi uma pessoa que esteve de frente nessa luta, carregaram ela, fizeram festa com ela [risos]. Foi um negócio impressionante. A comunidade se instalou ali, criamos a associação de moradores. Aí nos convidaram para ser parte da diretoria. Nós falamos: - “Não, a gente não mora aqui, a gente mora na comunidade vizinha. Então, aqui, é o pessoal da comunidade, vocês que tem que dirigir a associação. Nós ajudamos, vamos continuar ajudando, mas de fora”. Era um companheiro nosso, que era chamado Clóvis, era até metalúrgico, foi o MR-8, o Clóvis, depois estava conosco nessa luta. Ele foi eleito para presidir a associação. E tinha um outro companheiro também, que militou no MR-8 junto com ele, com o Clóvis, e ele fez um negócio lá, não sei o que era, ele fez alguma coisa errada na comunidade, que aí alguém denunciou ele. Não sei o que ele fez, qual foi a gravidade do troço, é que os bandidos não gostaram, e foram procurar ele. Chegaram lá na associação, falaram: - “Clóvis, cadê o Moisés?”. Ele falou: - “O Moisés não é não”. – “Você sabe. Você é amigo dele”. – “Não sei. Eu não sei não, mas também se eu soubesse, eu não falava”. Os caras deram 20 tiros no Clóvis. Traficantes. Mataram ele dentro da associação. Foi um problema, porque o pessoal, ficou todo mundo assustado. Na época, quando a gente tinha feito esse movimento, a gente tinha feito um trabalho, lá com o pessoal, de conscientização da população. Logo nos primeiros tempos que a associação estava ali, a gente fazia o seguinte: a gente ia lá, final de semana a gente levava um projetor, levava filme para passar para o pessoal da comunidade, aí fazia a festa. Domingo, umas seis horas da tarde, quando escurecia, a gente botava um pano para servir de tela, e passava filme, tipo “Braços cruzados, máquinas paradas”, “O homem que virou suco”, “O enterro da

cafetina”, “Eles não usam black tie”. O pessoal gostava demais. São bons, os filmes brasileiros são bons, é muito legal. Então, a gente fazia...

D. P. – Tudo político, não é?

G. S. – Tudo político. A gente fazia discussão por lá, o povo estava bem politizado.

D. P. – Depois do filme tinha um debate?

G. S. – É. Do que você gostou, e tal.

A. S. – A gente precisa trocar a fita rapidinho.

G. S. – Então, eu estava falando em relação ao trabalho da Pastoral. Esse trabalho foi importante pela nossa ligação com os movimentos populares e os movimentos comunitários. E aí, tem o problema assim, tipo... Quando havia problema na comunidade, geralmente, o pessoal batia lá em casa, batia na porta. Pedia ajuda, não é? Teve um dia, era um domingo pela manhã, choveu muito no sábado à noite, temporal. Aí de manhã cedinho, umas cinco e meia da manhã, nem seis horas ainda.... Bateram na porta, e aí o pessoal lá do Alemão, lá da comunidade chamada Joaquim de Queiroz. Na Joaquim de Queiroz, era chamada de Grota, que era um lugar onde era tipo um vale mesmo, que tinha um muro de cada lado, e ficava ali no meio, aquele vale ali era chamado de Grota. E aí, o pessoal vinha para pedir ajuda que tinha tido desabamento de casa. Aí lá vou eu e minha mulher, entramos lá nessa Grota, o valão transbordou, a água estava dando acima do joelho, aquela água podre de [inaudível 1:20]. Entramos naquele troço para poder chegar lá onde tinha tido acidente, tinha caído lá um barraco. Impressionante que a família só não morreram, pelo seguinte: primeiro, porque o dono da casa tinha saído para comprar na padaria, acordou de manhã cedinho e foi para a padaria. Só que a mulher estava na cozinha da casa, uma cozinha pequena, mas ela estava lá com os quatro filhos pequenos, fazendo café. Aí um troço muito pequenininho, tinha lá uma geladeirazinha, uma mesinha, tudo próximo um do outro. Quando arriou a laje do barro, a geladeira amorteceu o impacto da laje.... Arriou e bateu na geladeira. Quer dizer, naquele espaço ali próximo do fogão e da geladeira, a laje ficou meio

inclinada assim, quer dizer, não achatou. Machucaram, quebrou braço, perna e extraiu. Fomos lá, pegamos eles, ligamos para a Pastoral, para a igreja lá e mandaram uma Kombi para socorrer o pessoal. Aí levamos lá para o Hospital Getúlio Vargas. Lá eles foram socorridos, fez raio-x das partes, no que estava quebrado, eles engessaram, não sei o quê.... As crianças e tal, deram pontos nos ferimentos. Aí trouxemos de volta para igreja. A igreja tem um salão, um lugar, um espaço para abrigar essas pessoas, um lugar preparado para essa finalidade. Aí ficaram lá nos colchonetes e tal. E lá providenciaram alimentação para as pessoas, medicamentos, essas coisas todinhas, e ficaram lá. E o Padre, o vigário geral da Leopoldina, o Padre Inácio, através da Pastoral, encaminharam o povo lá e fomos lá com o pessoal no Banco da Providência para liberar financiamento para eles construírem outro barraco, para comprar tijolo, areia etc. O Banco da Providência deu para eles o dinheiro para comprar o material. É isso como falei, lá a mão-de-obra era solidária, era feito à base de mutirão.... Aí, eles conseguiram lá e não sei o quê.... Então o pessoal já sabia, qualquer coisa que acontecia, batia lá [risos]. Nos agentes da Pastoral, não é? Aí conforme em morte de pessoa, tudo que acontecia, os caras batiam lá para pedir ajuda. Eles me botaram lá para tentar melhorar a condição do pessoal. Isso já em 1978, foi a época que fui trabalhar no metrô. Aí, o metrô anunciou, pedindo pessoa para fazer prova, cadastrando pessoal para trabalhar lá. Aí eu fui lá e perguntei para um cara, que já tinha feito o Falei assim: - “Eles pedem atestado de polícia? - perguntei para o cara - se pediam, eu não entro”. Eu sabia que estava ferrado, mas ainda bem que eles não pediram. Eles pediram atestado de bom antecedente. Eu não tinha problema com a polícia, nunca fui em uma delegacia, nunca [risos]. Só com a polícia política, não é?! Aí eu fui lá na delegacia e pedi um atestado de bom antecedente. Peguei a documentação, fiz a inscrição lá, fiz teste psicológico, todos os testes, teste prático.... Para a escrita e tal. Aí, passei para o metrô. Isso em 1978. Fui trabalhar no metrô. Bom, aí a coisa calhou um pouco para mim, porque ter arranjado um emprego mais ou menos estável, foi estável não, só saí de lá quando me aposentei. Apesar de ter sido demitido por causa de outros movimentos, mas só saí de lá com a aposentadoria. Aí fui trabalhar lá, mas continuei na militância.

A. S. – Na Pastoral?

G. S. – É, na Pastoral. E em 1979, nós do metrô fundamos a associação do metrô, a associação dos profissionais, chamada Associação Profissional de Metroviário, a APROM/Rio. Criamos a associação pré-sindical.

D. P. – Certo.

G. S. – Fizemos a assembleia, criamos a associação pré-sindical, eu fui eleito para ser o primeiro secretário da associação e tal. Começamos a organizar o primeiro movimento dentro do metrô. Aí surgiu também a proposta da criação do PT. Em 1º de maio de 1979, no ABC, no primeiro de maio, o Lula lançou a proposta da fundação do PT. Aquilo foi como um rastro de pólvora, não é? Assim, um rastro de pólvora.... Quando foi ver o negócio de PT, o que teve de militante da esquerda que foi, não foi brincadeira. Entendeu?

D. P. – Você acompanhava.... Você já sabia alguma coisa, escreve bem a greve do ABC? Você acompanhava, não é? Pela influência, Lula... Você já estava sabendo das coisas?

G. S. – É, estava sabendo de tudo. Sempre fui bem informado. Essa coisa.... Acompanhava tudo. Apesar de...

D. P. – Já estava vibrando com essa ideia?

G. S. – Ah, claro! Na greve do ABC, nós fizemos campanha dentro do metrô para vender bônus para greve do ABC e colher.... Fizemos campanha também de doação de produtos alimentícios. Então, o pessoal lá do metroviário trazia arroz e feijão, essas coisas todinhas, que é preciso, você sabe. Os produtos alimentícios... E vendia bônus. Conseguimos dinheiro e doação de materiais.

D. P. – Para lá?

G. S. – Para lá! Para a greve do ABC. E aí, surgiu a proposta de delegação do partido. Aí eu falei: - “Estou nessa. Estou nessa aí! ”. Aí, entrei de cabeça nessa história.

D. P. – Mas você chegou a ir para São Paulo, não?

G. S. – Muito para São Paulo, eu ia sempre. Eu participei daquela reunião de fundação do PT.

D. P. – Ah, você foi para aquela reunião de fundação no Colégio Sion?

G. S. – No Colégio Sion em 1980, perto de fevereiro.

D. P. – Você foi?

G. S. – Ah, participei lá, mas não está no livro de pessoal da fundação do PT. Fui um dos fundadores históricos do PT, da fundação. Aí fui eleito para o diretório nacional logo em abril, não, foi em fevereiro. Quando foi em maio, teve uma convenção.... Não foi um congresso, foi uma convenção nacional para eleger uma primeira direção. Aí, o pessoal aqui do Rio me indicou para fazer parte da direção nacional. Bom, aí eu fiquei com a responsabilidade também de fundar o PT no Rio, até porque eu era dirigente nacional do partido, e tinha muita ligação com os sindicatos e com a massa. O sindicato dos metroviários... O sindicato estava criando, não é? A associação, a gente estava montando tudo. Então, foi um esquema que funcionou muito legal. O sindicato metroviário foi... Nós fundamos em 1981, nós fundamos o sindicato. E em 1982, nós fizemos uma assembleia de fundação. Aí, eles deram entrada na documentação no Ministério do Trabalho para pedir a carta sindical. Todo aquele processo burocrático que rola por lá, rolou por algum tempo. Aí depois, nós conseguimos a carta sindical. Realizamos a eleição lá no sindicato, e eu fui eleito para presidir o sindicato. Fui o primeiro presidente do sindicato metroviário, primeiro presidente. Bom... Mas aí nesse negócio que eu.... Voltar um pouquinho a história do PT e tudo, porque, em 1979, começou uma discussão em relação à criação de uma central sindical. Criar uma central sindical. Quer dizer.... Paralelamente com a questão do PT, surgiu também a questão do pessoal da CUT, que eram quase os mesmos, não é? Só que no sindicalismo era mais

abrangente. O do PT era mais o pessoal de esquerda... O pessoal de esquerda e da igreja. Geralmente pessoal de [inaudível 8:34] que defendia a criação do partido e se engajavam nessa.... Foram fundamentais na criação do PT. Aí, algumas pessoas da esquerda... o PCB era muito crítico, ela estava falando do pessoal do MR-8 [risos] e criticavam. Falavam que o PT era partido da igreja. De certa forma, foi mesmo, uma parte foi. A igreja teve um papel muito importante no PT. Foi muito importante.... No PT e na fundação da CUT. Aí, começou a discussão em relação à criação da central sindical. Aí, foi convocada em 1979, uma reunião, uma plenária sindical nacional, que aconteceu lá na UFF, em Niterói, no Campos de Gragoatá. Essa plenária teve mais ou menos 400 sindicatos presentes. Foi um negócio de peso do Brasil inteiro! Aí, então, mas só que a amplitude foi muito grande, porque estava desde Lula até [dúvida JAQUIZAO 09:28]. Todo mundo estava nessa história. Interessante eu tenho lá em casa esse documento, a carta de Gragoatá. Então, o interesse é o seguinte: é que as bandeiras de luta, as reivindicações, todo mundo concordou. Eu achei incrível, porque era um negócio, entendeu? [risos] Muito... Quer dizer...Divisões diferenciadas, de matrizes diferentes, e coisa e tal. Aí como é que é, bandeira de luta, tipo reforma agrária sob o comando dos trabalhadores, jornada de trabalho de seis horas, fim das horas extra, licença maternidade de seis meses para gestante, não pagamento da dívida externa. Todas essas bandeiras de luta para que os pelegos votassem a favor! [risos]. Foi aprovado um programa intenso, lá na carta de Gragoatá, não é? Aí com essa Teve um encontro de João Moreira Vale, também, em 1980, em Minas Gerais, que também foi sindicalista, mas foi pouco sindicalista. Não foi igual a essa de Gragoatá. Aí depois, teve um encontro de Taboão da Serra e São Bernardo. Foi muito amplo lá, que foi em Taboão da Serra. E teve a reunião da ANAMPOS, que foi em Vitória do Espírito Santo. A de Vitória era a organização nacional de dados populares, e coisa tal, só sei que a sigla era ANAMPOS. E foi de peso, muita gente, o Brasil inteiro estava lá em Vitória. Mas todas essas atividades apontavam para a criação da central sindical. A meta principal dessa Não era o PT, era a criação da central sindical. Se bem que o pessoal do PT estava envolvido lá dentro. E apontaram para a criação do.... Para a realização do Conclat. O primeiro Conclat que foi em Praia Grande, em 1981, não é? Você participou, não é?

D. P. – Uhum...

G. S. – Então, tinha muitos delegados, muita gente. O Conclat foi realizado em uma... Era uma sede de uma federação lá em São Paulo, não sei se era dos [dúvida 11:33]. Era uma sede que estava sendo construída até, mas estava em obra, não é? Não tinha lugar para fazer. Qual auditório que ia caber cinco mil pessoas? Não cabia! Fizeram lá, mas foi um risco, porque lá, ao lado do plenário, tinha um monte de tijolo, pedra, ferro, tudo lá. Se pega uma briga ali... Aliás, houve, inclusive, um início de um tumulto, não é? Para o pessoal poder contornar. Ia ser um desastre, com aquele instrumento todo lá.... Tudo lá.

D. P. – [Inaudível 12:03]

G. S. – É que estava todo mundo lá, não é? Aí, o [inaudível 12:05] estadual presente. Nessa estava PCB, Pcdob... No Conclat, não é? Pessoal do MDB, PMDB e tal, até um pessoal de todas as esferas. Então, a ideia era fundar a central. Aí, foi criada a comissão nacional pró-CUT, foi lida naquele encontro, que tinha uma tarefa de organizar o congresso para, em 1982, fundar a central sindical, não é isso? Aí, tinha um ano para fazer o trabalho. Em 1982, começou-se a realizar as chamadas “Enclat”. Os Enclats eram encontros estaduais para virar delegado para o Conclat. O processo estava em andamento, só que começou a haver problema. A esquerda, a esquerda não, uma parte da esquerda.... PCB, Pcdob e outros segmentos começaram a perceber que nos Enclates, eles que perceberam que o pessoal do PT, que era o pessoal das sedes, e coisa tal.... Que era a grande maioria esmagadora de delegados, maioria muito grande de delegados... Pelo Brasil inteiro. Aí, eles pensaram o seguinte: - “Vamos ser esmagados no Congresso. Esses caras vão Não é?”. Aí, o que eles alegaram, o seguinte: - “Nós vamos propor o adiantamento do Congresso para a Fundação da CUT. Propor o adiantamento, porque esse é um ano eleitoral e não vai ter problema, porque não vai politizar muito o Congresso, aquelas coisas todinhas e não sei o quê...” A intenção do PCB era essa. Aqui no rio de Janeiro, a gente estava trabalhando juntos, porque além da comissão pró-CUT, que era uma comissão abrangente, tinha todos os setores estavam representados. E nós tínhamos também a intersindical no Rio de Janeiro. A intersindical que era composta por todos esses grupos.... Por todo esse pessoal que estava na

intersindical. Então, nós fazíamos atividades aqui no Rio de Janeiro, atividade sindical juntos, convocava para passeatas, enfim, debates, seminários, um monte de coisa. Primeiro de maio, nós fizemos na Quinta da Boa Vista, uma participação muito boa. Aí, os companheiros nossos, que tinham contato com o pessoal aí.... Dos cantores.... Faziam contato. Aí, iam sem cobrar cachê. Era João Nogueira, Taiguara, Dona Ivone Lara, Martinho da Vila... iam tudo de graça, não é? Sem cobrar cachê, porque era contribuição para o dia do trabalhador. Mas era legal, o primeiro de maio! Quando alguém vinha falar do Estado, aí falavam: - “Opa, Estado não! ” [risos]. Alguns até falavam: - “Vamos ver Governo do Estado! ”. - “Governo do Estado, não, Governo fora. Isso aqui é de trabalhador, não queremos nada de governo presente. Nós precisamos de apoio do Estado, que vai ser mandado pelas centrais sindicais. ”. Então, não tinha acordo, a gente tocava para frente. Era muito legal. Até aí então, estava todo mundo, mais ou menos, no mesmo barco, caminhando juntos, não é? Se tivesse alguma divergência, tinha o debate, mas não tinha problema de.... Nessa época da preparação do Congresso da CUT, eles acabaram, de certa forma, nos convencendo de que devia adiar o Congresso para o ano seguinte, para 1983. Bom, aí foi criada.... Tinha aquela comissão pró-CUT, que perdeu, não é? Acabou a gestão dele, que era de um ano, e tinha que eleger uma nova comissão pró-CUT para o Congresso. Foi convocada uma plenária em São Paulo, no sindicato metalúrgico, lá do Joaquimzão [dúvida 15:44], uma plenária de peso também, de mais ou menos quatro ou cinco sindicatos, porque isso era atividade nacional, vinha do Brasil inteiro, não é? E aí, foi, então, eleita uma nova comissão pró-CUT para fazer o Congresso em 1983. De 1982 já estava vencida, não tinha mais como. Nessa comissão, eu fui eleito para a comissão nacional pró-CUT, para a segunda comissão. Fiz parte da comissão. Aí, teve problema [inaudível 16:03] dessa comissão, de [inaudível 16:06] metalúrgico, o Ivan Pinheiro, um grupo bom, do Rio de Janeiro, Isabel Pitagury, todo mundo era dessa comissão, dessa comissão pró-CUT... Para o Congresso. Aí, houveram as eleições, no ano seguinte entrou em 1983, nós começamos a organizar o congresso. Aí veio o mesmo processo de realização de Enclats, encontros estaduais para entrar delegado. Aí veio o mesmo problema. Os caras perceberam que estava difícil para eles. Eles têm que se diminuir no congresso. Teve mais outros debates, tipo assim, porque eles queriam que as federações e as confederações tivessem as mesmas quantidades de delegados dos sindicatos de base. Não tem sentindo isso! Aí, imagina só, não é? Não tinha como. Nós propusemos que as federações tivessem cinco

delegados. Confederação, alias. Confederação que era o órgão superior, o máximo, não é? Cinco delegados e as federações tivesse uns sete, um negócio assim. Aí, os caras: - “Não...”. Não aceitavam de jeito, de nenhum! Aí, a discussão rolou, criando problema, atrito, a discussão....

D. P. – Eles chamam “A maioria nas maiores”, não é?

G. S. – Tinha! Era isso aí. Esse pessoal.... Estava tudo sob o controle deles. As confederações de [dúvida 17:20], estava tudo na mão Na chamada da pelegada. Então, quando... Tinha outro problema. Esse aí me lembro bem. É o artigo 14 lá do regimento, que dizia que o sindicato, que as oposições sindicais podiam tirar onde o sindicato não convocasse assembleia para tirar delegado, as oposições podiam convocar assembleia, e tirar delegado na mesma proporção que os sindicatos tinham direito. Ah, isso não aceitava, não. Não aceitava de jeito nenhum. Percebeu? Tipo assim, aquela categoria tem direito a trinta delegados no Congresso, não é? Pode eleger trinta para o Congresso, por exemplo. Aí, se o sindicato não convocasse a assembleia, a oposição podia convocar a assembleia e convocar os trinta delegados de base. Só que eles não queriam, porque os trinta delegados eram todos nossos, se fossem eleitos, era do nosso campo. Aí, os caras não aceitaram. Conclusão, faltava três meses para o Congresso e os caras racharam. Uma reunião lá em São Paulo, no sindicato metalúrgico, o pessoal do... o grupo do Ivan Pinheiro, o pessoal do Pcdob, o pessoal veio comunicar que eles estavam saindo do.... Nós ficamos bastante na mão, porque realmente naquela altura, faltando três meses para o Congresso. Eles crente que tinham na mão o maior peso.

D. P. – Mas saiu PCB, Pcdob, MR8?

G. S. – É, MR8 e mais outros grupos lá. Setores do PMDB, parece.... Saíram. Ficamos com a brocha na mão, não é? Agora e agora, como é que vai ser ?! Aí, bom, fizemos uma reunião. Como tinha alguns setores nossos, que tinham ligações com centrais sindicais europeias, principalmente aquelas centrais sindicais socialdemocrata, social-cristão, negócio assim, não é? Então, esse grupo se mexeu na igreja conseguiu o dinheiro para o Congresso. Não tinha grana, mas conseguiram grana da centrais

sindicais europeias, principalmente, o pessoal da democracia-cristã e socialdemocracia. Conseguiram dinheiro para fazer o congresso. Aí nós lançamos mão na obra. Aí, compramos cinco mil colchonetes, porque não tinha lugar, não é? Como o local de realização do Congresso foi lá em São Bernardo, o antigo... Era o pavilhão da companhia cinematográfica Vera Cruz. Então, a Vera Cruz tinha um pavilhão onde botava os seus filmes lá, não é? Um espaço enorme! Aquilo era muito grande. Ali era a coisa da Vera Cruz... O local de filmagem da Vera Cruz era lá, era como se fosse um PROJAC só que em proporção menor [risos]. E aí, o pessoal conseguiu e fizemos o Congresso. Cinco mil e noventa e poucos delegados, uma festa danada! Muita gente. Agora uma situação precária. O que veio de gente do interior, Pará, do Maranhão, do Ceará, Piauí, mas veio muita gente. Delegado veio muito! Ainda mais sindicato rural, então, aí tem muito ainda. Muita gente. Muito rural. Ia muito sindicatos, porque os sindicatos naquela época, a maioria estava na mão da pelegada mesmo. Porque aí o pessoal.... Durante o regime militar, a ditadura interviu na maioria dos sindicatos, colocou interventores. E esses interventores, alguns até... o Joaquinção [dúvida 20:40] foi um que foi interventor da ditadura, e ficou até morrer lá no sindicato da metalúrgica. Havia muitos. Então, esses sindicatos estavam na mão desse povo aí. As oposições que eram do pessoal que defendia o novo sindicalismo. O novo sindicalismo, que nós defendíamos. Então, tinha pouco sindicato do... assim, sindicato mesmo, de.... Não tinha muitos, não. Mas tinha muito militantes de movimentos sociais, pessoal de movimento e o pessoal das oposições. Esse pessoal que veio como delegados.

A. S. – Durou quanto tempo?

G. S. – Três dias, o congresso. É o seguinte, olha..., mas foi uma festa, não é? Os caras armavam aquela barraca lá, barraca do.... Com comida típica e bebida do Nordeste, principalmente. Cachaça de tudo que é tipo, não é? Cachaça chamada, tinha uma chamada não sei o quê, é “Amansa Corno”, outra chamada “Mata Pelego” [risos]. Tinham vários tipos de nomes de cachaça, não é? Nomes exóticos assim. Aí, quando o pessoal ficava o dia todinho lá na plenária, quando terminava, ia tomar lá a cachacinha e dançar forró. Aí rolava até [risos], entendeu? Era aquela alegria danada, aquela festa! Mas teve um dia lá, que a comida veio estragada, não sei o que teve. Aquele dia foi um desastre, porque comida estraga, mas pelo menos umas mil pessoas ficaram intoxicadas.

A. S. – Nossa!

G. S. – Umhas mil pessoas ficaram intoxicadas por causa daquela comida. Nós tínhamos organizado um setor de atendimento médico, não é? Um ambulatório que tinha vários médicos, tudo voluntário e enfermeiro. Mas não pensávamos, ninguém nunca imaginou que ia ter um negócio daquele. Aí, nós construímos uma série de banheiros, não é? Individual, um do lado outro, uma fila de banheiro. Dava para atender, só que nesse dia não deu para atender. Não deu, porque foi impossível atender aquele povo todo. Uma diarreia enorme. Aí, o pessoal não tinha nem tempo de chegar lá. Era um negócio terrível! Juntou um grupo de voluntários, botaram aquelas botas de borracha, e rodo, para ir jogando água e ir puxando as fezes para dentro do ralo, porque o pessoal faria no chão mesmo. Não dava tempo de chegar. Uma fedentina enorme e o pessoal assim. Foi uma luta. Aí conseguiram muito remédio para desintoxicar.

D. P. – Alguém foi para o Hospital ou não? Não precisou ou ficou tudo lá mesmo? Teve gente que foi para o Hospital?

G. S. – Alguns até chegaram a ficar hospitalizados, mas não foram muitos, não. A maioria, injeção, não é? Para desintoxicar. Muita injeção para dar, de glicose na veia, para a desintoxicação, e comprimido e outros remédios para poder ter conseguido. Foi um problema que deu uma disenteria coletiva, um negócio muito sério. Mas fora isso aí, o resto ocorreu tudo bem. Lá no Pavilhão, onde pessoal estava dormindo, de noite, havia um negócio interessante, aquele povaréu dormindo, deitado lá, mas o pessoal brincando, alegre, não sei o quê, uns com uma cachacinha na cabeça e tal. Quando chegava uma certa hora, o pessoal ia dormindo. Aí teve uma noite que entrou um companheiro lá, por volta de meia-noite, chegou e falou assim.... Aí, olha só, mas achei assim.... Era um negócio impressionante, porque muita gente dormindo junto, não é? Os caras roncavam, uns chega que assobiavam [assovio], outro assoprava, era uma sinfonia enorme [risos]. Uma orquestra, uma sinfonia enorme. Aí chegou um cara e disse assim: - “Poxa vida, como ronca a classe operária!” [risos]. Isso aí, não esqueço nunca! A tirada do cara foi muito engraçada. Mas quando dava cinco horas da manhã, tinha os sacanas dos caras lá....

D. P. – E a quantidade de mulheres? Tinha mulheres lá? Muita mulher também?

G. S. – Tinha muita mulher. Tinha, rapaz.

D. P. – E vocês separavam? Dormiam todos juntos?

G. S. – Não, todo mundo junto. Ali todo mundo companheiro, não é? Dormiam juntos. Por exemplo, no Conclat de Praia Grande, no anterior de 1981, não tinha lugar para duas companheiras nossas lá do metrô, não tinha hospedagem. Aí, estava eu e um companheiro em um quarto, que tinha duas camas, mas não tinha.... Mas dormiram lá com a gente no quarto, cada uma lá.... Juntos conosco no mesmo espaço físico, não tem problema nenhum, não é? Porque eram companheiras de luta, e o respeito é primeiro lugar, né? Então, nesse plano, né? A ética.... Tem que estar presente. E quando era de manhã cedo, os caras acordavam cedinho; o pessoal do interior são assim, dormem cedo mas acordam cedo também, cinco horas da manhã estavam acordados. E começavam a cantar igual a um galo [onomatopeia cacarejo], e o pessoal dizia assim: - “Cala a boca, desgraçado! A gente quer dormir!”. É que os caras que chegavam mais tarde, queria dormir [risos], e não conseguia com os caras fazendo barulho. Isso foi o lado folclórico do Congresso. Foi um lado interessante, mas foi muito legal.

D. P. – Mas politicamente foi.... Super legal, não é?

G. S. – Politicamente, foi super legal, não é? Foi uma vitória nesses setores, não é? Aí, eu fui eleito para direção nacional nesse primeiro Congresso, e acabava acumulando um monte de cargos. Sindicato metroviário, eu era o presidente. Da direção nacional do PT, da direção nacional da CUT, do movimento.... Do núcleo do PT, do metroviário, eu era coordenador do núcleo, do núcleo do PT lá do Morro do Alemão, eu coordenava, aqueles negócios assim. Mas eu ficava praticamente vinte e quatro horas no ar... [inaudível 25:59]

D. P. – E você estava ainda trabalhando no metrô?

G. S. – Estava no metrô, trabalhando, mas eu estava liberado por causa do sindicato, não é? Eu consegui liberação, eu era o presidente do sindicato, aí fui liberado.

D. P. – Certo, aí teve liberação.

G. S. – Aí, dava tempo, o tempo eu ocupava só na militância. Porque se tivesse que trabalhando das oito às cinco horas, mas na militância era todo dia até onze horas meia-noite, ou até mais. Era pior ainda.... Do ponto de vista, não pior, falo do ponto de vista da...

D. P. – Certo, da carga horária.

G. S. – É da carga horária. Era muito mais pesada, não é? Mas fazia aquilo por satisfação, porque era um compromisso ideológico, de fazer as coisas, não é? E ajudar o movimento! Então, eu queria ver o movimento ir para frente, entendeu? Era um troço que fazia com todo o gosto, porque estava colocando à disposição da militância política.

A. S. – Geraldo...

D. P. – Voltar só um pouquinho. Esse movimento todo veio antes da campanha das Diretas, do movimento das Diretas Já, você também participou disso tudo?

G. S. – Também.

D. P. – Você foi para o comício e tudo?

G. S. – É, está certo. Vou falar sobre isso aí.... E aí, nesse período de 1980 e 1981, esse período assim, já com a fundação do PT, da CUT, mas estava também no voto popular. Aí, lá em Ramos, nós morávamos no Alemão, conheci a militância do bairro e tal, não sei o quê. E fundamos a associação de moradores de Ramos, a AMAR, Associação de Moradores de Ramos, a associação do bairro. Um grupo de militantes, a gente fazia

reunião no SESC de Ramos, que nos cedeu um espaço, ou então, na quadra da Imperatriz Leopoldinense, que era a Escola de Samba lá do bairro. Da qual eu sou um dos torcedores da Imperatriz.

D. P. – Ah é?

G. S. – É, eu sou Imperatriz. Aí, a gente reunia na quadra da Imperatriz. Até o Paulo Moura, aquele músico que morreu há pouco tempo, morava perto, ele ia na reunião nossa e tudo. Participava também, às vezes, quando ele estava em casa disponível. O que nós fizemos? O seguinte: - “Vamos mapear o bairro de Ramos, fazer visita nas ruas, casa por casa”. Foi um negócio impressionante, porque eu achei que aquilo deu um resultado que eu nunca pensei, ter um retorno daquele. Porque foi um trabalho bem feito, um trabalho de militância mesmo. Então, final de semana, a galera estava em casa, já tinha partido para o sábado, era para visitar as ruas, um grupo de pessoas, sei lá. Aí, batia nas portas, batia lá [palmas]. Aí, o cara aparecia lá, e nós: - “Nós somos do bairro, somos Fulano de tal, Cicrano de não sei o que, nós queremos fundar a Associação de Moradores do Bairro. Queremos conversar com vocês sobre isso. ”. Aí, o pessoal mandava a gente entrar, e a gente conversava, batia papo, explicava qual era o nosso objetivo. O pessoal servia para gente um cafezinho, água.... E a gente ia. Toda semana fazia para poder fazer o Congresso de fundação da associação. Fizemos isso durante algum tempo, porque andamos o bairro quase todo, mas fizemos! E quando foi o dia da fundação da Associação, em uma escola lá em Ramos, para minha surpresa lotou o auditório, ficou lotado. Falei: - “Que bom! Teve retorno. ”. – “Nosso trabalho valeu, não é? ”. Fundamos a associação e lançamos trabalho. Fizemos muito trabalho lá nas escolas, melhorava as escolas, encabeçava o movimento e ia na região administrativa, conversava com diretor de escola, fazia.... Com o diretor de escola. Reunião, fizemos.... Aí, o pessoal começou a gostar do nosso trabalho. Conseguimos que o comércio do bairro financiasse um jornalzinho lá da Associação. A gente imprimiu o jornal.... Patrocinava o jornalzinho da Associação. Então, foi um trabalho muito legal. Mas teve uma época lá, assim em frente ao SESC de Ramos, onde fazíamos a reunião da Associação, em frente ao SESC, tinha um posto lá chamado PAM, que era Posto de Assistência de Médica do INSS. E aquele posto dava... toda a demanda quase do Alemão, ele que dava conta lá, porque ele ficava perto do Alemão. Aí, no Alemão sabe

como que é, toda comunidade é assim, não é? Final de semana dava mais problema, porque o pessoal estava em casa, aí alguns bebia, brigava com os outros, batia na mulher, um monte de confusão. E as crianças subiam na laje e caía. E corria lá para o posto. E lá não tinha como esperar a ambulância, não tinha nada, o pessoal já tinha uma maca pronta. Então, se a pessoa sofresse um acidente grave, levasse um tiro ou fosse esfaqueado, o pessoal botava na maca e descia quatro homens e levava direto para o posto de atendimento. Quando foi um dia, disseram que o posto ia ser desativado. O pessoal entrou em pânico! Desativar o posto que atendia aquela população ali? Quer dizer, era só aquele povo ali. Aí disseram: - “Não, de jeito nenhum!”. Aí, vieram falar conosco, o pessoal.... A associação do morro era pelegos, os caras não queriam assumir a luta. Mas nós assumimos a luta pelo bairro e em nome da comunidade também. Fizemos um trabalho na comunidade, panfletamos e convocamos para fazer um ato em frente ao posto. No dia do ato, lotou, gente demais. Desceu o morro quase todo [risos].... Para rua, fechamos o trânsito lá. Aí, nós comunicamos à imprensa; toda a imprensa estava lá. Toda imprensa estava lá. Aí, contamos a história, fizemos falasções, um monte de coisa. Aí depois, foi criada uma comissão para procurar a Superintendência do INSS. Aí, o pessoal do SBT tinha um programa chamado “Aqui e Agora” e falou assim: - “Vamos levar vocês no programa hoje, no Aqui e Agora, para vocês falarem no ar.”. E minha mulher fez parte dessa comissão que foi para o SBT, e mais três pessoas da comissão, para o SBT.... “Aqui e Agora”. Voltando.... No dia seguinte, o superintendente mandou avisar que estava suspenso a questão do posto.... Está até hoje, não foi desativado. Então, isso são vitórias do movimento organizado do povo, não é? Porque a gente tinha organização. Essas coisas foram muito importantes para.... Não é?

A. S. – Geraldo, nessa época a polícia entrava muito na comunidade? Como é que era?

G. S. – Entrava. O movimento era forte, mas não era igual agora, era um pouco menos.... Não era tão organizado conforme é hoje. Mas tinha bastante já.... Tinha um....

D. P. – O movimento, você está dizendo o do tráfico, não é?

G. S. – É, do tráfico.

D. P. – É porque essa palavra é [risos] usada....

G. S. – É usada.... Traficante é que usa, não é? Nós falamos o tráfico; eles....

D. P. – O movimento.

G. S. – É, eles só chamam de movimento, não chamam de tráfico, é movimento. Mas não era tão forte conforme é agora, mas já tinha bastante. Nós continuamos lutando na comunidade e no bairro, e a coisa lá do partido. Era um negócio meio maluco [risos]. A gente tinha energia para poder tocar essas coisas tudo mesmo tempo. Nós chegamos a chegar a fazer chapa para disputar na eleição da comunidade, mas nós perdíamos, porque quando tinha eleição, o que o cara fazia, o cara lá da comissão, ele fazia o seguinte: ele chamava o pessoal e dizia assim: - “Todo mundo que tiver devendo...”, ele anistiava. Todo mundo era anistiado. Mas ele comprava o voto da comunidade assim, o cara. A nossa chapa era chapa azul e a dele, a chapa verde. Porque lá era por cor de chapa. Aí, o povo votava na chapa verde, e ele ganhava a eleição. Ganhava assim. E quando a gente entrava nas assembleias lá, falando.... Aí, ele dizia assim: - “Essas pessoas que vem aqui falar, falar em democracia, estão querendo enganar o povo para poder implantar as suas pequenas ditaduras do proletariado. ” [risos]. O cara falava isso. Um desses caras tinha militado no PCB e tal, o cara conhecia, sabia, não era um cara despolitizado. Então, ele jogava.... E na nossa chapa lá, teve uma chapa lá que o cara que foi o nosso advogado, foi o Hélio Luz, aquele que foi delegado de polícia, Hélio foi do MR-8. Não sei se ele tinha muita militância, mas era próximo, não é? Simpatizante. Aí, ele tinha alguns companheiros do “oito”, que estavam ali na chapa, aí ele foi lá para o morro ser nosso advogado [risos]. Aí ele já, acho, que já era da polícia nessa época, já era da polícia. Já era delegado, se não me engano. Mas era assim....

D. P. – Mas ele sai candidato, não é? Mas muito tempo depois, não é? Pelo PT?

G. S. – É. Então, depois, nós continuamos esse movimento. E no PT....

D. P. – Aí, o tráfico, porque esse é o movimento..., o período, mais ou menos em 1980, não é? Em 1982, o tráfico começa a tomar conta mesmo das associações. Todo mundo começa a perder.

G. S. – Naquela época... É. Eu contei até que o companheiro foi assassinado pelo tráfico, não é? Mas eles começaram naquela época, eles começaram a intervir, e foram aos poucos tomando conta do movimento. E hoje em dia, o movimento comunitário não existe mais. Acabou praticamente.

D. P. – Está sendo retomado agora, não é?

G. S. – É, o pessoal está tentando retomar, porque o tráfico assumiu, não é? Os dirigentes das associações comunitárias eram todos indicados pelo tráfico. Você podia ser indicado, mas não ganhava, entendeu? O tráfico servia de cabo eleitoral para os caras. - “Olha, o voto é a chapa azul ou vermelha”, qualquer cor lá. Eles que mandavam e exerciam. Foi uma fase muito difícil. Eu acho que houve também um outro problema, que quando o governo Brizola foi eleito em 1982, muita gente foi cooptada para o governo. Muitas lideranças foram cooptadas, e ganharam empreguinho no.... Isso é um grave erro, assim como fez o PT, quando o Lula colocou um monte de sindicalista em cargo, uma coisa assim, no movimento sindical. Mas assim, só para não esquecer, é o seguinte, quando nós fundamos a CUT, o nosso discurso era sempre pela esquerda. O discurso combatido, não sei o quê. E o pessoal do MR8 falava assim: - “ Isso daí são os neo-pelegos! ”. E os caras adivinharam. Os caras acertaram. E hoje, o que tem aí, não dá mais para.... Qual era nossa proposta quando nós fundamos a CUT? Era o seguinte: quando nós fundamos a CUT, a nossa proposta era, primeiro, um novo sindicalismo, porque um novo sindicalismo significava um sindicalismo autônomo, combatido, independente, então, uma estrutura sindical mais horizontal, porque a nossa estrutura era muito vertical. Porque o que tinha no Brasil era um sindicalismo atrelado ao Estado, não é? Uma estrutura muito vertical, uma estrutura pelega, baseada em uma sustentação, mais ou menos, no posto sindical, não é isso que acontecia? Quer dizer, um sindicato assistencialista. Nosso discurso era romper com tudo. Era romper.... Um sindicalismo autônomo, quer dizer, nós lutávamos por liberdade e autonomia sindical. Essa liberdade de autonomia. E aí, dentro de parâmetro aí, mudar a estrutura sindical, uma estrutura

sindical mais horizontal, um sindicato que acabasse com imposto sindical, que tivesse recurso adquirido, e para uma coisa para os trabalhadores, aprovaria em assembleia, essas coisas todas. Isso era nosso discurso. Foi a coisa mudou, tomou um outro rumo. Essa foto que eu tinha aqui do negócio da fundação do departamento, naquela época, nós dizíamos o seguinte: - “Olha, nós não queremos federação de transporte da CUT, nós queremos o departamento de transporte da CUT. ”. O departamento era um órgão da central, mas não era uma entidade, assim, no sentido vertical da organização. Isso foi em uma assembleia, quando fundou o departamento de transporte, fui para lá, e eu sou até vice-presidente desse Congresso. Fui eleito vice-presidente desse departamento. Essa estrutura foi toda para o espaço, esse negócio, do departamento, acabou tudo. A CUT entrou no mesmo esquema, e um dia.... A CUT tem entidade ligada a ela, filiada desde associações até confederações. Então, a proposta do sindicalismo horizontal acabou. Foi por água abaixo, foi para o espaço. Então, a minha crítica em relação a essa questão é essa. Quando nós fundamos o sindicato metroviário, em 1982, nós queríamos uma estrutura sindical da seguinte forma: criamos na categoria o sindicato por.... O sindicato não, as comissões de local de trabalho, que é chamada de conselho de representante. Então, nos conselhos de representante, havia uma eleição, todo ano [dúvida 38:30] metropolitano, uma eleição para eleger os conselheiros. Então, para cada trinta trabalhadores, tinha que eleger um conselheiro. Trinta elegia um conselheiro. Nós tínhamos os conselhos por diretoria, que era diretoria de operação, diretoria de financeira, diretoria administrativa e diretoria de engenharia. Então, eram cinco diretorias, tinha cinco conselhos, um por diretoria. Cada um desses conselhos tinha mais ou menos uns cem representantes em cada conselho, porque muita gente era eleita. Cada trinta elegia um representante. Os conselhos eram autônomos, tinham seu estatuto próprio dos conselhos. O sindicato não tinha voto nos conselhos, o sindicato participava da reunião dos conselhos com direito a voz, mas não tinha voto. Ele apoiava o conselho, dava todo apoio, mas não intervia nos conselhos. Os conselhos eram autônomos. Quando nós fazíamos a assembleia, a assembleia era monstruosa, porque só os conselhos eram uma quantidade enorme de representantes da categoria. Então, no período em que estive no sindicato... Depois me afastei por causa de outros cargos políticos, fui me afastando, mas nós nunca perdemos uma eleição. A oposição só organizava, mas não conseguia nos derrotar, porque nosso sistema de coisa era quase imbatível. A gente ia para a assembleia da categoria, fazer o seguinte.... Uma vez, uma

mulher chegou lá uma vez, uma companheira do partido e disse: - “ Vocês manipulam os trabalhadores. ”. [risos] Eu falei: - “Não manipula, não”. Em tese, pode ser, porque o que a gente fazia, na assembleia, escolhia uns cinco ou seis oradores, todos os melhores. Quando era para defender a proposta, esses caras se inscreviam para falar. Falavam, falavam, aí se inscreviam um ou outro que era contra, mas quando o cara ia falar, depois de três ou quatro falarem, que eram muito aplaudidos pelo povo, o cara viu que já entrava em desvantagem [risos], porque já estava derrotado praticamente. Aí, o cara começava a rater [risos]. Alguns levavam até vaia, porque falavam um monte de besteira e tal. E os nossos militantes estavam preparados, da esquerda, politizados. Bom, aí vieram me questionar: - “Porque você manipula lá, não sei o que. Vocês conseguem ganhar todas.” [risos], o cara veio reclamar sobre isso. Mas nós tínhamos assim, por exemplo...

D. P. – Essa oposição era exatamente quem? Era o pessoal de direita ou...

G. S. – Era misturado, alguns caras do PCB, e os caras da direita.

D. P. – Vocês não faziam aliança com o PCB?

G. S. – Não, teve direção que tinha gente do PCB. Quando eles queriam entrar na direção, na composição, às vezes eles.... Eles, em parte de alguns segmentos, achavam que eles podiam fazer oposição a nós. Então, eles tomavam com decisão, tentando derrubar a direção. Aí, era decisão deles. Mas na diretoria nossa, tinha gente do PCB, em mais de uma gestão tinha uma pessoa participando. Entendeu? Aí quando nós fizemos a assembleia...

D. P. – PCB tinha alguma força? O MR8 tinha alguma força lá no sindicato de vocês ou não?

G. S. – Tinha uma pessoa do MR8, se não me engano. E outra do PCB também, um ou dois, pouca gente. Mas a maioria esmagadora era do PT. Até nesse negócio do PCB, quando fui me indicar para escolher a chapa para a primeira diretoria, teve um negócio interessante, porque foi uma disputa muito acirrada. Porque um grupo lá, não o PCB,

talvez um cara do PCB, mas algumas pessoas estavam defendendo a indicação de um cara, era um economista, para presidir o sindicato. Indicaram o cara para presidir o sindicato, um economista. Os setores pequenos, mais elitistas, queriam o cara. O pessoal da produção estava do meu lado, me apoiando, pessoal da manutenção e operação, que era a classe produtiva, da produção. O pessoal da burocracia, que trabalha no escritório, estava apoiando essa cara, que era o economista. A primeira votação deu empatada no final. Deu empate, não é? Aí, teve a segunda votação que eu ganhei por um voto só. Sabe de quem foi o voto? Foi da companheira do PCB. Ela que falou o seguinte: - “O sindicato tem que ser dirigido por um operário. A categoria tem o setor de classe média que pode compor a chapa, mas a direção tem que ser de um operário, porque aqui é o pessoal da produção, manutenção e operação, que produz serviços. Então, eles são a porção produtiva daqui da categoria. Então, não é justo com o sindicato, que a maioria, tenha uma pessoa de nível superior, de classe média, para dirigir a categoria”. Ela, essa garota do PCB, conseguiu convencer uma outra colega, que era uma advogada, para votar. E ganhei por um voto de diferença [risos]. Aí, depois o pessoal falou: - “A Cristina tinha razão.” A Cristina foi essa do PCB que garantiu. Então, a Cristina tinha razão no problema, por que os caras criaram muita polêmica, muita discussão, aí, o tempo foi avançando, já era noite, foi ficando tarde, e muita gente que estava me apoiava foi indo embora. Pessoal morava na Baixada Fluminense, o cara ia para casa, já era quase dez horas da noite, o cara sabia que a condução ficava difícil. Aquilo foi uma tática do pessoal que queria indicar o outro companheiro. Usaram aquilo para poder postergar, foi postergando, e o tempo ia passando. Sabia que muitos desses operários iam embora por causa do horário, mas mesmo assim, eu ganhei por um voto dado por essa companheira do PCB, que ela teve essa ideia, quer dizer, a visão política dela. Foi isso que aconteceu. Estou colocando umas coisas, porque acho importante falar sobre isso. O nosso sindicato.... Nós chegamos a ter 96% de filiados! Eu acho que nem o sindicato do ABC não tinha essa quantidade de filiados. Noventa e seis por cento, não tinha. Entendeu? Quando nós fazíamos as greves, as greves nunca foram furadas. Nossas greves.... Nunca teve uma greve para dizer: - “Ah! ”.

D. P. – Mas 96% de...?

G. S. – De Filiados! Associado sindical...

D. P. – Da categoria?

G. S. – É, 96% da categoria toda. Toda a categoria, entendeu? Porque lá.... Tinha muitos companheiros, que era um pessoal militante de esquerda. Tinha do PCB, do PCdoB, tinha de todos, não é? E alguns independentes, mas era meio da esquerda. Então, esse pessoal fazia o trabalho, inclusive dentro dos seus setores, para a filiação do sindicato. Eles sempre defendiam. Isso é importante! Eles sempre debatiam e mostravam a importância do sindicato para a categoria. Diziam: - “O importante é se filiar. O sindicato é nosso instrumento de luta, de classe.”. Eles faziam isso. Então, eles convenciam os companheiros do setor de mais de classe média de lá e tal, da burocracia, a se filiarem. Só não eram filiados só os gerentes e os diretores, praticamente. Porque até muitos, que eram chefe de visão, outros cargos assim, todos eram filiados. Teve uma greve nossa, que a greve gerou um impasse, que não tinha jeito, o cara que era gerente de manutenção, se bem que era uma cara militante de esquerda, mas ele era o engenheiro-chefe da manutenção. Ele chamou uma reunião com todos os engenheiros da manutenção, juntou mais ou menos, talvez, uns quarenta ou cinquenta engenheiros da manutenção na reunião. E falou assim: - “Chamei vocês para todo mundo fechar com o sindicato. Ninguém tentar furar a greve, nem abrir as pernas... ”. Ele escreveu um texto e mandou o pessoal ir assinando, e entregou para a direção do sindicato. Era um cara de esquerda, não é? Mas era um negócio interessante, não é? Quer dizer, aqueles que não eram.... Eu falei da greve do ABC, não é? Nós conseguimos levantar muito recursos por causa desse pessoal que dava dinheiro, os caras que tinha grana, ganhava bem e tal. Podia dar uma contribuição alta, entendeu? Eles compravam logo uns dez bônus em vez de comprar um só [risos]. Ajudaram muito, esse povo. Quando você perguntou o negócio do PCB, você tinha razão, os companheiros da esquerda são aliados nossos, sempre foram. Embora tenha advença política, mas você trata advença no campo da política, mas tem que ser sincero, tem que ser correto nas decisões políticas em relação ao respeito pelos os companheiros. É importante que se tenha. Então, foi isso. O sucesso do nosso sindicato foi baseado em toda essa nossa organização e nessa forma, inclusive, na democracia interna do sindicato. Teve uma greve que criou um impasse, já estava com vinte dias de greve, nós decidimos....

D. P. – Essa greve foi quando, Geraldo?

G. S. – Essa greve com 20 dias já foi em 1990, na época do Governo do “Catangorá” , o Moreira Franco [risos], que era o fundador. O Catangorá. Então, ele era o governador. A greve não tinha saída. Não tinha saído a greve. Aí, nós falamos: - “ Quer saber de um negócio? Nós vamos fazer uma coisa que ninguém nunca fez. ”. Não sei se ninguém nunca fez, mas alguém já pode até ter feito alguma coisa.... Vamos trabalhar de graça para a população. Aí, chamamos uma assembleia. Primeiro, nós tínhamos que convencer os pilotos para dirigir o metrô, para eles dirigirem de graça para a população. Convencemos o pessoal das estações para abrir as estações, que eles tinham que abrir as estações para poder funcionar. E o pessoal da manutenção já estava ali. Então, teve um acordo. Então, cada estação ficou sob comando de um diretor do sindicato. Cada estação tem um supervisor, o supervisor ia ficar lá, porque ele fazia toda a operação, mas tinha um diretor ali responsável para comandar politicamente. Eu fiquei com uma estação, o companheiro ficou com outra, cada um.... E no dia da operação, funcionou que foi uma beleza. Sete horas da manhã, chegou todo mundo em seus postos de trabalho. Pegaram os trens, ligaram, botaram para funcionar, abriu a estação e botou para funcionar. E liberou a roleta geral! Foi uma festa para população! [risos] - “Muito bem! Isso aí! Parabéns! ”. O cara ia andar de graça, não é? [risos] Todo mundo elogiando. A imprensa toda divulgando; a imprensa falava: - “E aí, Governador? E agora? O metrô trabalhando de graça para a população! ”. Funcionou até às oito horas da noite. Não teve nenhum problema, nenhum incidente, não teve nada absolutamente. Tudo normal. No outro dia, fomos todos demitidos. A direção do sindicato foi toda demitida por justa causa, não é? É claro! Nós ferimos um.... Fizemos uma desobediência civil contra a empresa. Todo mundo demitido, e um processo na polícia. Nós fomos acusados na delegacia da polícia, o metrô deu parte. E outra na Delegacia Regional do Trabalho.

A. S. – Na polícia, qual era a legação?

G. S. – Eles disseram que nós pusemos em risco a vida de população. Dizendo que nós pusemos em risco, porque os trabalhadores sozinhos não tinham competência e capacidade para poder operar um sistema igual ao do metrô. Só que no dia, lá na polícia,

foram vários supervisores e engenheiros, várias pessoas foram lá prestar depoimento....

– “Absolutamente isso não é verdade. ” Quem opera o sistema, somos nós. Nós que operamos. Então, nós que conhecemos o sistema. E nós estávamos presentes, nós estávamos lá dando todo o apoio à operação do sindicato. O pessoal do centro de controle operacional, que é o pessoal que manda [inaudível 50:29] estava lá trabalhando e nos dando apoio. São eles que manobram... Entendeu como é o negócio? Não houve nenhuma irregularidade na operação. Aí, a delegacia arquivou o processo. Nós ficamos demitidos por justa causa. Durou seis meses a nossa demissão. Ficamos seis meses sem salário, sem nada. Mas aí, o sindicato convocou uma assembleia. Quer dizer, nós demitidos, mas continuamos comandando o sindicato. O sindicato ficou sob o nosso comando. Convocamos uma assembleia para discutir a situação. E os companheiros da base foram lá e propuseram o seguinte: aprovar em assembleia a aumentar a contribuição para 1% a mais, a contribuição da categoria para pagar o nosso salário enquanto perdurasse a nossa demissão. Quando acabasse, voltava ao normal. Isso foi aprovado por unanimidade na assembleia. Aí passamos a receber o salário pelo sindicato. Quando nós voltamos para trabalhar, recebemos a indenização por esse tempo todinho e o dinheiro foi entregue para o sindicato. Não pegamos nenhum centavo da indenização de seis meses.

A. S. – Aí, vocês foram readmitidos. E como é que foi essa negociação? Foi via sindicato, para vocês serem readmitidos?

G. S. – Sindicato com o Secretário de Transporte. Entendeu? Mas sabe o que foi também? Isso ajudou muito. Era o final do governo do Moreira Franco. A eleição foi, assim, a greve na época da eleição. A greve foi em setembro e a eleição em outubro. E o pessoal lá ganhou para o segundo mandato. Em janeiro, ele assumiu e o secretário de transportes do Brizola mandou nos readmitir. O sindicato foi lá na secretaria negociar e falaram: - “ Vocês vão ser readmitidos. Se vocês não cometeram nenhum crime, vocês vão retornar ”. E retornou todo mundo. Foi uma experiência interessante, não é? Mas foi um negócio... O que nós fizemos de termo de sindical, nós fizemos foi o máximo de atividade sindical, porque nós pegamos nossos produtos, que nós produzíamos, e distribuimos para a população. É como se você trabalhasse em uma fábrica de brinquedos, e pegasse os brinquedos e distribuísse para a população. Ou de chocolate,

de qualquer coisa. O produto do nosso trabalho foi distribuído para a população. Acima disso aí, só revolução social, porque, em termos sindical, nós batemos no teto! Acabou.

A. S. – Geraldo, nesse momento de rearticulação da atividade sindical, vocês estavam apresentando uma série de propostas para uma nova configuração da atividade sindical e era um momento de transição política. Como é que vocês discutiam essas questões nacionais no sindicato? Vocês se organizavam para isso ou.... ?

G. S. – Não, esse debate rolou em todo o sindicato. Nos congressos da CUT, nas plenárias.... Porque inclusive no Congresso, que é um negócio muito mais amplo e abrangente, as vezes essas discussões ficavam um pouco prejudicadas em função da.... O Congresso era um negócio gigantesco com cinco mil trabalhadores, se bem que dividia.... Mesmo assim, os grupos de discussão eram enormes. O grupo de trabalho do congresso era enorme, muita gente. Então, essa discussão fluía melhor em plenárias, porque tinha menos gente, não é? Era convocada uma plenária nacional e cada Estado, cada sindicato tinha um critério para indicar representante, mas era menor, mais enxuto, o grupo era menor. Então, essa discussão rolava muito nesses fóruns. Eu acho que naquele período, eu sinceramente achava.... Eu tinha ilusão, são duas coisas em relação à CUT e ao PT, eu achava que a CUT podia ser realmente uma estrutura sindical, nova central sindical, com a estrutura conforme a nossa proposta, estrutura moderna, autônoma, independente, isso tudo nós falamos, não é? Estrutura horizontalizada, democrática, essas coisas todinhas. E o PT seria um partido de massa, mas com forte conteúdo revolucionário. Não era um partido revolucionário, era um partido de massa mais com o conteúdo, pela sua composição que tinha lá dentro. A quantidade de militante de esquina que tinha era enorme, muita gente. Quer dizer, eu achava que isso podia se encaminhar nesse sentido. Então, por exemplo, quando a gente discutia a questão do sindicato, a gente achava que a estrutura devia vingar, que devia ser implantada, está certo? Que nós devíamos acabar com o imposto sindical, porque o imposto era troço que vinha desde a época do Governo Vargas, não é? Que foi criado... os caras criaram um dia de descontar o dia de cada operário, de cada trabalhador, para erguer o monumento para o Vargas. A ideia era essa, arrecadar o dinheiro para depois erguer um monumento em homenagem ao Vargas. Só que deu tanto dinheiro, tanto dinheiro, que os caras ficaram: - “Esse monte de dinheiro não pode mais ser.... Voltar

atrás. ”. Aí pediram para o Vargas assinar um decreto tornando o desconto obrigatório, de forma compulsória e obrigatória. E está até hoje assim. No nosso discurso da CUT de acabar com o imposto sindical, porque isso alimentava os pelegos do sindicato, o sindicato assistencialista com muita assistência, muita coisa e tal. Isso não mobilizava a categoria. Nós criamos um sindicato de luta, sindicato que mobilizasse a classe pelos seus direitos, por suas conquistas e direito. Mas aí, a luta sindical é importante, mas é uma luta que tem um certo limite, era limitada, porque ela se limita a luta econômica, luta economicista, não é isso? Luta economicista. Então, para avançar tem que ter uma luta política. Esse papel é do partido, não era do sindicato. O sindicato não pode ser apolítico, mas o sindicato tem que ser apartidário obrigatoriamente. O sindicato não tem partido. Falava para os companheiros: - “ Olha, companheiros, eu quero dizer o seguinte para vocês, eu estou propondo que todos os trabalhadores das centrais sindicais sejam filiados à um partido. Sejam filiados do partido. Agora é um direito de vocês, um direito nosso de se filiar à um partido e de militar em um partido! ”. Agora, não confundir o partido com o sindicato e vice-versa. Não dá para fazer essa confusão. Nós temos que respeitar primeiro a autonomia da entidade sindical, a entidade máxima, ela tem que ser respeitada em sua autonomia e em seu direito. Não dá para confundir essas coisas, mas tem que ser isso, assim. Esse era um trabalho que rolava muito, porque as pessoas confundiam sindicato com partido. Aí tinha posição que o partido tinha intervir no sindicato, do ponto de vista em gerir, de ter uma gerência dentro do partido. Isso significa que tentavam transformar o sindicato em correio de transmissão do partido. Isso aí, eu sou contra. Sou contra desse tipo de coisa. Não concordo com essa prática.

A. S. – A gente precisa interromper um pouquinho de novo.

G. S. – Poder pode.

D. P. – Estava falando do imposto sindical.

G. S. – Quer ver sobre a questão lá da...

D. P. – Não, você acha que é possível o movimento sindical, o sindicalismo sobreviver, no Brasil, sem o imposto sindical? Você Acha que hoje... Eu sei que o PT foi contra,

acabou que o sindicalismo do PT passou, enfim, a conviver bem com o imposto sindical. Você acha que é uma bandeira importante romper, não ter imposto sindical?

G. S. – Até hoje a estrutura da CUT⁵ ainda continua com a bandeira de fim do imposto sindical, vem pensando nisso. Mas a CUT vem recebendo a parte dela. O seguinte: em São Paulo, no ano passado, eu estive lá em uma plenária, houve lá uma discussão, porque eu me inscrevi para defender, contra... Pelo fim do imposto sindical. Eu defendi contra, e o pessoal do PCdoB defendeu a favor. A nossa posição ganhou, ganhou de lavada a votação. E todos os delegados da CUT presentes.

D. P. – Todos os delegados votaram pelo fim do imposto sindical?

G. S. – É, a maioria votou [tosse]. Todos não, mas a maioria votou pelo fim do imposto sindical. Então, esse eu acho que é um problema que os sindicatos... Eu sempre defendi que os sindicatos tem que fazer... Primeiro, tem que ter uma fonte de arrecadação para sobreviver, sem que tenha que lançar mão do imposto sindical. Agora acontece o seguinte: os sindicatos nunca se incomodaram disso, porque cresceu como certo, como garantia uma vultosa quantia de um dinheiro, os caras se acomodam. Ao invés de discutir, com a categoria, discutir política, os caras pensam assim: a gente faz assistencialismo, a gente contrata consultório médico, contrata dentista, contrata barbeiro, contrata manicure, não sei mais lá, e aí a categoria vai sendo ludibriada, vai sendo enganada por esse negócio, e eles não querem esquentar a cabeça. Para eles é muito cômodo ficar lá dando aquele assistencialismo para os associados, o pessoal da categoria, e receber aquele dinheiro. Quer dizer, o número de associados é sempre pequeno, porque, agora, depois desse problema todo, a situação piorou mais. O desemprego... O neoliberalismo, um dos objetivos era acabar com o sindicalismo, arrebanhar. O próprio Collor falou isso pessoalmente: - “Quero acabar com a CUT”. Uma das metas do Fernando Collor era acabar com a CUT. Tanto que ele liberou recursos não para o pessoal da força sindical... Em São Paulo, eles tem uma sede, um órgão suntuoso da força sindical, do governo do Fernando Collor, para garantir... E lá tem um esquema, um curso de formação, uma coisa que eles tem lá, pela força sindical.

⁵ Central Única dos Trabalhadores

Para fortalecer a força e derrotar a CUT, para poder esvaziar a CUT. Não conseguiu esvaziar, porque, a exemplo do PT, a CUT foi um negócio tão, ela foi tão importante, que ela tem um impacto muito grande para o movimento operário, que até hoje o PT... A CUT tem muitos militantes. Todos os problemas que existem, mas tem muita militância, ainda tem muita gente. Tem uns que estão meio arredios, por causa de alguns problemas, e tal, mas a militância é imensa. Quando nós fundamos o PT, a gente tinha o chamado CCR, era Conselho Consultivo Regional. Então, cada local do estado, ficou mapeado e dividido, cada setor tem um CCR. Todas as decisões eram tomadas no CCR, que era o Conselho Consultivo Regional. Tinha na Zona Oeste, na Baixada Fluminense, tinha aqui na Zona Sul, tudo quanto era lugar tinha. E eu acompanhei todo... Com o CCR, ficaram [inaudível 03:48] antigo. Além do pessoal local, a gente ainda ia lá para fomentar o debate político. Era um negócio impressionante. Núcleo de bairro, núcleo de categoria, então... Na primeira eleição, de 1982, foi criado um CU, era chamado Comitê Unificado. Então, qual era a proposta do comitê? A sede era na Zona Oeste. Todo o recurso da campanha seria centralizado naquele comitê, para distribuir para todos os candidatos, igualmente. Um negócio muito importante, muito democrático. O PT me deixou bastante eufórico, entendeu? Isso é democracia mesmo, nós vamos caminhar para o socialismo. Muita democracia interna, unindo todo mundo, umas coisas assim. Lá no estatuto do PT, tem uns parágrafos que falam o seguinte: os militantes do PT, eles são obrigados a defender as propostas das suas organizações de base, mesmo que isso venha a contrariar a diretoria do partido. Orientar o militante a respeitar a decisão da sua associação de moradores, sindicato. O militante tem que defender, respeitar, mesmo contrário ao partido. Isso é um negócio muito democrático. Essas coisas, isso nos deixou muito empolgados. A organização era muita gente. Qualquer atividade aparecia muita militância. O pessoal ia para a rua, fazia caminhada, qualquer dia, à noite. Sentava no chão, cantava musiquinha, fazia tudo, entendeu? Vendia estrelinha nas campanhas, vendia *bottom*, estrelinha, vendia tudo, fazia tudo, arrecadava dinheiro, fazia rifa, fazia tudo para poder... Quer dizer, eu achava que aquele era um negócio que ia dar certo. Hoje em dia, não acho mais.

A. S. – Você mencionou o núcleo do PT no Alemão. Houve muita adesão, no início?

G. S. – Houve?

A. S. – Como é que foi esse processo?

G. S. – Primeiro o seguinte: lá no Alemão, nós tivemos um reforço muito grande, que eram os companheiros do MR-8. Tinha um companheiro chamado Diquinho, que era da FAVERJ, o Diquinho, e mais outro grupo lá, esse [inaudível 06:03] foi assassinado. Antes de fundar o PT, eles passavam lá no morro do Alemão, o pessoal com megafone, vi no jornal A Hora do Povo, passava com o megafone, não sei o que, blá blá blá, e subiam. Muito aguerrido esse grupo, eram muito bons. E aí depois, quando eu fundei lá no morro do Alemão, que participou o pessoal do Alemão e do bairro de Ramos, mas o local era na minha casa, que era o lugar de concentração. Lá servia como sede do núcleo. E aí eu comecei a discutir com o Diquinho, no início houve uma certa resistência, mas depois ele concordou que, realmente, que ele devia entrar. Aí chamou o grupo dele lá, era mais ou menos uns oito companheiros do grupo. Era muito bom, e mobilizado, para discutir se os caras queriam entrar. Votaram, e ganhou para eles virem. Quando foi o dia que eles foram assinar a ficha do PT, fizemos uma festa lá em casa.

D. P. – Peraí, eles assinaram a ficha do PT? Agora fiquei confusa. Quem assinou a ficha do PT?

G. S. – Não, esse grupo entrou para o PT.

D. P. – O Diquinho entrou para o PT?

G. S. – O Diquinho e o pessoal todo. O Diquinho saiu do MR-8 para ir para o PT. Depois ele saiu, parece que ele estava agora no PSOL, parece. Mas ele militou no PT muitos anos, muito tempo. No dia da adesão desse grupo lá, fizeram uma festa lá em casa.

D. P. – Foi você que ganhou ele, mais ou menos?

G. S. – Eu convenci ele. Era comigo, a gente militava junta na associação de bairro, concorremos à eleição lá para a comissão de luz, ele no MR-8, e eu no PT. Mas depois

acabou nas conversas, o próprio problema da [dúvida 07:38], também. O nosso grupo do PT tinha conseguido mobilizar muito a comunidade, as atividades. Ele acabou achando que o caminho talvez fosse por aí mesmo.

D. P. – Nessa época você militava junto da FAVERJ também? Porque a FAVERJ estava com o Irineu, um pessoal mais novo.

G. S. – Também.

D. P. – Mas você militava lá também?

G. S. – Também, é.

D. P. – Que ali a força era mais do MR-8?

G. S. – É. O Irineu era do MR-8, não é?

D. P. – Uhum.

G. S. – E o Diquinho era diretor da FAVERJ. Eu não fui diretor da FAVERJ, fui militante, participava da atividade comunitária, mas eu participei muito da atividade da FAMERJ, que era do bairro. Ia nos congressos da FAMERJ, participei bastante das atividades. Mas aí, no dia da ficha dele no PT, lá na minha casa, eu estava no metrô, estava ganhando um salário melhor. Eu fiz uma laje, aumentei o barraco, fiz uma varanda lá em cima, cobertura, não sei o que, era o lugar de assembleia do pessoal. Era o espaço, era o aparelho do pessoal lá. Aí, no dia de quem foi filiar, no grupo de quem foi fazer a adesão no PT, era uma festa lá em casa, não sei como a laje não caiu, de tanta gente. Porque, inclusive, o pessoal, foi um grupo para lá, foi o Vainer.

D. P. – Carlos Vainer?

G. S. – Carlos Vainer. Foi o Daniel Aarão Reis, que estava em outra divisão, Cid Benjamin, César Benjamin, Cid Iramaia, Abigail Paranhos, gente para caramba.

D. P. – Pessoal do comitê brasileiro de anistia, não é? Iramaia, Abigail, Paranhos...

G. S. – Foram lá para casa, para o negócio da festa do Diquinho. Só aqui deve ter mais de 500 anos de cadeia [risos]. Tinha muito militante. E esse movimento que eu falei, associação de moradores, é claro, mas quem estava por trás era o núcleo do PT. Mas aí era uma luta da comunidade, quer dizer, nós achamos que era mais legítimo que quem encabeçasse o movimento, estava na frente, a associação é mais do que o partido. O partido ajudou a mobilizar, a panfletar. Quando a gente foi fazer o congresso, por exemplo, da associação, a militância, enchemos o bairro lá de Ramos, os muros todos de cartaz, para a associação, eu e a minha mulher, a gente ficava até meia-noite colando cartaz. Eu com o rodo, e ela com o balde de cola, passando, entendeu? O pessoal militou muito. O núcleo teve muita atividade, o negócio lá no morro da baiana, nós estávamos presentes em todas as atividades.

D. P. – Qual o nome da sua mulher, Geraldo?

G. S. – O nome dela é Maurina. É Marina com “u”, Maurina. Maurina Barbosa da Silva.

D. P. – Ela foi uma companheira sua, então, dessa luta aí.

G. S. – Foi.

D. P. – Isso é bom, não é? Que isso não é muito comum. Cada um está para um lado, enfim. Que a mulher fica mais em casa.

G. S. – Nossos problemas foram mais adiante, quando ela parou de militar. Quando ela parou a militância, aí teve problema comigo, problema de divergências sérias, mas enquanto ela estava militando era melhor. Quando ela estava militando, ela estava focada em uma coisa.

D. P. – Mas você separou dela depois?

G. S. – Não, a gente mora na mesma casa, mas dorme separado, e tal. Separação de corpos, agora, pessoalmente, eu não deixei. Porque não tem motivo. Então vive assim, cada um vive lá na sua casa, compartilha as coisas no dia- a- dia, só não vive mais juntos como marido e mulher. Mas porque ela é meio complicadinha mesmo. Quando ela estava militando, ela era uma companheira muito firme, depois que ela... Ela tem algumas complicações, mas ela aguentou firme, depois ela mudou um pouco o comportamento, mas acho que por causa disso, porque ela parou de militar. Parou a militância. O foco dela, tirou o foco dali...

D. P. – Mudança mesmo.

G. S. – Mudou. E eu continuei, aí a coisa...

D. P. – Em 1979/78, é criado o comitê brasileiro de anistia, em 1979 tem a lei da anistia. Figueiredo sanciona, o Congresso aprova. Você acompanhou essa discussão, já que o nosso objeto aqui da entrevista é esse período, que começa com a anistia, sobre essa questão, ou passou largo, naquele momento?

G. S. – Não, acompanhar a discussão, pouca coisa, mas participei muito das atividades pela anistia. Atividade de rua. Nós fizemos muitas passeatas, era sempre nos finais da tarde. Essa época eu já estava no metrô, já tinha direito sindical, e trabalhava no centro da cidade. Ainda não estava liberado não, que ainda não tinha o sindicato. Tinha a associação, mas eu trabalhava ali no centro, na Presidente Vargas, quando saía, cinco horas, eu vinha para as manifestações pela anistia. Participei muito, a gente já vinha preparado, trazia já um vidro de água boricada, por causa da polícia. A polícia vinha e dissolvia a manifestação pela anistia na base do cassetete e da bomba de gás. Na Cinelândia, a gente ia, às vezes saía em passeata, ia até na Assembleia Legislativa, fazia a chamada dos mortos, não sei o que, com a PM no nosso encalço. Tivemos muitos problemas. Você imagina só, já em 1979. Pela anistia, a nossa luta é para garantir o retorno dos companheiros, uma lei para beneficiar nossos companheiros que estavam no exílio, e os aqui no Brasil que foram presos, enfim. Mas aí tivemos muito confronto com a polícia por, em função desse problema da anistia. Eu, pessoalmente, depois, revendo a lei, olhando, eu tenho discordância com o texto que foi aprovado da lei.

Houve uma precipitação. Acho que nossos companheiros e companheiras que discutiram a lei, uma precipitação no sentido de, a vontade de trazer os companheiros de vontade anistiar os que estavam presos, essa coisa todinha, levou a fazer concessões que eu acho que acabou... O reflexo disso aí esta aí hoje. A dificuldade que nós temos de penalizar os torturadores. Porque, baseados na lei da anistia, nós temos um Congresso, que também lá não é grandes coisas. Nós temos um Supremo que é pior ainda, quer dizer, eles é que determinam a palavra final, na questão da lei, e os caras deram uma interpretação sacana, um negócio absurdo, a decisão do Supremo de considerar que os militares foram anistiados. Porque, olha só, vamos pegar um negócio muito simples da lei, que é o seguinte. Quando houve a anistia, a lei diz o seguinte, que ela não anistiava os militantes que cometeram crime de sangue. Tanto que, quando houve a anistia, os companheiros e companheiras que tinham cometido o chamado crime de sangue, foram presos. Eles continuaram presos. Alguns só saíram em 1981/82, ficaram cumprindo a prisão, porque cometeram crime de sangue. Aí, então, eles não foram anistiados. Por esse conceito aí, então o militar que torturava e matava, não podia ser anistiado. Não cometeram crime de sangue? Eles não sequestraram as pessoas, não mataram sob tortura? Mataram de tiro, fizeram um monte de coisa? Porque eles que cometeram crime de sangue estão cobertos pela anistia, e nossos companheiros não foram anistiados? Eu acho que houve, aí, um certo descuido, um certo vacilo, inclusive dos nossos companheiros, que são juristas, que são advogados, não perceberam isso? Porque eu acho que, para mim, no meu ponto de vista, isso é um argumento forte. O Ministério Público, acho que, outro dia, eu estava vendo uma notícia, uma reportagem, que alguém falou sobre isso. E acho que até baseado nisso, é que o Ministério Público está pedindo a condenação para o Ustra⁶, e alguns mais, deve ser. A CNV⁷ apresentou uma lista de trezentos e setenta e poucos torturadores, e muitos estão vivos. Morreram todos, tem uns que estão vivos até hoje, aí. Quer dizer, o Ministério Público, baseado nessa questão da lei, acho que está solicitando que ele seja levado para julgamento. Um troço muito sério, porque, na verdade, por esse erro, por mais que os companheiros e companheiras tenham mérito nessa luta, não vamos negar o mérito, a vontade, o empenho para poder liberar nossos companheiros, para livrar para livrar da prisão, para que eles tivessem direito a ser anistiados, e o retorno dos que estavam no exílio, aí foi o grande erro da lei

⁶ Carlos Alberto Brilhante Ustra.

⁷ Comissão Nacional da Verdade.

de anistia. Todo mérito teve, mas teve um bocado de erros, que levou a isso daí. Nós estamos impossibilitados de processar... Porque uma das coisas que eu mais defendi foi a questão da prisão para os torturadores. É um crime hediondo mesmo, um negócio bestial, um negócio inaceitável. A questão da tortura é a pior coisa que pode existir contra o ser humano, não é verdade? Como é que vai ter torturador aí de pijama, em casam rindo da nossa cara? Como é que nós vamos aceitar isso? Isso é brabo, não dá para a gente engolir esse negócio não. Mas valeu a lei da anistia. Valeu em parte.

D. P. – É, porque foi uma relação de forças. Não era o projeto nosso, não era o projeto do comitê brasileiro de anistia, o que passou foi outro, mas enfim. Geraldo, a sua militância no PT vai redundar que você vai ser dirigente do PT no Rio de Janeiro, depois você chega no Senado, não é? Você tinha essa pretensão? Tem muita história.

G. S. – Nós estamos seguindo uma ordem cronológica, não é? Como esse negócio do Senado foi mais adiante, senão depois nós vamos ter que voltar.

D. P. – Está certo, está bom.

G. S. – Por exemplo: nós estamos em aí em 1983, que foi a época do congresso da CUT.

A. S. – Isso.

D. P. – Então, antes disso, deixa eu perguntar uma coisa: e a eleição de 1982, você lá no PT, na militância, você estava na campanha do Lysâneas Maciel.

G. S. – Lysâneas Maciel.

D. P. – Ficou balançado com aquela... Brizola movimentando as massas todas, ou... Você chegou no PT discutindo se deveria apoiar o Brizola, ou não? Para você estava certo que era Lysâneas Maciel o candidato?

G. S. – Tinha uma certa...

D. P. – Você tem simpatia pelo Brizola?

G. S. – Tinha uma certa simpatia, em função da luta dele, da campanha pela questão da garantia da posse do Jango, em uma luta pela...

D. P. – Campanha da legalidade, não é?

G. S. – Campanha da legalidade, eu achei muito legal. Mas depois me chamaram para entrar para o Grupo dos onze, mas eu não quis.

D. P. – Ah, você foi chamado?

G. S. – É, não quis entrar não, porque eu achava que já tinha o dedo do PCB na orientação do partido, não tinha ainda uma formação política muito avançada, mas tinha uma ideia, mais ou menos, do que significava, do ponto de vista ideológico não dava. Mas eu sempre admirei o Brizola por isso, e ele foi eleito, em 1982, o deputado federal com mais votos aqui no...

D. P. – 1962?

G. S. – 1962, é. Foi o deputado federal, no Brasil, mais votado no Brasil. Então eu tinha uma simpatia, mas não a ponto de me bandear, de fazer campanha, defender, isso eu nunca fiz, mas sempre achei que o Brizola foi um político habilidoso, em algum momento ele foi muito duro em algumas coisas, mas ele tinha razão em alguns aspectos. Ele era um cara duro, mas não era tão ruim assim. Estou lembrando uma vez, a gente estava fazendo uma campanha lá no sindicato dos metroviários, tinha lá 400 companheiros que eram contratados, pessoal terceirizado, aí nós decidimos o seguinte, primeiro consultamos o advogado, se aqueles trabalhadores poderiam se filiar ao sindicato. Nosso advogado falou: - “Pode, pode se filiar sim, porque quem trabalha em atividade fim da empresa- atividade fim – há mais de três meses, pode se filiar ao sindicato. Isso está na legislação”. E nós filiamos os 400 ao sindicato. Filiamos pelo seguinte: primeiro porque eles tinham interesse em se filiar, para poder encabeçar a luta,

para que eles fossem admitidos como empregado do metrô. Acabar a sua condição de terceirizado e ser efetivado como metroviário. Aí travamos uma luta... Sempre fizemos muito movimentos, fizemos passeata em Copacabana, batendo panela na Avenida Atlântica. Um dia a gente estava lá batendo panela, um grupo lá com umas faixas dos metroviários, aí veio uns “gringos” lá: - “Viva la democracia” [risos]. Eles gritando “viva la democracia”. E fizemos passeata ali, acampamos na frente da casa do Brizola. Ficamos, uma vez, a noite toda lá. Amanheceu o dia, a gente estava lá. Para o Brizola no receber, ele não quis receber, nós ficamos lá. Aí compramos um monte de pacotes de pão, mortadela, queijo, refrigerante, para o pessoal comer, água mineral. Ficamos a noite toda lá, a noite todinha. Amanheceu o dia. De manhã, o Brizola ia ter que sair para ir para o Palácio, e ele não saía de dentro de casa, porque a gente estava a porta dele. E toda hora vinha um assessor, olhava pela janela, a gente estava lá embaixo, aí o cara se recolhia. Quando foi lá para as 10 horas da manhã, nós de pé lá, aí veio um assessor e disse: “Olha, o governador mandou eu vir aqui falar com vocês, está aqui. Está convocada uma audiência com vocês lá no Palácio Guanabara”. Ele veio com dia e hora da audiência. Recebeu a gente na “marra”, porque a galera... Aí, no dia da reunião, chegamos lá no Palácio, aí o Brizola falou assim: - “Olha, quer saber de uma coisa? Vou dizer para vocês, nós somos pedra. Pedra contra pedra sai fogo. Então, nós somos pedra, mas a luta é assim mesmo”. Aí eu falei: - “É, governador, mas o senhor sabe que o que está em jogo é o emprego de 400 famílias. E aí esse povo vai ficar como? Por exemplo, acabou o contrato, eles ao tem garantia que os contratos vão ser renovados. A nossa luta é para que eles sejam efetivados, efetivação desses companheiros”. Aí ele falou: - “É, mas pode ficar certo que, no meu governo, não vai ter desemprego não”. Aí, passou uns tempos, a gente entrou na justiça, o advogado entrou na justiça, estava rolando o processo, quando foi um dia, o Hélio Maranhão – Hélio foi um cara que foi, era militante da esquerda, ferroviário, era engenheiro ferroviário, um cara histórico, Hélio Maranhão, ele presidiu o metrô, na época. Ele tinha vindo da Nicarágua, o Hélio foi lá par fora, ele era consultor da ONU, e tal, e ficou na Nicarágua junto com os sandinistas. O filho dele é oficial do exército sandinista, filho do Hélio. Aí foi, presidiu o metrô, e chamou a gente lá para dizer que o governador tinha assinado lá o decreto autorizando a efetivação dos 400 trabalhadores. Aí foi uma festa enorme, fizemos o maior churrasco, eu fui carregado [risos]. Achei legal, essas coisas são muito legais. Eu fico muito feliz por isso aí, porque eu ajudei 400 famílias. Quer dizer, eu sozinho não, encaminhei a

luta, mas claro que foi um conjunto, militância do sindicato e do pessoal. Mas ajudei a coordenar, ajudei a encaminhar as coisas. Então, foi um negócio muito legal. As histórias do Brizola é assim. Em 1982, eu estava apoiando o Lysâneas Maciel, não achava que o Lysâneas era um bom candidato, porque eu achava que ele, politicamente, era um cara muito confuso. Muito confuso. Lysâneas Maciel era um cara bom, era pastor metodista, parece, se não me engano, era um cara muito bom, mas ele era um cara muito complicado, não conseguia fazer um discurso petista, ele não fazia discurso petista. Era cristão, aquela coisa todinha, e, além disso, o Lysâneas, também por ser evangélico, ele tinha algumas coisas assim, e não conseguiu incorporar bem a constituição do PT, o discurso. Na campanha, nós fomos fazer uma passeata pela rua da Alfândega, no final da tarde, e a militância toda com bandeira do PT, mais ou menos uns 300 militantes, e o Lysâneas lá, não sei o que. Ele saiu lá da rua da Alfândega, ali, aí entrou na Praça da República, tem ali o prédio do TCE, o Tribunal de Contas do Estado é ali, na Praça da República. Ele parou em frente um carro, para fazer um discurso lá. Começou a falar no carro de som, o locutor falando, blá blá blá, daqui a pouco ficou cheio de gente na janela do prédio, olhando para baixo, aí deu o microfone para ele falar. Ele começou a fazer o discurso, depois falou, olhou: - “Esse prédio aqui, está vendo? Isso aqui só tem corrupto”. Quer dizer, o pessoal... Quem está ali são funcionários, é o povo [risos]. O senhor está atingindo todo mundo, quando falar, não fale assim. Ele não conseguia... Aí, o Luiz Tenório era candidato ao Senado, nessa eleição. Luiz Tenório era médico. Aí ele falou que eles iam visitar alguns locais assim, aí o Lysâneas falou assim: - “Tenório, quando nós formos visitar uma entidade, um organização, você sabe, eu entro na frente, porque eu sou candidato a governador. Eu entro na frente”. Ele falou: - “Tudo bem, Não tem nenhum problema”. Ele falou para o Tenório. Aí foram visitar uma casa, em Jacarepaguá, de Hanseníase. Os hansenianos tem um problema sério, porque, dependendo do grau, tem uns que já estão sem o dedo, aí foram lá. Quando chegaram lá, o Lysâneas olhou assim [risos], viu aquele monte de gente, tudo deformado, aí o Lysâneas falou assim: - “Tenório, você que é médico, acho bom você entrar na frente” [risos]. Quer dizer, ele era um cara assim. Outra vez, ele foi visitar... Foi visitar não, foi fazer... Era uma visita sim, mas era fazer uma palestra para uma casa de jovens, de crianças portadoras de síndrome de down. E ele começou a falar, o pessoal, os pais dos portadores de síndrome de down, ele falando lá, o Lysâneas Maciel, daqui a pouco ele fala assim: - “Porque nós estamos em um sistema comandado por

esses militares, nós somos contra, porque ali só tem debiloide”. Ele pagava esses micos assim, porque ele não tinha muito tato, muito tino. Não tinha tino político, praticamente. Era assim, teve 3% de votos, parece, coisa insignificante. Naquela eleição, ele não atrapalhou o Brizola, porque ele teve tão pouco voto [risos], que ele não atrapalhou o Brizola.

D. P. – Certo, aí você continua militando nessas várias frentes...

G. S. – É. E aí, até que veio 1984, que foi a nossa luta pelas Diretas, não é isso?

A. S. – Isso.

G. S. – Campanha das Diretas. Foi muito importante a campanha das Diretas, do ponto de vista... Vocês sabem, não é? Que mobilizou milhões de pessoas, no Brasil inteiro. Não foram milhares, foram milhões de pessoas que se mobilizaram. Com comícios numerosíssimos, com muita gente, Rio, São Paulo, muitos lugares, quer dizer, na campanha das Diretas, os sindicatos se engajaram. A CUT entrou de cabeça naquela campanha. Nesse ponto, a CUT mobilizou os sindicatos no Brasil inteiro, as direções da CUT estadual. Eu já estava eleito, aqui no Rio de Janeiro, para presidir a CUT do estado. Fizemos um congresso, em 1984, fizemos um congresso, ali na rua Hadock Lobo, no clube municipal, clube dos funcionários municipal. Aí fizemos uma assembleia ali, e fizemos um congresso. Congresso estadual dos [inaudível 28:10] da CUT. Sindicatos mais oposições. Eu fui indicado para presidir CUT do Rio de Janeiro, e em 1984, eu estava na presidência da CUT do Rio de Janeiro, do estado. Nós fizemos muitas assembleias, plenárias, antes dos atos, para convocar os sindicatos. A CUT fazia a convocatória, os sindicatos vinham para a plenária, e lá decidiam a mobilização, organização. Foi muito movimento, acho que foi muito importante, criou uma expectativa, mas você vê: o nosso congresso, realmente, não dá para confiar, porque [risos] nós achamos que a emenda Dante de Oliveira ia ser aprovada. Acabou que não foi. Foi aprovada, voltou o maldito colégio eleitoral, e aí teve o problema do PT, você sabe, não é? Que o PT tomou a decisão de não ir ao colégio eleitoral, os nossos oito deputados, era o que tinha a bancada, oito deputados federais, não votarem. Receberam ordem expressa, por decisão de uma plenária que nós fizemos lá em Diadema, decisão

para os nosso parlamentares não votarem no colégio eleitoral. Aí nós tivemos três que votaram. Bete Mendes...

D. P. – Zé Eudes.

G. S. – Zé Eudes, e o outro foi aquele de São Paulo, o...

D. P. – O Pinto, não é?

G. S. – Não, era o... Esqueci o nome dele.

D. P. – Careca, não é?

G. S. – É. Airton Soares. Votaram a favor. Isso deu a maior polêmica no PT, a decisão de... Aí houveram (sic) várias propostas, umas era de que fosse suspenso por um período, advertência e suspensão. Eu sempre fui mais radical, minha posição era expulsar do partido. Minha só não, tinha um grupo mais radical, mais à esquerda. Nós discutimos, na plenária para tomar essa decisão, aí o Lula foi lá defendê-los. A gente se ferrou, perdeu a votação feio. Nosso grupo mais à esquerda, nos organizávamos... Estou lembrado...

D. P. – Você era de qual tendência do PT, nessa época? O PT já tinha diversas tendências, você tinha uma tendência específica, ou você era independente?

Tinha, nessa época eu era de uma tendência chamada PT de massas. Mas estava ligado mais ao pessoal da questão sindical. Mas depois, quando o pessoal, começaram a pisar na bola, eu sai fora, fui para a tendência marxista, e TM. A tendência marxista foi um racha do PRC. Eu entrei para a tendência marxista. Bom, aí lá em Diadema, na plenária nacional, para discutir o negócio da punição dos caras, o Lula tomou a defesa dos caras, perdeu feio, foi derrotado por uma margem de votos muito grande. Le não conseguiu convencer ninguém com aquele discurso. Naquela época, o PT tinha uma militância muito aguerrida, um pessoal muito posicionado politicamente, aí era difícil que o pessoal que tivesse posição conciliadora ganhar espaço. Não ganhava não, eram sempre

derrotados. Aí o Jacó Bittar, o Jacó, nem sei onde ele anda agora. Depois ele falou assim: - “Geraldo, está vendo aí? Vamos ter que puxar a orelha desse baiano mesmo”. O baiano era o Lula. Porque em São Paulo, eles chamam tudo quanto é nordestino de baiano. - “Nós vamos ter que puxar a orelha desse baiano aí”. - “Está bom, ele já perdeu a posição dele, está tudo bem”. Mas é isso. E até hoje o pessoal pensa: foi certo ou errado? Eu acho que, naquele momento, o PT estava... O setor que defendeu a discussão estava correto. Porque havia uma decisão partidária, então eles tinham que acatar, porque foi uma decisão de um conjunto militante, de uma plenária nacional, que decidiu, orientaram no sentido de não ir. Então, essas coisas fazem parte da política, e das suas idas e voltas. Essa coisa é assim mesmo. Aqui no Rio de Janeiro, nó, n CUT, nó, como fomos eleitos para dirigir a CUT, não tinha nada. Só tinha a oposição, não tinha nada. Aí nós ficamos ali na avenida Franklin Roosevelt, na sede do sindicato dos aeronautas, o pessoal de voo. Eles tinham construído uma sede nova. Tinha uma sede que eles usavam antes, uma sede menor, estava inativa lá, eles no emprestaram a sede para a gente se instalar lá na sede deles, sem nenhum ônus. A sede era própria dos aeronautas, e eles pagando água, luz, telefone, para poder ajudar a CUT, que não tinha nada. Aí ficamos lá. Ficava eu, que era o presidente, o sindicato dos metroviários era lá perto, me desdobrava em um lugar e no outro, para orientar e encaminhar as coisas, a Ângela Picaluga, que era nossa secretária, e o Luiz, que era nosso *office boy*. Eram os três mosqueteiros [risos], só que um era mulher, que era a Ângela Picaluga. Ficava lá. Mas nós fomos devagar, começamos ganhar eleições no Rio de Janeiro. Só o símbolo da CUT era um negócio que atraía as pessoas, as oposições começaram a crescer, e nós começamos a ganhar sindicatos importantes. Fomos conquistando sindicatos, aí ganhamos o sindicato dos metalúrgicos, ganhamos bancários, ganhamos vários sindicatos importantes, o telefônico... E fomos por aí, ganhando sindicatos, e foi crescendo.

D. P. – Isabel Picaluga, não é? É Ângela?

G. S. – Não, Isabel era a mãe, que era socióloga, diretora da CUT.

D. P. – A Ângela é filha dela?

G. S. – Filha dela, que mora no Grajaú. Então fomos crescendo. Em 1986, dois anos após a criação da CUT, era o governo Sarney, aí veio aquele negócio do Plano Cruzado. Uma inflação enorme, Sarney decretou o Plano Cruzado, aí teve um negócio vergonhoso, Maria da Conceição chorando na televisão, coisa e tal. Uma mulher tão inteligente, mas ela não entendeu nada, eu acho. Todo mundo que era militante da esquerda sabia que aquilo era um embuste. Era ano eleitoral, e o plano foi em março, se não me engano, março de 1986, em outubro era a eleição, e foi o que deu mesmo. Depois que houve a eleição, acabou o Plano Cruzado. Aí o pessoal foi lá na sede da CUT me procurar, a imprensa foi me procurar, pra saber a minha opinião. – “Não, sou contra”. Larguei a lenha no Plano Cruzado. A CUT foi fazer manifestação de rua contra o Plano Cruzado, isso é um absurdo... Falei um monte de coisa lá para a imprensa. Aí fizemos uma convocação para fazer uma passeata. Convocamos o pessoal, na hora da passeata, no concentramos na Candelária, começou a chover. Nós saímos debaixo de chuva, umas 500 pessoas, uns 500 militantes, mas tudo militante mesmo, não tinha massa não, militante só, uns 500. Saímos de lá da Candelária pela Rio Branco, debaixo da chuva, a gente falando lá e, e a população embaixo da marquise olhando. Tinha uns que aplaudiam, outros xingavam, chamavam de malucos “Seus malucos!” [risos]. Contra o Plano Cruzado, que era um negócio... E nós: – “Nós somos CUT mesmo, somos contra o Plano Cruzado, somos CUT até embaixo d’ água”, era embaixo d’ água mesmo, estava chovendo, literalmente [risos], a chuva estava caindo na cabeça. Fomos até a Cinelândia, encerramos o ato ali, e provou que a nossa tese estava correta. Pouco tempo depois, o Plano Cruzado foi... Os fiscais do Sarney foram para o espaço, todo mundo. Qualquer pessoa que tivesse o mínimo de inteligência sabia que aquilo era uma coisa eleitoreira. Só [dúvida 36:30] que não percebeu isso. Mas aí a CUT continuou, e nós continuamos crescendo, fomos crescendo, a CUT estadual e a CUT nacional. No segundo congresso da CUT, foi em BH⁸. foi nessa época, eu não me recordo bem em que ano que foi. O primeiro foi lá em São Bernardo, o segundo foi... Não, o segundo foi aqui no Rio, lá em BH foi em 1988... É, foi em 1988, era o terceiro. Congresso de fundação, primeiro, segundo e terceiro. Aí teve um problema, que a discussão era qual central sindical a CUT, central nacional... Não, desculpe, internacional.

⁸ Belo Horizonte

D. P. – Ia apoiar, não é?

G. S. – Ia apoiar.

D. P. – Ou ia se filiar?

G. S. – Se filiar, é. Tem a ALF-CIO, que é central sindical com influencia dos Estados Unidos, que a gente achava que aquilo era comandado pela CIA. Que era a central sindical da social-democracia, da direita. Tinha outras menores. Tinha uma que era dos cristãos, a FSM, que tinha a sede em Praga, que era com influência da União Soviética. Aí surgiu lá um grupo defendendo filiação ao ALF-CIO, e um grupo defendendo a filiação a FSM, e um terceiro grupo defendendo independência, não se filiar a nenhum. Eu fiquei muito injuriado com aquele negócio, porque aprovou filiação a ALF- CIO.

D. P. – É mesmo?

G. S. – É, aprovado no congresso, filiação ao ALF-CIO. Se tivesse mantido pelo menos uma posição de independência, ainda achava que era razoável, agora... Se não quisesse se filiar a FSM, que era uma central comunista, mas deixar independente. Porque o problema da ALF-CIO, ela era uma central sindical, ela foi criada pela social-democracia, pelos Estados Unidos, é uma central sindical anticomunista. Quer dizer, o problema da ALF-CIO era combater o sindicato e a confederação nacional comunista, central comunista. Então era isso, eu fiquei muito injuriado com esse negócio, eu fiquei com um bando de ódio, de raiva, por causa desse negócio. Nesse ponto, assim, eu sou intransigente. Eu não sou... Intolerante, eu não sou nem intransigente, eu sou intolerante. Porque intransigente é pior ainda, mas intolerante não aceita, não tolera determinadas coisas. Eu, nesse ponto, eu sempre fui um pouco intolerante, porque eu não aceito esse tipo de coisa. Mas, enfim, nós temos que aceitar a decisão da maioria, a maioria decidiu, paciência. Mas eu... Depois, em uma plenária só de militantes da CUT, era um grupo chamado Articulação, não sei o que lá. Era um grupo de militantes, dirigentes, e tal. Esse grupo é que organizou tudinho para poder garantir a filiação da CUT a ALF-CIO. Na reunião seguinte que teve lá, reunião nacional, eu fui lá me desligar...

D. P. – Era o grupo do Lula, não é?

G. S. – É. Aí me desliguei do grupo. Fiz uma carta, apresentei uma carta tentando [riso] descer o cassete nele todos, e citando alguns nominalmente, e sai...

D. P. – Você saiu da tendência?

G. S. – É, aí fui militar na CUT pela base, que era o pessoal da DS, que era o pessoal mais à esquerda, pela base.

D. P. – Quer dizer, você nunca foi um Lulista não, não é? Qual é a sua relação com o Lula? Você tinha uma empolgação grande, você...?

G. S. – No início, eu até gostava muito dele, depois da reunião do ABC, quando ele foi. Eu ia lá para São Bernardo do Campo, para as reuniões lá no sindicato. Às vezes era plenária da CUT, às vezes eram outros movimentos que tinha lá, a gente conversava. Dava um intervalozinho: - “Ah, vamos tomar uma cerveja ali”, e tal. A gente ia... Lá no sindicato, lá nos fundos, tinha uma cantinazinha, que era dos aposentados, a gente ia lá tomar uma cervejinha. Ele pedia: - “Ah, vamos comer um caldo de mocotó”. Pedia caldo de mocotó [risos], naqueles copos, assim, aí ele falava assim: - “Tem farinha aí?”. Aí a mulher falava: - “Tem”. Ele metia farinha no caldo de mocotó [risos], ficava comendo aquele troço. Assim, ele era uma pessoa, um companheiro, legal, não sei o que. Eu acho que, depois que ele assumiu a presidência da República, ele mudou muito, eu acho. Aliás, antes de ele assumir, já teve algumas mudanças. Depois que ele assumiu, ele mudou bastante. Ficou muito inebriado pelo poder, eu acho. Mudou completamente. Teve um dia, a Marilena Chauí estava dando um seminário, quer dizer, ela fez uma série de críticas à classe média. Críticas procedentes, críticas que procedem. Marilena Chauí é uma cabeça política, uma pessoa inteligente. E ela criticou a classe média, e o Lula saiu com essa: - “Poxa, mas a Marilena Chauí fica falando mal da classe média, agora que eu entrei para a classe média”. Bobagem falar um negócio desses. Isso para um cara igual a ele, que tem a origem que ele tem, isso aí é dispensável, esse tipo de comentário. Não precisava comentar nada disso, será que ele não percebe que tem milhares de

peças que teve acesso, que ouviu. Negar sua classe de origem, isso é uma burrice, acho isso uma burrice. O cara nega a classe de origem, ele é um operário, nordestino, pau de arara, um retirante. Hoje ele está em uma situação melhor? Até está, ele é classe média hoje, até classe média alta, mas não precisa fazer esse tipo de comentário. Isso aí é aquela mesma pessoa... É falta de tato político, de tino, negar a origem de classe. Isso desagrada, ele desagradou um monte de militantes que... –“Po, o cara falou um negócio desse, não precisava falar isso”. São muitas coisas que eu acho, realmente... Eu não concordo com esse tipo de coisa, uma atitude politicamente incorreta. Eu acho isso, do meu ponto de vista. Pode ser até que alguém ache que ele está certo, dependendo. Cada pessoa tem um modo de ver as coisas, eu falo daquilo que eu acho. Eu sempre falei assim, eu nunca deixei de falar aquilo que eu acho, aquilo que eu penso e que eu acho. Nunca deixei de falar. Se alguém não gostar, então os que não gostarem, come menos, porque eu falo mesmo. Eu nunca guardei essas coisas para falar depois. Eu não estou aqui para agradar as pessoas, a pessoa tem que ser verdadeira.

D. P. – Aí vocês estava falando da CUT pela base, que você ficou militando na CUT pela base.

G. S. – É, passei a militar na CUT pela base, em desacordo com a corrente do Lula, dentro da CUT, pela filiação [dúvida 44:08], e continuei nesse grupo, passei a me reunir com o pessoal da base, discutir... O grupo lá era CUT socialista, era um grupo que tinha, tem outra discussão, outro enfoque político, que eu me identificava, claro, com esse discurso, e de visão que esse grupo tinha. Fiquei depois, com o tempo, praticamente parei de militar na CUT, isso já em uma outra fase, depois eu fui para o Senado, coisa e tal, isso aí já é outra, já é uma etapa muito adiante. Mas é isso. Nós tivemos a questão da campanha pelas Diretas, a questão do Sarney, Plano Cruzado, depois veio a luta pela Constituinte. Nesse eu estava engajado muito, nessa questão. Estava muito engajado nesse negócio da luta pela Constituinte. Passei a pedir muitas assembleias nos sindicatos, discussão, mobilizando os trabalhadores, organizando caravana a Brasília, para questionar o Congresso, em relação a questão da Constituinte. Fizemos... Eu fui candidato a deputado constituinte, só que eu não fui eleito. Eu não tinha recurso financeiro. Eu fui indicado assim: um pessoal lá do grupo dos metroviários, até, que me indicou, o pessoal dos metroviários. – “Ah, a gente precisa ter um candidato operário

nesse negócio aí, não tem quase nenhum, e o Geraldo pode ter alguma chance, porque ele é uma pessoa que tem uma militância”, não sei o que. Não tenho recurso, não tenho nada. Começaram a insistir, eu topei, falei: - “Então está bom, eu vou acatar a decisão do coletivo”. Aí fui. Aí o pessoal do núcleo do Largo do Machado, tinha um pessoal lá que era um pessoal mais pela esquerda, o companheiro Mozart, que era um cara da Petrobras, que tinha até algum recurso, aí comprou um carro para a campanha, um carro usado. – “Comprar um carro para a campanha porque tem que ter um carro para se deslocar”. Me deu um carro para a campanha, quando terminar a campanha, eu vendo o carro e estava tudo bem. Me deu o carro, e aí cedeu a sede do núcleo Largo do Machado como a sede da campanha, comitê da campanha, lá ficou sendo o comitê. E o pessoal metroviário fizeram uma lista de contribuição para a minha candidatura. Fizeram uma relação de contribuição. Todo mês, os caras davam um dinheiro, arrecadava fundo. Aquilo era um dinheiro garantido, para comprar o material para fazer panfleto, jornal. E tive apoio de alguns companheiros, que tinham uma situação financeira definida. Profissionais liberais, tipo advogados, médicos, esse pessoal que era da esquerda, que me conhecia, deram contribuição. Deram até uma ajuda boa. Lá no metrô, o diretor administrativo era filho de José Colagrossi. Morreu há pouco tempo, foi até deputado, era um cara aí, José Colagrossi. Empresário... O filho dele era diretor administrativo. Ele me chamou lá em Copacabana na sede do metrô de Copacabana. – “Não, eu te chamei para a gente conversar, estou sabendo que você é candidato a deputado federal constituinte, e eu falando com o meu pai, meu pai falou: ‘olha, o Geraldo é um bom candidato. Acho que vale a pena investir nele’. Ele falou para te chamar aqui para conversar e para dizer que a gente vai colocar para você um esquema de apoio para a sua candidatura. Gráfica, para você rodar o material, carro de som, automóvel, para você se deslocar”, um monte de coisas lá. Eu falei: - “É muito bom, só que eu não quero não. Eu agradeço”. – “Mas como é, você é candidato...”, eu falei: - “Não, seu pai não me conhece, nem você também. Primeiro, eu sou de um partido que não aceita ajuda de patrão. Isso para nós é uma coisa sagrada, não posso aceitar ajuda de patrão. Sou do Partido dos Trabalhadores. Então, a nossa proposta é lutar com nossos próprios recursos. Você sabe o que acontece, Colagrossi, você acha que eu sou ingênuo de não entender que, você dando uma ajuda, se eu for eleito depois vocês não vão cobrar? Isso aí depois vocês vão querer o retorno. Eu não estou aqui para ser preposto de patrão nenhum. Se eu for eleito, eu vou ser um parlamentar livre, faço o que eu quiser fazer.

Vou defender as lutas dos trabalhadores. Se eu não for eleito, também, por mim tudo bem. Não vou perder nem ganhar nada com isso. O meu status continua o mesmo, se eu não for eleito”. Como que eu ia aceitar um negócio... Só para ver como esses caras jogam, não é? Não fui eleito, foi bom que eu fiquei organizando o movimento pela Constituinte, e planejando na ABI com o pessoal, toda semana tinha um comitê que se reunia lá, com vários seguimentos da sociedade. Teve uma vez... Está chegando sua hora aí. Vai dar cinco e meia, vamos parar. Mas eu vou só concluir um negócio.

D. P. – Vamos acabar.

G. S. – Rapidinho. O seguinte, nós fomos para Brasília, em uma caravana, eu era o coordenador, eram uns oito ou dez ônibus, muita gente. Chegou lá e Sete Lagoas, Minas Gerais, nisso a Polícia Rodoviária Federal parou a nossa caravana, disse o seguinte: - “Olha, vocês saíram do Rio”, não sei o que, pediu lá os...

A. S. – Documentos?

G. S. – Documentos para ver, dos ônibus. – “Vocês não vão poder prosseguir mais, porque vocês vão ter que parar para repousar em algum lugar, vão poder sair só amanhã. Isso é um risco...”, não sei o que. Inventou um monte de história. E nós tínhamos que chegar em Brasília no dia seguinte, de manhã, tipo oito horas estar lá, nove horas. Se ainda fosse dormir, ia chegar em Brasília no outro dia tarde, ia perder o dia do movimento do congresso, não ia ter mais nada. E o pessoal: – “Não, isso não. Tem dois motoristas que estão se revezando, não tem nenhum problema”. E começou aquela discussão, tem, não tem. – “Não vai sair”. O pessoal deitou no meio da pista e parou o trânsito. Todo mundo deitado no chão lá. eles chamaram a polícia para tirar o pessoal de lá. Aí veio aqueles carros de choque, 30 PM’s armados, de cassetetes e armados. Deu a maior confusão lá. E arrastando militante pelo chão, aquela confusão, pancada. O cara lá, inspetor da policia... O capitão da PM chegou, me levou lá para dentro da cabine: - “Você está preso. Você está incentivando a baderna aqui, essa confusão toda”. O pessoal já tinha desinterditado a pista na porrada. Desinterditou, e ele disse: - “Mas você está preso. Vocês não vão sair daqui hoje, e você ainda vai ficar preso. Está pensando o quê? Aqui é a polícia mineira, não é a polícia do Rio não”. Não sei qual diferença que

faz se é policia do Rio, ou policia mineira. Nenhuma diferença. – “Conosco o pau aqui come mesmo, policia da pesada”. A militância correu pegando o telefone, ligando para Brasília, conseguiram contato com Jandira Feghali, com outro deputado, sei que conseguiram que os caras fizessem contato com o Ministério da Justiça. – “Os caras mandaram aqui de Brasília ordem para liberar a gente”. O pessoal sacaneou os PM’s [risos], a galera... Fizeram a maior farra com os PM’s. sacanearam os caras.

A. S. – E vocês conseguiram chegar a tempo?

G. S. – Chegamos em tempo, chegamos cedinho, e ficamos lá o dia todo.

D. P. – [inaudível 52:30]

G. S. – Nesse período, tivemos uma atividade muito intensa com esse negócio da Constituinte, que era importante. A gente ia a Brasília, toda semana a gente ia lá com um grupo, procurar os caras. Aquele cara que era relator da... Como é que era? Aquele cara que era do Amazonas, que foi relator da Constituinte? Então é isso. Nós fizemos uma boa movimentação. Agora nós vamos ter que encerrar, o motorista já deve estar aí também.

D. P. – Tem cinco minutinhos, se quiser.

G. S. – Cinco?

A. S. – A gente corta esse tema para voltar depois.

D. P. – A gente corta esse tema. Está bom, está ótimo. Obrigada, viu.

A. S. – Obrigada, mais uma vez.

G. S. – Agora já falta menos coisa.

3ª Entrevista: 14/04/2015

A. S. – Geraldo, obrigada uma vez mais pela sua gentileza de conversar conosco. Nós terminamos a nossa última conversa, você iria nos contar como foi o início de seu mandato de Senador da República.

G. S. – Eu vou, então, relatar como é que nós chegamos a essa história no Senado. Seguente: sempre fui militante do PT, dirigente do partido, desde a fundação. No Rio de Janeiro, eu cheguei a ser presidente do PT, em um período. Fui vice-presidente, vários cargos mais no partido. Fui do diretório nacional, fui uma série de coisas aí. Na convenção de 1994, convenção do partido para a escolha dos candidatos a governador, senador, e os candidatos são proporcionais, deputados federais e estaduais. Foi na UERJ a convenção. Chegando lá na convenção, foi sexta-feira à noite a abertura, e o debate aconteceu no sábado e no domingo. Domingo foi o encerramento, domingo à tarde. A Benedita era candidata ao Senado, praticamente era candidata única. Depois apareceu lá uma pessoa, mas também retirou o nome, e tal, acabou sendo a candidata única ao senado. Aí as atenções voltaram para quem seria o primeiro suplente, porque, no Senado, são três naquele... Tem o titular, tem o primeiro e o segundo suplente. É isso, são três pessoas que preenchem lá o cargo no Senado e aí eu via várias pessoas que eram candidatas a suplente. Tinha um companheiro de Angra dos Reis, um sindicalista de Angra, metalúrgico, Roger. Tinha o Ernani Coelho, que era ex-deputado estadual, tinha o Adilson Pires, e uma outra companheira que era a Jurema Batista. Jurema também era candidata. E tinha um outro companheiro da zona oeste, um cara que era do movimento de saúde, o pessoal de saúde. Tinha muita gente que pretendia ser vice da Bené, ou suplente, porque o pessoal sabia que ela poderia ocupar outro cargo, e aí o primeiro suplente seria o senador. Aí houve a primeira votação para a escolha do candidato a governador. A esquerda tinha um candidato, acho que era o Vladimir Palmeiras, era o Vladimir que era o nosso candidato a governador. Só que perdeu a votação. Perdeu a votação para o Jorge Bittar, o Jorge foi indicado para candidato a governador. E o pessoal falou assim: - “Poxa, a esquerda tem que ter um candidato a suplente a senador, porque nós perdemos a votação para governador e para senador, que é a Benedita, então a esquerda ficou sem nenhum representante”.

D. P. – Eles eram da articulação, não é? Da articulação, Benedita e Bittar. E você era de qual grupo mesmo? Você até falou já para a gente.

G. S. – Eu era da Aliança Marxista. Como o PT é composto por várias correntes políticas, o PT foi composto por 13 correntes políticas, quando ele foi criado. 13 correntes, tinha Trotskistas... Só não tinha anarquista. Eram as correntes. Aí o pessoal... Essas correntes políticas eram menores, mas eram vários. Tinha a Democracia Socialista, a DS, tinha os Trotskistas, ti há o pessoal da Ala Vermelha, tinha, enfim, outros grupos lá, MCR⁹. Eu não lembro bem os nomes, mas tinha vários grupos que resolveram, então, discutir. Fizeram uma plenária, no sábado à noite, para escolher um candidato para primeiro suplente do senado.

D. P. – Essas tendências mais à esquerda se reuniram para escolher um nome?

G. S. – Para escolher um nome para suplente. Bom, aí recaiu no meu nome. Não foi apresentado o conjunto dos delegados da esquerda, e não teve outro nome, foi só o meu que apareceu. E aí o pessoal fechou, fecharam um acordo, e fecharam o meu nome. E articularam com os delegados, nessa reunião, lá na UERJ, à noite, sábado à noite, tinha, mais ou menos, uns 200 delegados, 300, nessa reunião. Tinha muita gente. E o pessoal começou a trabalhar para aumentar o quantitativo de delegados, para ganhar a votação. Tem um negócio interessante, é que, muita gente que foi da articulação acabou optando por votar em mim.

D. P. – No seu nome?

G. S. – Pelo meu nome. Em função, na verdade, em função da ligação da CUT, do movimento sindical. Eu era muito atuante na área sindical, presidi a CUT do Rio de Janeiro, aí o pessoal de Volta Redonda, pessoal de Campos, todo mundo fechou no meu nome. Teve a votação no domingo, de tarde, e dos cinco eu fui o mais votado, dos cinco. Fui o mais votado, foram cinco candidatos. Eu fui o mais votado, e aí tinha o segundo turno, que era o mais votado, o primeiro com o segundo mais votado, que caiu no ex-deputado Ernani Coelho, que foi o segundo mais votado, dos cinco. Eu fui o

⁹ Movimento Comunista Revolucionário

primeiro, ele foi o segundo. E aí abriu-se a defesa, dois a favor do meu nome, dois a favor do Ernani, aí a Benedita e o Milton Temer defenderam o Ernani, e o Zé Luís Fevereiro, e outra pessoa lá, defenderam... Quer dizer, o Milton Temer e a Bené defenderam o Ernani, e o Zé Luís Fevereiro e outro, que não me recordo quem foi...

D. P. – O Zé Fevereiro, o Zé português, não é?

G. S. – É, o Zé Português. Defenderam... Não sei se foi [Mozal Gaúcho dúvida 06:40], sei que foram dois companheiros que defenderam o meu nome. Me defenderam, voltamos, e ganhamos com uma vantagem bem grande, em relação ao Ernani.

D. P. – E você seria o primeiro suplente, não é?

G. S. – O primeiro suplente, e aí, o segundo...

D. P. – O Ernani ficou como segundo?

G. S. – Ficou como segundo suplente. E a Bené [tosse 06:55], ganhamos a eleição, ela teve uma votação estupenda, e tal, foi muito bem votada, e assumiu o mandato, isso em 1994, e eu continuei lá no metrô, na minha atividade. E o pessoal falava assim: - “Mas o cara é senador e está aí, continua trabalhando?”. Mas é a minha profissão, eu trabalho na minha atividade, como mecânico de manutenção, estava lá trabalhando. Aí o pessoal falou assim: - “Só você mesmo”. Mas aí... Até porque a Benedita não tinha, eu não tinha relação com ela, relação de companheirismo nenhum. Eu nunca gostei das posições políticas dela, não gostava. Politicamente eu tinha muita resistência ao nome dela, inclusive, e eu não me aproximei dela, ela também nunca se aproximou. Aí ficou, quando foi em 1998, veio a segunda eleição para governador do Estado. O PT fez aliança com o PDT, o Garotinho era PDT. E a Benedita foi candidata a vice-governadora. Mas como nós tínhamos... Nós fizemos uma convenção, indicamos um candidato a governador, e aí a direção nacional do PT, a executiva nacional, o Lula e mais alguns dirigentes, o Zé Dirceu também, vieram ao Rio e fizeram um acordo com o PDT para a Bené ser vice do Garotinho. A executiva nacional, ela anulou...

D. P. – Fez uma espécie de intervenção.

G. S. – Foi uma intervenção branca, anulou o Congresso, foi anulado. Aí eu falei: - “Ah, esse é um problema muito sério. Eu, pessoalmente, não vou fazer campanha para a chapa do Garotinho/Benedita. Nem pensar”. O que a executiva nacional fez foi uma intervenção, uma intervenção branca. Aí o pessoal: - “Poxa, mas você não vai fazer campanha? Você devia estar interessado, porque se a Bené for eleita, você vai ser o senador”. Eu falei: - “Negativo, eu não faço de jeito nenhum, eu tenho princípios. Sou um cara de princípios rígidos, aquele cara que não abre mão de jeito nenhum. Eu não vou legislar em causa própria. Se ela for eleita, é outra história, mas eu não vou fazer campanha. Não vou votar, nem faço campanha”. Todo mundo achava muito estranho: - “Poxa, mas você é o primeiro suplente”. – “Tudo bem, eu sei disso, mas não quero”. A minha pretensão no movimento não foi ter ascensão social através do movimento. Eu sempre lutei opor uma sociedade justa. Uma sociedade igualitária, pela sociedade socialista. Isso que eu defendo. Então eu não vou... Eu não posso ter um discurso e a prática ser outra. Porque, como dizia Marx: “A prática é o critério da verdade”. Isso é marxismo. Eu não posso ter um discurso e uma prática diferente, não quero.

D. P. – E você votou nulo? Porque o candidato do PT acabou que ficou, e o PT apoiou essa chapa, Garotinho e Benedita. Você não lembra se você votou nulo?

G. S. – Eu não lembro se eu votei nulo, ou se...

D. P. – Na hora “H” acabou votando?

G. S. – É. Sei que campanha eu não fiz. Aí houve a eleição, ganharam a eleição. Aí, quando ela foi eleita vice-governadora, ela ficou em dúvida se ela ia assumir, se ia assumir como vice, ou se ia se manter no Senado. Aí o Lula falou para ela: - “Olha, você vai ter que assumir. Isso é um compromisso nosso”. O coronelzão disse para ela assim – o coronel é o Lula. Eu chamo ele de coronel [tosse 10:35], impor as coisas, é atitude de coronel. Aí ele disse: - “Você vai ter que assumir. Nós fizemos um acordo. O Geraldo vai ser o senador”. Aí ela ficou assim... Porque ela achava, a Benedita achava que, se ela fosse eleita vice-governadora, que ela podia se licenciar do Senado e assumir

o cargo de vice-governadora, e qualquer coisa ela voltaria. Só que não pode. Pela Constituição, ninguém pode ter dois cargos eletivos, você só pode se você for eleito. Se você for eleito por um cargo e for eleito pra outro, você vai ter que abrir mão de um, ou de outro.

D. P. – Renunciar o outro.

G. S. – Ela foi eleita senadora, depois vice-governadora, isso é constitucional. E o advogado dela não disse para ela. Ela ficou injuriada, mandou o cara embora [risos]. Demitiu o advogado dela por causa disso. O cara perdeu o emprego. Ela ficou injuriada. Aí me chamou para conversar. – “Chamei você para conversar, você sabe, não é? Eu estou pensando se vou assumir...”. – “Você ainda está pensando? Achei que você já tinha decidido”. Conversa dela. – “Não, queria fazer um acordo com você”. Falei: - “Não tem acordo não. Você ficou quatro anos como titular, eu era primeiro suplente, você nunca me chamou nem no gabinete para conversar, nenhuma vez sequer. Você nunca acenou com nada, eu não preciso de nada de você. Não é do meu feitio pedir as coisas para as pessoas, mas você podia me chamar para conversar, para ir lá, tomar um café no gabinete, conversar algumas coisas. Isso você nunca fez, é como se o suplente não existisse. Você quer fazer acordo comigo? Fora de cogitação”. – “Não, porque eu tenho lá o pessoal no gabinete”. – “E daí? Seu pessoal você põe onde você quiser, você leva para a vice-governadoria, você põe aonde você quiser. Agora, eu vou assumir o mandato, e quem vai ser a assessoria, eu vou escolher meus assessores. Vão ser meus companheiros da minha corrente política, não são os seus assessores. Nós pensamos de forma diferenciada, não tem acordo sobre isso”. Ela ficou injuriada. Só ficou lá no gabinete uma moça, porque estava grávida. A que estava grávida ficou lá no gabinete até ela ter a criança, e tal. Os demais, foi todo mundo procurar emprego. Não tinha outra atitude a tomar, a não ser essa. Teve um cara que falou assim: - “Eu achei que você nem ia assumir”. – “Eu até pensei nisso também, mas eu acho que, de qualquer maneira, eu tenho um compromisso. Eu fui eleito em uma convenção em que os delegados se mobilizaram para a minha eleição. Agora se eu não assumir, vou decepcionar esse pessoal” [risos]. Aí assumi. A imprensa toda me procurou para entrevistar, não sei o quê. São muitas reportagens, tenho todos os jornais guardados lá, da época. Jornal do Brasil, O Globo. “A classe operária vai ao paraíso”. Vou nessa brincadeira, sacanagem.

Uma matéria assim. “O xiita assumiu o lugar da Bené”. O xiita era eu. Teve uma matéria do Globo que dizia assim: “Novo senador é marxista”. Aí teve um vizinho, lá em Brás de Pina, um vizinho me pegou e falou assim: - “Geraldo, eu vi ali no jornal, o seu nome lá, está a sua foto, não sei o quê, está dizendo que o novo senador é machista?” [risos]. Ele leu machista. – “É marxista. Ele foi um filósofo revolucionário, que chama-se Karl Marx. Aí as pessoas que seguem esse filósofo são chamadas de marxista. Mas isso não é machista não”

D. P. – E ele não sabia quem era Karl Marx, não sabe nada?

G. S. – Nada. Era um peão cearense. É meu amigo, mas ele não sabia.

D. P. – E a sua posse?

G. S. – Tomei posse...

D. P. – Como é que foi? Teve alguma emoção, ou foi uma coisa assim...?

G. S. – Não, foram os companheiros da própria CUT, nós nos reunimos, elaboramos um documento, um manifesto, muito bom, por sinal, está gravado. Aí eu fui lá e tomei posse. Foi em uma sexta-feira, o plenário estava vazio.

D. P. – Estava vazio?

G. S. – É, vazio. Sexta- feira não tem ninguém. Estava lá o Suplicy, e outra pessoa, Eduardo Dutra, parece, do PT, mais uns poucos senadores. Aí eu fui lá, fiz o juramento de praxe, assinei lá o livro, fiz o juramento. Fui para a tribuna e fiz meu pronunciamento. E fui embora, embora para o Rio de Janeiro.

D. P. – Já sabia onde ia ficar? Já tinha apartamento funcional? Como é que era o esquema? Você ia ficar no mesmo da Bené?

Não. Na semana seguinte, eu fui lá, e o diretor geral do Senado, um corrupto... Esse cara até agora é deputado distrital, em Brasília. Ele foi lá me procurar, lá no meu gabinete, Agaciel Maia é o nome do cara. O nome do cara é Agaciel Maia, que era o diretor geral do Senado, foi indicado pelo PFL, o partido dele. Mas era um cara... Chegou lá e disse: - “Eu estou muito feliz, que o novo senador é meu conterrâneo” – ele era potiguar, o cara era do Rio Grande do Norte. Aí ele falou: - “meu conterrâneo”, não sei o quê. – “Estou à sua disposição, o que você precisar no Senado, é só me falar”. Que é assim que eles fazem. O problema é cooptar as pessoas, para aquela irmandade podre que tem lá no Senado. Aí o cara falou assim: - “O seu apartamento nós vamos entregar a chave, que a Benedita está utilizando, se o senhor quiser usar, o senhor vai lá”. Ele me deu a chave do apartamento. Aí eu fui lá com um assessor para conhecer. O apartamento, a Benedita tinha feito uma reforma, colocou banheira de hidromassagem, um monte de coisa. Estava o maior luxo o apartamento. Eu falei: - “Eu vou morar em um troço desse? Fora de cogitação”. Primeiro que eu não vou ficar no Senado a vida toda. Eu vou trazer a minha família para morar aqui nesse luxo, depois dos quatro anos, vamos voltar a morar lá no subúrbio do Rio, lá em Brás de Pina? Então eu vou deixar a coisa como está. A família fica lá. Meus filhos estavam estudando, continua lá mesmo, e eu vou... Eu falei com o Agaciel: - “Eu quero, se o Senado pagar para mim a estadia em um hotel, é isso que eu quero. Só quero a estadia para ficar hospedado em um hotel. O apartamento está disponível para quem quiser utilizar”. Eu entreguei. Um negócio imenso, os apartamentos. Muito grande. Mobiliado, uma mobília toda moderna, tem de tudo que você possa imaginar. Só a sala do apartamento é mais de 30 metros quadrados. Só a sala. Tem vários quartos, muita coisa. Eu entreguei as chaves e fui morar em um hotel lá, e eles pagavam todo mês. Pagavam a diária. Eu recebia uma verba para pagar as diárias no hotel. Eu achei que aquilo não condizia com a minha condição e com a minha origem de proletário. Não vou morar em um troço desses. Porque muita gente, é o seguinte: teve casos de deputados, o cara foi eleito, aí foi morar naquele apartamento, e o dos deputados são até menores do que os dos senadores, ainda é mais luxuoso, maiores. Mas é imenso, muito amplo, muita coisa. Quer dizer, o Congresso Nacional, ele mantém o pessoal em um esquema mesmo de poder, de luxo. Teve caso de deputado que foi eleito, e foi morar lá, e a mulher do cara ficou toda deslumbrada, depois o cara não foi reeleito, ainda ficou com dívidas imensas. O cara ficou em uma situação desgraçada. Teve cara que entrou em depressão por causa desse negócio. Porque as

peças que não têm a cabeça no lugar, aí tem muita ilusão com essa coisa. A pessoa tem que ter a cabeça no lugar. Saber o terreno que está pisando. A pessoa não tem isso. Tem muitos casos assim, de parlamentares que não se reelegeram, e o cara entrou em desespero, e a família pressionando: e agora? Quer dizer, vamos voltar para o nosso barraco [risos], entendeu? É um problema essa história.

D. P. – Aí você ficou licenciado do seu trabalho, não é? Como é que era? Você se demitiu lá do metroviário?

G. S. – Não, não ia ficar no trabalho.

D. P. – Pois é, aí você pediu licença ou você se demitiu?

G. S. – Não me demiti não.

D. P. – Teve licença, não é?

G. S. – Não, foi não. Eu já estava aposentado. Estava aposentado já.

D. P. – Ah, nesse período você já estava aposentado?

G. S. – Já estava aposentado, me aposentei em 1998, isso foi em 1999/2000. Já estava aposentado.

D. P. – Então está bom.

G. S. – Aí falei, isso aqui é um negócio... Esse salão aqui no plenário, tudo forrado com aqueles tapetes azuis, o teto de azul, o Rui Barbosa lá no fundo, uma estátua, onde fica a presidência da mesa, eu falei: - “Esse troço aqui não serve para nada. Isso aqui é um elefante branco que existe aqui”. E você chegava lá, por exemplo, senador não abre nem porta, porque tem um segurança de plantão na porta para abrir a porta para o cidadão sair e entrar. Pode um negócio desse? Não abre nem a porta. Achei interessante que aquela juíza, Salette Macaloz, uma vez ela foi me visitar lá. Salette era minha amiga, foi

do PT, não sei o quê. Ela falou assim: - “Eu vim visitar os príncipes do Senado. Vocês são uns príncipes aqui do Senado” [risos]. Ela falou de brincadeira, porque, é o seguinte, tem as maiores mordomias. Carro de luxo, motorista à disposição. Quando você chega, lá o motorista vai logo abrindo a porta para você. O motorista, quando eu fui para lá, ele logo estranhou, porque, acostumado a atender o pessoal, e os senadores ficavam lá atrás, não sei o quê. Quando ele abriu a porta, eu falei: - “Não, vou sentar aqui na frente, do seu lado. Vou sentar no banco do carona”. Aí sentei do lado do cara. Não quis aqueles carros que tinham aquela placa de bronze, pode deixar placa comum, não precisa botar placa de bronze. Porque tem, os caras andam desfilando, lá em Brasília, os caras tem a placa de bronze. Nunca quis isso. Quando a gente ia para alguma atividade, o pessoal do PT fazia atividade universitária, não sei o quê, mandava a bancada para ir, às vezes eu ia lá com o pessoal . chegava lá, eu falava para o motorista: - “Olha, eu vou sair cedo, mas se demorar mais, você está liberado. Você vai embora, depois eu pego um taxi, vou lá para o hotel”. O cara falou assim: - “O senador deixava a gente esperando aqui até, às vezes, três/quatro horas da manhã”. Falei: - “Ah, mas eles são um bando de malucos”. Eu falei, sabe por quê? Eu respeito o trabalhador. Eu sou trabalhador, eu sou sindicalista, eu tenho origem camponesa, eu sofri muito. Eu não vou hoje me aproveitar de um cargo que eu estou ocupando eventualmente para poder explorar o trabalhador. Não faço com ninguém, de jeito nenhum. Jamais eu tenho esse tipo de comportamento.

A. S. – Geraldo, quando você assume o mandato, você pensou em uma agenda política, temas sobre os quais você pensava em legislar?

G. S. – Nós apresentamos mais de 30 projetos, sobre vários assuntos. Principalmente em relação às minoria, questão de defesa de negros, índios, quilombolas, as mulheres, gays. Fizemos uma agenda, inclusive, com projeto de lei definindo todas... Tem até uns projetos aqui. Esse aqui é o projeto de lei que eu propus, uma verba destinada a fazer reparação para os afrodescendentes. Está aqui no projeto, está tudo escrito, com justificativa, com tudo. Um valor do imposto de renda, o valor “x” do imposto de renda, da arrecadação anual da gente, é destinado para um projeto com duração de 20 anos, com políticas afirmativas e sociais, em defesa dos afrodescendentes. Por 20 anos. Está tudo definido, o projeto tem tudo definido. Apresentei outro, também, que propunha que

que as publicações sociais, nos livros didáticos do ensino fundamental, houvesse sempre referência à questão do movimento negro, a partir da escravidão, que isso fosse colocado no livro didático. Apresentei outro projeto que é fazer o seguinte, você vê que, nos jornais, quando eles publicavam os anúncios, eles colocavam assim: “Precisa-se de rapazes e moças de boa aparência”. Então, o que é boa aparência? O que é? Quer dizer, já no anúncio, já estavam discriminando. Chega um cara feio, um cara gordo, baixinho, dizer que não tem boa aparência, esse cara já está eliminado. Apresentei o projeto, esse projeto foi aprovado até com facilidade. Quando os projetos não envolviam grana, custo, não tinha muito problema. Aí foi aprovado, esse, por exemplo, do livro didático, para aluno e segundo grau, tem até uma cópia dele aqui, também não teve muito problema, porque foi aprovado no Senado por um sistema, que é chamado aprovado em caráter terminativo. Então os projetos que são aprovados em caráter terminativo, eles não precisam ir para votação em plenário. Eles só passam nas comissões de trabalho. Se passam em três comissões, por exemplo, comissão de assuntos sociais, comissão de constituição e justiça, que é a principal comissão... Depende de como for o projeto, comissão de educação, ou comissão de assuntos econômicos, e tal, passou em três comissões, é aprovado em caráter terminativo, já vai direto para a Câmara. Esses projetos, como esse da expressão “boa aparência”, proibindo o uso da expressão “boa aparência”, propondo distribuição de livro didático para alunos de segundo grau, essas coisas, tudo passou em caráter terminativo. O projeto do afrodescendente, aí deu muita polêmica. Acabou que ele só foi discutido na comissão de assuntos sociais, depois que saiu lá do Senado, e o projeto acabou... Foi engavetado. Porque, como se tratava de muitos recursos, aí o senador: - “Senador, vossa excelência está querendo quantos milhões para isso aí?”. Eu falei: - “Não, não quero milhão nenhum, depois, esse dinheiro, eu não estou propondo reparação econômica para os afrodescendentes, é reparação no sentido de ações afirmativas, ações sociais em defesa dessas populações”.

D. P. – Uma verba destinada a essas atividades?

G. S. – É, não era para indenizar ninguém.

A. S. – Houve muita resistência?

G. S. – Houve muita. Quando eu apresentei um projeto que propunha a gratuidade para o pagamento de água e luz para os desempregados, os caras reclamaram. – “Mas senador, o senhor quer levar a empresa de energia elétrica à falência, e as companhias de água? Porque se for... porque o Brasil tem muito desempregado, se essas pessoas não pagarem taxa de água e luz, isso vai gerar um desfalque muito grande para as empresas”. Quer dizer, quando se tratava de uma questão que atingia o poder econômico, os caras logo reclamavam. Quando eu propus, por exemplo, um outro projeto, que era garantir a gratuidade para os desempregados, até enquanto persistisse o desemprego. Quando eles conseguissem, cessava o benefício. Os caras também não concordaram. Então, quer dizer, nós fizemos uma série de projetos, de propor essas coisas, por exemplo, o projeto de lei que estabelecia, também, a gratuidade nos exames de DNA para as mulheres...

D. P. – Gratuidade para quê?

G. S. – Projeto para o exame de DNA.

D. P. – Ah, tá.

G. S. – Acabou, ele foi aprovado. Esse foi aprovado, porque, inclusive, a Jandira Feghali já tinha apresentado na Câmara, também, o projeto. Eu não sabia que ela tinha apresentado. Aí nós apresentamos. E quando dois projetos estão tramitando, e tem a mesma finalidade, aí o mais antigo tem prioridade para a ação. Aí juntou os dois, o da Jandira com o meu, que tem a mesma finalidade, e o dela era mais antigo, teve a votação e foi aprovado. Garantia a gratuidade às mulheres para fazer o exame de DNA, que era caro, e as mulheres pobres não tinham como fazer o exame, porque não tinham recurso financeiro para pagar o exame.

D. P. – Certo.

G. S. – Então, nós fizemos...

D. P. – Você botou uma assessoria ligava a sua tendência dentro do PT, e tinha alguém mais... Alguém advogado...? Como é que era essa...?

G. S. – Era o seguinte: lá no Senado, chefe de gabinete é da casa, chefe de gabinete é um funcionário do Senado, isso é obrigatório lá no Senado. Só que, o que nós fizemos? Mantemos a chefe de gabinete do Senado, mas o chefe de gabinete político era um da corrente. Politicamente, aquela pessoa era administrativa, e tal, do ponto de vista político...

D. P. – Mas você tinha direito a quantos assessores, mais ou menos?

G. S. – Tinha seis do Senado, motorista, um contínuo, pessoa que faz uma coisinha assim, e mais a chefe de gabinete, e tinha mais uns três assessores. E tinha direito a seis assessores, que era uma verba que era destinada a essa finalidade. Mas como os salários eram altos, e a gente tinha muitos companheiros que precisavam trabalhar, nós fizemos o seguinte: eu pus uma pessoa da corrente, e dividi o salário para colocar mais... dar emprego a mais companheiros que estavam desempregados. E nós dividimos, então. Quer dizer, invés de seis pessoas ganhando um salário altíssimo, se fosse hoje, diria mais de 10 mil reais. Seria muito mais, uns 15 mil reais, ou mais, de salário, os principais. Não eram todos iguais, tinha uns que eram menores. Tinha uns que... Por exemplo, dois cargos, por exemplo, o salário era quase igual a senador, e depois tinha uns que era menor.

D. P. – Aí vocês fizeram uma distribuição...

G. S. – Uma composição, e colocamos 10 ou 12 companheiros no gabinete. Companheiros que estavam desempregados...

D. P. – Mas esse pessoal ficava no gabinete, ou também fazia trabalho aqui...?

G. S. – Não, ficava um lá e outro aqui no Rio.

D. P. – Certo. Vocês tinham aqui um escritório também, não é?

G. S. – É, um escritório no Rio. E ficava um grupo aqui no Rio. Que era para atender as pessoas, para preparar a minha agenda no Rio de Janeiro. Chegava na sexta-feira, às vezes eu saía e só voltava no domingo, porque ia para o interior, para o Norte Fluminense, Região dos Lagos... E havia muita solicitação do pessoal do movimento, do MST, ou outros movimentos sociais, a gente estava sempre em atividade. Esse grupo tinha essa finalidade, de receber pessoas no gabinete, fazer a agenda, e me acompanhar. Até representar o mandato em algumas atividades que eu não podia estar presente. Nós fizemos essa divisão.

D. P. – E você era assíduo nas sessões do Senado?

G. S. – Sempre fui muito assíduo. Eu sempre fui, quer dizer, eu considerava aquilo como uma tarefa minha, um trabalho, eu tinha que... Como se eu estivesse me uma fábrica, então eu não podia... A não ser em casos especiais, eu poderia faltar por algum motivo, ou de doença meu, ou uma agenda política muito forte, mas geralmente eu era sempre presente. Eu não tive problema de ausência não. Só em alguns casos específicos.

D. P. – Você ficava de segunda a sexta? Porque segunda mal funciona, não é? Funciona mesmo terça, quarta e quinta, não é?

G. S. – Segunda à tarde, às vezes, dependia, ia até mais cedo. Voltava na quinta-feira, de noite, ou na sexta-feira. Depende... Quando ficava na sexta-feira, muitas vezes ficava vazio. Aí ficava lá, registrava presença, ficava por lá. Às vezes porque tinha, também, outras atividades, ficava mais, também. Mas de plenário mesmo, geralmente não tinha. Com algumas exceções. As atividades de plenário eram terça, quarta e quinta... Na segunda-feira, raramente tinha, às vezes... Era eventual. Ou na sexta. Mas a gente tinha outras atividades políticas. E às vezes até fiz algumas atividades com o povo lá de Goiás, porque o pessoal ia lá no meu gabinete, me procurar lá, o pessoal de movimentos sociais, pedia a minha presença em atividades em Goiás. Aí eu fui em algumas atividades, na periferia de cidades satélites, às vezes até em Goiânia, também, a pessoa me procurava para discutir, e pedir ajuda financeira, pedia contribuição. Aí nós tínhamos selo no gabinete, o pessoal precisava de selo, para mandar correspondência. Dividia a parte que recebia com os movimentos. Dava uma parte para um, outra para

outro. Tinha uma cota de papel, eu distribuía para o pessoal fazer divisão. Dentro da minha cota. Eu dividia com os movimentos. Xerox, tudo eu fazia divisão com os movimentos sociais. E às vezes, até mesmo algumas pessoas do MST, passagem aérea. A gente recebia uma cota, nem sempre a gente gastava tudo. E quando vinha um movimento social pedir uma passagem, tipo o pessoal do MST, o João Pedro Stédili, ele ia lá no Pará, por exemplo. – “O João precisa viajar, se você tiver...”. Eu falei:- “Vou perguntar à chefe de gabinete. Se tiver disponível, pode emitir a passagem. Se tinha, pode manar, é para usar mesmo”. Não ia acumular passagem. Aquilo, para mim, não servia para nada. Era para viajar mesmo, não tinha nem objetivo de guardar aquelas coisas. Porque as cotas que eles davam eram sempre acima do uso normal. Sempre acima. Quer dizer, o Senado, aquelas casas do Congresso, são muita coisa. Então, aí, você tinha que saber usar aquelas coisas, dosar, mas quando usar, sempre em benefício da sociedade, em benefício dos movimentos sociais, não é? A gente está ali para isso. Nós produzimos muitos livretos, que chamavam de, a gente chamava de separata, era o livreto. Nós produzimos muitos, sobre vários temas. Nós fizemos um sobre rádio comunitária. Como montar uma rádio comunitária. Como montar e colocar o seu rádio no ar, e tinha todas as orientações, e a legislação sobre rádio comunitária. Esse negócio fez o maior sucesso.

D. P. – E saía pela verba do Senado, que era a sua verba mesmo?

G. S. – É.

D. P. – Você tinha direito a imprimir lá na gráfica...?

G. S. – Tinha direito. Podia duplicar lá, a gente tinha uma cota de impressão.

A. S. – E vocês mesmos que distribuía?

G. S. – Nós produzíamos lá na gráfica, preparávamos o texto, mandava para a gráfica, a gráfica produzia. A gente distribuía, inclusive muitos iam pelo correio, ou sedex, o pessoal ia lá no gabinete pegar. Eu trazia para o Rio uns mil daqueles, o pessoal do gabinete distribuía para tudo quanto é movimento. Esse caderninho sobre a rádio

comunitária foi para todos os estados do Brasil. Começamos a receber retorno do pessoal do Acre, de Rondônia, de todo lugar, recebia... O pessoal elogiando. É um negócio muito legal a rádio comunitária. Nós criamos lá um grupo chamado, era núcleo de deputados e senadores da rádio comunitária. Só que, do Senado, só tinha eu e a Heloísa Helena, que participava desse grupo. Os outros eram do PT, deputados da Câmara. Então era, mais ou menos, uns 12 parlamentares. A gente se movimentava muito em torno disso aí, porque precisava democratizar os meios de comunicação. Tem que democratizar, porque era muito fechado. E é difícil, porque os caras seguravam, havia muita pressão do poder econômico. Porque nesses estados, no Nordeste, principalmente, tipo assim, no Maranhão. Maranhão, a rádio de lá, 90% é da família Sarney. Que não era comunitária, era rádio comercial, entendeu? E a rádio comunitária ia incomodar os caras, porque era uma rádio que era a serviço da comunidade. O pessoal falava, era uma rádio aberta a todos os partidos, para falar. Movimento comunitário, o pessoal ia lá, discursava na rádio. Os caras ficavam incomodados com esse negócio, aí tem muita pressão. Mas foi um sucesso. Outro também que deu muito sucesso foi o documento que fizemos sobre os transgênicos, alimentos transgênicos. Que aí nós fizemos uma pesquisa, com a Embrapa, produzimos uma cartilhazinha sobre os transgênicos. Também foi um livro que nós fizemos sobre o marinheiro João Cândido, sobre a Revolta da Chibata. Nós produzimos um livrinho sobre a Revolta da Chibata. Também foi o maior sucesso, a história do João Cândido. Nós fizemos muitas atividades. Todo o material que nós fizemos, o que a gente tinha de cota...

D. P. – Essas separatas, esses livrinhos, você podia botar ilustração, tudo? Porque eu conheço uns que são horrorosos, não? Mas você podia fazer, então...?

G. S. – Tinha ilustração.

D. P. – Colorido, cor? Era uma coisa mais bonitinha, agradável? [Tosse]

G. S. – Tinha ilustração, até bem ilustrados, com fotos coloridas, e tal. Mostrava o meio ambiente, as flores, árvores. O Instituto João Cândido, as fotos do pessoal lá da Revolta da Chibata, todos os marinheiros, navios, essa coisa toda, está no livrinho. Então foi muito legal, acho que nós fizemos uma atividade...

D. P. – E quem eram os seus melhores parceiros lá no Senado?

G. S. – Parceiros lá, da bancada, era Heloísa Helena e o Suplicy, que eram os melhores. Os outros eram meio assim. Eu tenho, por exemplo... Até, conforme eu falei, dentro do partido, em função da divisão interna do partido, tinha problemas. Quer dizer, todo mundo se relacionava, e tal, mas tinha alguns setores que eram mais simpáticos a outro. Eu, por exemplo, o pessoal lá da articulação não gostava muito de mim, porque eu tenho uma posição mais à esquerda do que eles, e quando, tipo assim, às vezes tinha votação que eu falava assim: - “Eu não vou votar esse troço não”. Aí o líder da bancada...

D. P. – Quem era o líder da bancada?

G. S. – Uma época foi o Zé Eduardo Dutra, outra época foi o Suplicy. Aí vinham falar comigo: - “Mas você não vai votar?”. - “Não voto não”. - “Mas não pode, isso foi decisão da bancada”. - “Mas não voto. Só posso fazer duas coisas: ou eu me abstenho, ou eu saio do plenário. Se você não quiser que apareça meu voto, para não constranger, eu saio do plenário, na hora da votação. Vou para o banheiro na hora da votação, mas eu não voto”. Aí tinha problema, eles ficavam meio enraivados comigo. Era comigo e com a Heloísa Helena. A gente tinha uma posição muito próxima, do ponto de vista das posições políticas, e isso criava uma certa...

D. P. – A Heloísa Helena era da sua tendência também?

G. S. – Não, ela era da DS, Democracia Socialista. E o Suplicy, que era um cara bonachão, companheiro, um cara muito compreensivo, ele era muito legal. Suplicy sempre foi um bom companheiro. Tem aquele jeitão dele, assim, mas é um cara... Um sujeito íntegro. Politicamente, ele tinha muita incompreensão, eu acho. Não era um cara muito politizado não, mas era um cara que tinha uma certa cultura. Mas só que ele, às vezes, fazia algumas defesas de algumas personagens, ficava defendendo Gandhi, defendendo Malcolm X, ele fazia umas coisas assim, mas acho que era meio confuso [risos], ele não sabia muito bem o que estava falando não [risos]. O Suplicy, realmente,

ele falava... Mas era um cara legal, gente boa. Foi um cara muito correto, muito disciplinado, um sujeito honesto. A gente foi em um acampamento do MST, eu e ele, nós dormimos lá no acampamento do MST. Ele dormiu lá com o pessoal, os sem-terra, lá nas barracas. De manhã, acordamos lá, fomos lá, tomamos café da manhã com o pessoal todo, depois nós viemos para... Mas era um cara assim. Todo movimento que chamava, ele chegava junto. Chamava, ele chegava junto. Uma vez, lá em Brasília, teve uma vez lá, em uma manifestação, e uma confusão lá, a polícia militar com os cachorros, o cachorro rasgou a roupa do Suplicy. Rasgou a calça dele. Chegou no Senado com a calça lá aberta de cima a baixo. Aí entrou lá dentro do Senado [risos], está lá o Antônio Carlos Magalhães lá na Tribuna, ele ficou em pé, na frente do Antônio Carlos Magalhaes. Antônio Carlos Magalhaes era muito sem vergonha, ele fingiu que nem estava vendo ele. Ele ficou lá olhando. Não sei o quê, falando com o Antônio Carlos, e ele está lá. Aí depois o outro falou assim: - “Questão de ordem, senador. Só uma questão de ordem. O senador Suplicy quer falar com o senhor”. Aí ele: - “Ah, tá, desculpa”...

A. S. – Foi você que pediu?

G. S. – Não, foi outra pessoa, outro senador. Aí ele atendeu ao Suplicy, e tal, e mandou o Suplicy: - “Você vai lá na alfaiataria, para mandar encomendar um terno novo, que o Senado vai pagar um terno para você”. O Antônio Carlos falou para ele. E aí disse que ia fazer um documento de protesto - o Antônio Carlos-, disse que ia mandar para a polícia militar, porque um senador da República que foi, de certa forma, foi agredido, porque o cachorro estava na mão de um policial, e tal. Suplicy, quando chegou lá na alfaiataria, que ele foi á fazer o terno, aí o cara falou para ele assim: - “Senador – ele contou a história –, então o senhor vai ganhar dois ternos. Vou lhe dar um de presente”. Ganhou dois. O alfaiate deu um terno para ele também [risos]. Mas tem muito negócio engraçado. Teve uma vez que ficaram comigo, assim porque eu cheguei na tribuna para fazer um discurso, aí eu abordei o tema de uma Câmara no Congresso, um congresso unicameral, comecei a falar sobre o Congresso unicameral. Aí um cara falou assim, do PMDB: - “Senador Geraldo Cândido, vossa excelência me concede uma parte?”. Falei: - “Perfeito, senador, pois não”. - “Eu estou estarecido aqui, estou estarecido. Não consigo entender como vossa excelência faz parte de uma casa, e está pedindo a

extinção da casa” [risos]. Minha conversa unicameral, e o cara ficou enraivecido comigo. Aí eu falei: - “Senador, quero dizer para vossa excelência que eu estou aqui defendendo o programa do meu partido. Essa questão do Congresso unicameral é programa do PT. Na discussão da Constituinte de 1988, nós levamos isso para o debate. Propusemos isso para todos os grupos de trabalho, para acabar com o Senado, e ter um Congresso unicameral, até porque isso aqui é um negócio muito complicado, senador. Tipo assim: duas casas congressual. Então, a gente discute um projeto de lei, aprova no Senado, aí depois o projeto vai para a Câmara, para poder ser realizado na Câmara. Se lá ele sofrer uma emenda, retorna para o Senado, o lugar de origem, e vice-versa. Você tendo um congresso unicameral, aprovou, está acabado, elimina parte da burocracia, uma discussão que não leva a nada, e também é menos oneroso para o Estado manter uma casa só, ao invés de duas casas diferenciadas”. E levantei um monte de coisas, que eu estava com um monte de coisas na ponta da língua, por causa da questão da Constituinte, e tal. Então, mas é isso. Os caras... Outro me aparteou também, mais de um aparteou por causa desse negócio, mas os caras ficam com aquilo assim. Teve um lance que eu achei, assim, curioso. Curioso não, foi meio folclórico. O seguinte: o pessoal dos sem-terra produziram um livrinho chamado “sem-terrinha”, feito pelas crianças do MST. E eles vieram para Brasília, para falar com o ministro, era Paulo Tarso o ministro do FHC? Era Paulo de tal, não sei o que. Paulo Renato.

D. P. – Paulo Renato. Da educação? Era Paulo Renato.

G. S. – É, os sem terrinha produziram uma cartilha, e vieram, inclusive, porque eles estavam dependendo da liberação do projeto, porque o MST tem, nos assentamentos, eles tem a escola. Eles mesmos mantêm, os professores do MST, tem um grupo que dá aula lá. Todos os assentamentos, as crianças são alfabetizadas, continuam estudando até uma certa... Eles têm o fundamental completo, mas tem escola para alfabetizar as crianças. Aí, eles marcaram uma audiência lá com o Paulo Renato, e pediram para mim (sic) acompanhar, no Ministério da Educação. Convidaram um deputado lá do Rio Grande do Sul, que era ligado ao MST, era o... Alguma coisa Preto.

D. P. – Adão Preto?

G. S. – Adão Pretto [tosse]. Aí nós fomos lá para o Ministério, chegamos lá, aí o Adão Pretto, mais um grupo de um pessoal da coordenação do MST, subimos lá para o andar do ministro, veio lá a chefe do gabinete, a chefe da assessoria parlamentar lá do Ministério, e conversou conosco, nos recebeu, levou a gente para uma sala, ficamos aguardando o ministro chegar. Daqui a pouco chegou o ministro, aí a chefe de comunicação lá do Ministério, essa jornalista, chegou e falou para o ministro assim: - “Seu ministro, aqui estão os parlamentares”, aí apontou para o Adão Pretto e falou assim: - “Esse aqui é o senador Geraldo Cândido” [risos], e apontou para o deputado Adão Pretto. Imagina só. Aí o Adão Pretto falou: - “Não, pelo amor de Deus, está errado. Eu sou o Adão Pretto. O senador é o Geraldo Cândido”. Adão Pretto era um cara banco, filho de italiano, era Adão Pretto com dois “T”, mas como eu era...

A. S. – Ela ficou super constrangida...

G. S. – Eu sou negro, então o “Pretto” era eu [risos]. A mulher ficou... Ela só faltou entrar embaixo da mesa, porque uma gafe dessa não é brincadeira. –“Me desculpa”, ficou rindo, e tal. Mas esse lance, tem muitos casos assim, até porque as pessoas vão muito pela aparência das pessoas. A sociedade é assim. As pessoas são estigmatizadas pelo biótipo o cara é isso, sem saber direito. E aconteceu comigo muitos lances assim, engraçados. Nós fomos convidados para visitar a INB, que é a Indústria Nacional Brasileira, lá em Resende. A INB, ela produz urânio para a usina nuclear de Angra dos Reis, é produzido lá. Aí nós fomos convidados para visitar a INB. Tinha um assessor, o assessor Carlos Vilela, que era um dos caras da [ATM dúvida 44:58], um intelectual, politicamente um cara muito bem preparado, mas ele era um cidadão de 1,85m.

D. P. – Assessor de quem?

G. S. – Meu. Assessor do gabinete, assessor nosso, lá do gabinete. Ele era um cara de 1,85m de altura, filho de general, tipo classe média, e quando a gente ia para um lugar assim, ele costumava ir de terno. Falei: - “Amigo, estou trabalhando, porque esse negócio desse terno aí? Para com essa besteira, não precisa dessa apresentação”. Falei brincando com ele, porque ele ia de terno. Aí chegamos lá, nós saímos do carro, aí o presidente da INB estava nos aguardando lá. Aí saiu o Carlos de terno, aí o cara da INB

olhou para o Carlos Vilela: - “Senador, seja bem vindo, prazer” [risos]. Eu falei, o peão sofre mesmo, porque os caras [risos] me jogavam para escanteio, entendeu? Aí o Vilela: - “Não, eu não sou o senador não, sou assessor. Senador é ele”. – “Pelo amor de Deus, perdão”, que não sei o quê. Essas histórias, mas tem muitas histórias desse tipo assim. Teve uma outra também...

D. P. – No Senado tem que andar de terno, não é?

G. S. – Lá dentro, é.

D. P. – Só de terno, não é?

G. S. – Só de terno.

D. P. – Ninguém pode, nem Suplicy?

G. S. – Em todas essas casas legislativas é assim. Até na Assembleia Legislativa é assim também...

A. S. – Todas as pessoas, ou só os parlamentares?

G. S. – Os parlamentares e assessores também, todo mundo.

A. S. – Ah, os assessores também.

D. P. – Mas se eu quiser acessar, eu vou sem terno, não é? O homem? Esse pode, não é?

G. S. – Mas ele só fica na galeria. No âmbito do plenário, aí não pode, só na galeria. Mas esse negócio, eu fico pensando nessas coisas. Eu conto isso aí, porque eu acho muito curioso, muito engraçado. Às vezes o pessoal da zona Oeste me convidava para um domingo lá, ia ter uma atividade, chamava o senador para ir lá, não sei o quê. Estava tendo uma feijoada, depois nós vamos fazer uma palestra, um debate político, depois ia ter uma feijoada, tomava lá uma cerveja, e eu fui com o pessoal para lá, para a zona

Oeste. Chegamos lá, tinha muita gente, uma área bem popular mesmo, e a gente estava conversando, e o pessoal: “senador para lá, senador para cá”. Eu estava de tênis e calça jeans, e uma camiseta. Estava de militante. E daqui a pouco um cidadão chegou: - “Você chama esse cara de senador? Esse é o apelido dele lá na favela?” [risos]. Quer dizer, o cara não achava que eu era senador, o cara não acreditava. “Esse pessoal chamando de senador, esse é o apelido dele na favela?”. Quer dizer...

A. S. – Tem um estereótipo do político.

G. S. – Pensando que o senador era um cara branco, alto, de olhos azuis, e anda de terno. Isso no imaginário popular, é assim que é. Mas isso...

D. P. – Quem era o presidente do Senado, nessa época? Era o Antônio Carlos?

G. S. – Antônio Carlos Magalhães. E depois, o mandato é por dois anos. Foi ele por um período, depois foi o... Foi Antônio Carlos Magalhães, depois foi o Jader Barbalho, e depois foi o Renan Calheiros. Só fera, não é? Essas figuras...

D. P. – Como era a sua relação com essas pessoas? Porque também tem um lado meio folclórico, fazem aquela festa. Eles não tem uma coisa agressiva lá dentro não, não é? Só na hora da votação. Tem um clima...

G. S. – É, tem um clima de boa convivência. E depois, também, aquilo é a maior hipocrisia, trata os outros de vossa excelência. Quer dizer, às vezes o cara xingando o outro, mas dizendo: - “Porque vossa excelência é um safado”, mas chama o cara de vossa excelência. – “Não sei o quê é a mãe de vossa excelência”. Até a mãe... [risos]. Isso é a maior besteira. Mas isso está convencionado assim, não tem como.

D. P. – Só pode chamar o outro de vossa excelência lá dentro?

G. S. – Não.

D. P. – Mas todo mundo chama.

G. S. – Todo mundo chama. Ainda mais no discurso, principalmente. Quando ficava lá conversando, chamava Fulano. Fulano não sei o quê, não tinha esse...

D. P. – Mas no discurso... Até você chamava de vossa excelência?

G. S. – Era obrigatório. Esse uso desse termo é obrigatório. Você vê, por exemplo, você viu esse lance na Câmara, aquele que foi eleito, aquele de Pernambuco. Severino... Como é que é?

D. P. – Cavalcante.

G. S. – Aí o Gabeira começou a perturbar ele: - “Vossa excelência se recolha a sua insignificância!” [risos]. E o Gabeira: - “Vossa excelência envergonhou nosso país...” [risos]. Xingando o outro, mas o vossa excelência está sempre... Teve, em 2001, teve o Congresso Mundial de Combate ao Racismo e à Discriminação e a Xenofobia na América do Sul. Aí mandamos carta para o Senado, para mandar representante. Eu era o único negro no Senado, não podia ser outro, não é? Era um congresso de movimento negro, aí eu fui indicado para ir representar o Senado no Congresso Mundial de Combate ao Racismo e à Discriminação e a Xenofobia. Foi uma experiência interessante...

D. P. – Aliás, esse Congresso teve uma participação grande dos movimentos sociais, o pessoal ficava do lado de fora...

G. S. – Teve bastante. O nosso gabinete era sempre aberto a receber as pessoas. Teve uma vez que teve uma atividade lá naqueles plenários lá, uma atividade, e o pessoal vinha frequentar. Lá colocaram um cordão de isolamento lá, que eram uns seguranças impedindo o pessoal de passar. Aí o pessoal do Rio chegou um pessoal do sindicato, ministério da educação, um desses grupos aí, queriam passar, e os caras estavam impedindo. E o cara do sindicato: - “Libera apara o pessoal passar aí”. E o cara: - “Não posso”. - “Não pode? Como não pode? Você não me conhece não? Eu sou senador”. - “Ah, não sei o quê, porque o supervisor falou...”. - “Supervisor? Então você vai lá e diz

para o supervisor que eu autorizei o pessoal a entrar aqui”. Porque nessas horas você tem que se impor também, tem que ter autoridade, porque são um bando de sem-vergonha, quer dizer... Por que, de repente, outro senador até... Entendeu? – “Deixa passar todo mundo! Agora você vai lá, fala para o seu supervisor que eu autorizei o pessoal a entrar. Eles são trabalhadores, eles estão aqui, e não são bandidos não. Isso aqui é a casa do povo”. E o pessoal entrou lá... Porque, algumas vezes, você é obrigado a se impor mesmo, porque os caras são muito sem-vergonhas também. Discriminam as pessoas, tudo isso... Eles estão habituados a receber ordem do senhor de escravos. Agora, eles não querem receber ordem do... O cara que é parlamentar que tem origem no povão, acaba sendo discriminado lá pelo Congresso. O cara é discriminado. O ponto de vista, “autoridade”, entre aspas, é igual. O cara seja branco, preto, não sei o que lá o que for, tem que ser igual, não tem esse negócio não.

A. S. – Geraldo, você chegou a fazer uma homenagem aos mortos e desaparecidos, em uma sessão, não é? Do Senado? Como é que foi?

G. S. – Não, porque aí o seguinte: o nosso mandato se pautava sempre por essas questões. Questões sociais, de um modo geral. Tanto do ponto de vista dos projetos de lei que nós apoiamos como também do nosso pronunciamento na tribuna. Aí eu pedi ao pessoal do gabinete que fizesse uma pesquisa. Vou pesquisar essa questão dos mortos e desaparecidos, e vamos fazer uma homenagem. Eu não cheguei a... Porque tem sessão de homenagem, chamam as pessoas que são convidadas, tem todo um esquema de acordo com as determinações da mesa diretora, e aí todo o protocolo. Eu participei se algumas atividades assim, em homenagem a algumas pessoas, mas o que nós fizemos, o que o mandato fez, foi fazer isso, fazer um pronunciamento na tribuna alusivo a essas questões assim. Como fizemos em relação ao centenário de Gregório Bezerra. Fizemos em relação às questões dos mortos lá no Pará, aquele pessoal, que foram vinte e poucos mortos, naquela chacina dos Carajás, essas coisas todas. Então, todas essas datas a gente não deixava passar em branco. Nós fazíamos por causa do material, e ia falar no horário de utilização lá da tribuna, e fazia as homenagens, além de produzir material no gabinete, para mandar distribuir material, em relação aquele tema. Panfleto, jornal, muitas coisas nós fazíamos, material para divulgação de todas as nossas atividades, e principalmente nossa relação com os movimentos sociais. Um mandato parlamentar que

tem origem operária, de gente do povo, não podia ser de outra forma, não é? Nosso dever era estar ali, dedicar todo o nosso tempo, aproveitar o espaço. A gente está aqui? Então vamos fazer alguma coisa em defesa do povo. Porque, muitas vezes, você acaba sendo uma voz praticamente isolada. Quer dizer, você tem poucos parceiros para esse tipo de coisa. Você conta, às vezes com solidariedade, com o apoio de alguns companheiros, tipo a Heloísa Helena, que era uma pessoa que estava muito atenta, o Suplicy, que era atencioso. Mas tem outros parlamentares, também, que não tinham o mesmo comportamento. Tinha um comportamento diferenciado em relação a essas questões. Foram criadas algumas comissões... Comissões não, CPI. Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu fui membro da CPI do roubo de [dúvida 55:10], fui membro da CPI do futebol, fui membro da subcomissão daquele vazamento da Baía de Guanabara, aquele vazamento na refinaria de Campos Elíseos, em Duque de Caxias, presidente da subcomissão, também, de desastres, e fui membro também de uma comissão de segurança nacional... Nós ocupamos vários cargos, apesar de ter um problema na bancada, mas eu fui indicado para exercer vários cargos de comissões, de CPI, e outras coisas mais. Então, nesse ponto, a gente abria a bancada, fazia uma distribuição, você diz que não é ninguém... Como tinham muitas coisas para serem feitas, para ser realizadas, eu fui indicado para algumas tarefas importantes, eu acho, e isso foi bom para o nosso trabalho. No acúmulo de experiência.

D. P. – Primeiro, Geraldo, essas homenagens... Você fez homenagem aos mortos dos familiares, não é? Aos mortos e desaparecidos, não é?

G. S. – Sim, nós fizemos uma... Nós produzimos material para distribuir para entidades ligadas a esses movimentos dos mortos e desaparecidos. E eu fiz uma homenagem também na tribuna, mas nós não conseguimos realizar uma atividade, uma solenidade! Porque, às vezes, tem homenagem que simula uma solenidade, usa todo o esquema da casa. Aí, a mesa diretora delibera sobre aquela atividade, e o cerimonial também, aí é uma coisa diferenciada, um negócio muito maior que envolve mais... Um aparato maior, uma estrutura maior. Mas aí nesse caso de homenagem mais simples é isso. A gente pesquisar, elaborar um documento, um pronunciamento, enfim, lembrando pessoas, famílias, essas pessoas que sofreram na época da Ditadura Militar. E também distribuir panfleto, jornal, essas coisas alusivas àquele acontecimento.

A. S. – E tinha repercussão entre seus colegas parlamentares?

G. S. – Tinha repercussão mais nos movimentos sociais, porque nós recebíamos retorno. Vinha muitos e-mails e... Enfim, o pessoal agradecendo, elogiando: - “ Parabéns, não sei o quê...! ” Essas coisas todas assim, porque o pessoal está ligado nas redes sociais, não é? Aí mandavam retorno lá para o gabinete, dizendo: - “ Olha, tal atividade foi boa, foi legal, a gente gostou dos parabéns etc.”. Quer dizer, quando havia isso para nós, era o reconhecimento do nosso trabalho, que estava sendo um trabalho que estava tendo repercussão. Estava sendo um trabalho correto, do ponto de vista político, quer dizer, politicamente correto. Tinha alguns senadores, por exemplo, que o cara ficava meses e meses sem ir na Tribuna para dizer uma palavra, entendeu? Os caras não estão nem aí para esse troço. Os caras estão lá para ocupar o cargo, usar como uma forma de ele ter relacionamento com núcleos econômicos, as empresas.... Por exemplo, lá no Senado, era cheio desses chamados “Lobistas”, muita gente... O cafezinho do Senado ficava cheio daqueles lobistas. Os caras ocupavam as mesas todinha, ficavam lá conversando e tal... Às vezes, um senador queria tomar um café lá, e não tinha lugar para sentar, porque estava cheio de [inaudível 2:38]. Aí, eu cheguei um dia lá e falei para o cara, assim: - “Estou querendo fazer um lanche. Não tinha almoçado nem nada. Estava sem almoço... Queria comer um sanduíche, tomar um suco de uva ou de maracujá...”. Uma coisa assim. E não tinha lugar para sentar. Aí, eu falei para o garçom: - “ Quem é o supervisor aqui do Café? ”. Ele falou: - “ Fulano de Tal. ”, eu: - “ Chame ele aí! ”. Ele chamou o cara, e eu falei assim: - “O senhor é supervisor aqui? ”, - “É, sou eu...”, então, eu: - “ Estou precisando sentar para fazer um lanche. E não tem lugar para eu sentar. Então, você dá um jeito aí e arruma um lugar para eu sentar. Sabe porquê? Porque esse pessoal aqui, não são do Senado, são lobistas, estão aqui só para fazer “lobby”. Esse pessoal não devia nem estar aqui, sentando aqui, inclusive usufruindo dos queijinhos do Senado, do suquinho de maracujá, e coisa e tal. Numa boa, batendo papo aqui.... Vindo para cá para tentar fazer lobby para arrumar dinheiro na corrupção”. Aí, ele pegou e falou assim para o pessoal: - “ Pessoal, vocês me desculpem, mas eu preciso de uma mesa aqui para o Senador, pode ser? ”, - “Sim. Sim, Senhor. ”. Aí levantou todo mundo [risos] da mesa. Aí eu sentei lá, o cara me atendeu.... Quando foi no outro dia, ele mandou fazer umas plaquinhas de acrílico e colocou lá: “Essas mesas são destinadas aos

Senadores”. Não adiantou muito, não. Depois, os caras estavam lá de novo. Eu falei com a minha chefe de gabinete: - “Quem vier aqui no gabinete... Eu só recebo representantes dos movimentos sociais... Dos movimentos sociais, podem vir. Só anunciar e eu recebo, não tem nenhum problema. Agora, lobista não. Não quero conversar com lobista. Se chegar aqui, você manda o cara voltar e diz que não recebo, não.”.

A. S. – E algum tentou fazer contato com você?

G. S. – Tentaram. Tentou mais de uma vez, mas eu não recebi, não.

D. P. – [inaudível 4:27].

G. S. – É. Agora, quando chegavam...

D. P. – Eles se apresentavam como?

G. S. – “Eu sou representante...”. Mas a gente já sabia que era lobista, não é? O cara chegava muito bem vestido, terno impecável, aquela maletinha na mão e tal. Eu sabia [risos] que o cara... Agora estou lembrado que, na CPI do futebol... Quando nós terminamos o relatório, havia um problema, que era o pessoal da chamada “Bancada da bola”. Então, a Bancada da Bola queria Eles queriam rejeitar o nosso relatório. Rejeitar porque aí. Nós fomos mais longe de trabalho, nós visitamos várias capitais do Brasil, a Comissão... A CPI ia para fazer audiências públicas em várias cidades. Nós andamos para caramba... E ouvir esse bando de dirigentes, esportista, gente de clube, todos envolvido em corrupção, assim... Não era só Eurico Miranda, tinha também o Márcio Braga, do Flamengo, tinha o Zezé Perrela do Cruzeiro, tinha o cara lá do Corinthians, tinha muita gente. Muita gente mesmo. Aí, na hora de aprovar o relatório final, a Bancada da bola queria torpedear [risos] a aprovação do projeto. Aí teve um lance que eu fiquei, eu achei até engraçado. Era o dia que estava lá, esse cara da Confederação, Ricardo Teixeira, no dia que ele foi lá... Que é outro corrupto até o pescoço, o Ricardo Teixeira. Aí, o pessoal lá do Senado, os assessores da CPI, tinham feito várias perguntas bem capciosas mesmo, cabeluda, para embananar o Ricardo

Teixeira. Aí, me deram... Sabiam que eu perguntava mesmo, não tinha miúdo, esse negócio... Não tenho rabo preso com ninguém, eu pergunto o que eu quiser... Que devo perguntar. Tinha alguns que ficavam: - “ Não sei o quê, essa pergunta, meio assim...”. É bem esses caras comprometidos também, aí não queriam falar [risos], mas.... Aí eu comecei a pegar o Ricardo Teixeira pelo pé. Aí, daqui a pouco, me entra um deputado do PT, Ricardo Santana, que era aqui do Rio, ferroviário.... Chegou lá, e veio falar comigo: - “Po, peão, pega leve aí [risos] com o Ricardo Teixeira”. Aí eu falei: - “Ô, que isso?! Companheiro, eu não tenho nada a ver com o Ricardo Teixeira, não. Se você tem, é problema seu. Agora, eu não tenho rabo preso com ninguém, eu vou continuar fazendo as perguntas que foram passadas pela assessoria, foram baseadas em fatos concretos. Aqui, ninguém inventou não”. O cara foi lá.... Porque ele estava na Câmara, assistindo pela TV, aí ele se... Porque aí depois saiu, todo ano, na campanha, ele recebia cinquenta mil, cem mil da CBF. O Carlinhos era um dos caras da Bancada da Bola. Aí, o Álvaro Dias era o presidente da CPI do Futebol, era o Álvaro Dias, aí...

D. P. – Você era o que dessa CPI?

G. S. – Eu era membro dessa CPI. É, era membro... A CPI tinha o presidente...

D. P. – Que era o Álvaro Dias.

G. S. – E tinha lá o secretário. Eu era membro da composição.

D. P. – Você era membro da composição?

G. S. – É, tinha membro efetivo e suplente, eu era membro titular, efetivo da comissão. Aí, ele falou assim: - “Geraldo, você sabia que o homem da mala preta está por aí?”, ele falou para mim. O homem da mala preta é o que vem com o dinheiro para comprar voto. Na véspera da votação, o cara foi lá para... Nos gabinetes do pessoal da CPI, para.... Ele falou assim: - “Olha, eu vim falar que eles estão oferecendo uma grana em torno de trezentos mil para cada voto a favor deles lá... Contra o relatório”. Ele falou isso, entendeu? Aí, eu falei: - “Po, mas deve ser mesmo. ”. Naquela época, em 2001, era grana, não é? Era um dinheiro.... Então, era o seguinte, quando foi o dia da votação....

Aí, eu comecei a levantar uma série de críticas, inclusive criticando alguns membros da CPI, que estavam fazendo corpo mole e tal, falei assim: - “Estão sendo pressionados pela Bancada da Bola e aí começa a ficar em cima do muro. Nós não vamos jogar nosso trabalho no lixo. Nós ficamos um ano para fazer esse trabalho, e agora na hora de aprovar, nós vamos rejeitar o relatório, porque alguns dos senadores e deputados...”, que era uma comissão mista, uma CPI mista. Aí falou assim: - “ Isso está errado! Um absurdo, não sei o quê. ”. Eu acho que tem comprometimento de alguns parlamentares com essa história aí. Um cara lá do Tocantins. Levantou e falou assim: - “Vossa Excelência, tome cuidado com o que fala, viu?! Para tomar cuidado, porque Vossa Excelência está acusando, está colocando desconfiança em alguns membros daqui da casa. E isso aí eu não vou admitir!”. Aí eu falei assim: - “Bom, o senhor me desculpe, mas eu não sabia que a carapuça servia para você, não”. Aí, o cara só não partiu para cima de mim, porque seguraram o cara. O cara queria vir me agredir, fisicamente, porque eu falei da carapuça [risos] que servia para ele. Mas era assim mesmo, às vezes o clima esquentava, porque tinha cara que.... Porque o cara era comprometido. Os caras eram comprometidos, você falava uma coisa que punha em dúvida, e os caras já começavam a chiar, não é?

D. P. – E como foi o resultado? Foi aprovado o relatório?

G. S. – Aprovou, aprovou... Por dois votos só.

A. S. – Por dois votos só?!

G. S. – Uhum.

D. P. – E as consequências? O pessoal foi punido?

G. S. – Não, aí nós pegamos o relatório, fomos levar pessoalmente, entregar em mãos, para as chamadas “autoridades”. Aí, nós fomos, eu, Álvaro Dias e mais umas quatro pessoas da comissão, quer dizer, os caras que votaram contra, não quiseram nem saber, porque eles eram contra mesmo. Mas quem era favorável, uns cinco....

D. P. – O Álvaro Dias era favorável?

G. S. – Era. Presidente da Comissão, o Presidente, ele é favorável, favorável ao relatório, não ao. Aí nós fomos entregar. Entregamos para o Presidente do Congresso, no Senado, Presidente da Câmara, encaminhamos para o Presidente da República, entregamos para a Procuradoria Geral da República, Ministério Público Federal, Polícia Federal, Supremo Tribunal, entregamos para todo mundo, entregamos para geral, o relatório. Aí, tinha no relatório, uma parte que nós apresentávamos 17 dirigentes para serem indiciados pela Polícia Federal... Pelo Ministério Público Federal, 17 nomes estavam lá. Inclusive os nomes com documentos anexos, com prova contra os caras de. Nunca fizeram nada. Nada, absolutamente. O negócio depois foi engavetado. Por isso que o pessoal fala: - “ Ah, a CPI acaba dando em pizza”. E dá em pizza mesmo, porque por mais que o membro da comissão faça um trabalho correto e se esforce para fazer um trabalho direito, acontece que o resultado é sempre essa coisa aí. Então, é um negócio muito sério, uma coisa muito grave. Por isso que... Esse Congresso acabou caindo nos descrédito da população, não é? Perdeu a credibilidade com a população.

A. S. – E você ficou no Senado até que ano?

G. S. – Até fevereiro de 2003. Em fevereiro de 2003, terminou o mandato. Eu fiquei de janeiro de 1999 até fevereiro de 2003. Foi justamente quando o Lula tomou posse.

D. P. – Isso quer dizer, você participou da campanha do Lula como senador?

G. S. – De certa forma, eu, na época, estava, ainda no certo, o PT ainda não estava muito decepcionado e tal, estava mais ou menos, achava que a gente podia estar no caminho certo. Aí era a nova fase, a eleição do Lula, a gente ia ver no que ia dar. E eu ajudei muito, participei muito na campanha do Lula em 2002, participei muito, participei ativamente na campanha. Fiz o que poderia fazer, buscando ajudar de todas as formas para que o Lula fosse eleito, porque era nossa expectativa de ver o que ia acontecer, não é? Em 2003. A posse do Lula, em janeiro de 2003, foi um negócio fantástico! Fiquei pensando o seguinte, ali tinha mais ou menos 500 mil pessoas lá no... Muita gente! Um negócio emocionante. Aí eu falei assim: - "Se o Lula souber aproveitar essa fase da popularidade dele, nós vamos poder fazer um bom governo.". Só

que foi uma decepção. Olha, primeiro é o seguinte, no dia seguinte da posse dele, o povo ia lá para o Palácio da Alvorada, onde ele dorme lá, para ver o Lula de manhã, quando ele se levantasse. Imagina só?! Havia um certo endeusamento pelo o Lula, havia um grupo de pessoas que eram fanáticas, um negócio incrível pelo Lula. As pessoas se abraçavam assim, e ficavam chorando, não sei o quê. Bom, a massa é assim, não é? Isso aí é do povo, do povão... Essas emoções estão muito no povo, na grande massa, principalmente, naquelas pessoas mais simples, principalmente, não é? Então, isso durou um tempo, não foi só um dia não, o pessoal lá em Brasília, durante um período, o pessoal ia lá para ver o Lula de manhã, o pessoal se juntava naquela massa, muita gente ia lá, ficava lá em frente para vê-lo. O pessoal tinha uma adoração por ele. O Lula começou a governar... Primeiro, na campanha dele já houve uma aliança meio esquisita. Quer dizer, a aliança foi muito ampla. Porque quando nós fundamos o PT, e durante um período, algum tempo, nós tínhamos um limite para alianças. Isso era sempre discutido no diretório nacional. Aí, qual era o nosso limite em termo de aliança? Era, aliança era com o PCB, PCdoB, PSB, PV e PDT. Eram esses partidos, que eram de esquerda. Então, nosso campo de alianças era aquilo ali. Depois começaram a defender.... Aí, uns Depois começaram a defender, alguns começaram: - "Não, vamos ampliar a aliança para setores progressistas do PMDB". Aí começaram a abrir mais. Esse negócio de setor progressista do PMDB acabou que, aí depois, na campanha de... Em 1989, aquela campanha foi... A aliança foi essa. O que eu falei, nesse campo só. Já em 2002, se ampliou, não só para o PMDB, mas foi para tudo. Abriu geral, escancarou geral! É, a aliança tinha 14 partidos, na aliança, ou 15, um negócio assim... Quando o Lula foi eleito. E depois, aí, na prática, no dia-a-dia, a gente começou a perceber que não houve muita mudança em relação ao governo neoliberal do FHC. Não houve muita mudança, não é? O Lula continuou lutando por um superávit primário alto, que é para... [inaudível 15:52] isso que significa, garantindo os juros lá para os bancos. Beneficiou o setor bancário. Os banqueiros nunca ganharam tanto dinheiro como no Governo do Lula. Deitaram e rolaram. Se negou a fazer reforma agrária, não fez reforma agrária, que era uma bandeira nossa. Reforma agrária vem desde o século passado, isso é uma bandeira de luta desde os movimentos da metade do século passado, ou até desde o início do século, eu acho. E não fez Reforma Agrária. O recurso para a educação também não teve nenhum aumento, a verba para a educação não foi aumentada. Saúde também não, manteve os mesmos parâmetros anteriores. Essas...

D. P. – Sim, mas e a correlação de forças, você não avalia isso não? Lula foi eleito, mas os governadores de Estado, a bancada....

G. S. – Mas acontece... Aqui no Brasil tem um problema, aqui é um negócio diferente, porque, por exemplo, na Venezuela, na Bolívia, no Equador, esses países, por incrível que pareça, quando o povo vota no presidente, costuma votar no partido do presidente. Então, eles têm maioria no Congresso, tem maioria para governar. O Correia, lá do Equador, tem maioria do partido dele. O Evo Morales tem na Bolívia e o Chávez tem na Venezuela. Até na Venezuela, tem um negócio interessante, que houve uma eleição proporcional, e a oposição não apresentou candidato. Aí, o Chávez nadou de costas, não é? Porque elegeu 90% do Congresso, porque nem a oposição apresentou candidato. Mas fora isso aí, eles sempre tiveram maioria. Esse é um problema. Então, isso facilita muito o governante tem mãos... A outra questão é o seguinte: quando o Lula começou a fazer isso, seis meses depois dele tomar posse, a fazer esse tipo de acordo com esse segmento, eu falei para o pessoal: - “O Lula está errado. Esse governo não vai em um bom caminho, pelo seguinte, porque governante que foi eleito como o Lula, com o apoio da massa, do povão e que teve 500 mil lá na posse em Brasília tem que fazer aliança com o povo, ele não fez. Agora para isso, tem que fazer ruptura, tem que ter coragem, porque é claro, o Hugo Chávez tinha... Mas ele fez! O Hugo Chávez fez a ruptura com o... O Lula continuou... Eu falei no início da minha falação aqui, ele continuou adotando... O governo dele foi o mesmo do FHC, com pouca diferença, quer dizer, o mesmo preceito do neoliberalismo. Então, o PT cheio de sociais-liberais... O PT, em um período, tinha muita gente socialista no PT, agora, nos últimos tempos, tem muitos sociais-democratas e sociais-liberais, está cheio desses caras. Então, eu sempre falo que aliança se faz com o povo, porque quando os caras deram o golpe lá na Venezuela para tirar o Hugo Chávez, o foi o que aconteceu? Foi um milhão de pessoas nas ruas para defender o Hugo Chávez, porque ele tinha aliança com o povo. Se o Lula faz uma ruptura com o sistema neoliberal, ele ia ter, talvez, alguns problemas, mas se houvesse uma pressão, inclusive para cima dele, ele podia contar com os movimentos sociais, contar com o povo. Contar com o povo, era aliado, e dele com certeza. E aquele povo que foi lá, só aquele que foi, mas não era só aquilo, o PT e os movimentos sociais tinham alguns milhões no Brasil, que podia se mobilizar para defender o Lula. Mas como ele preferiu um outro caminho, aí não tem jeito. Se o Hugo Chávez faz igual ao Lula, aquela vez,

quando deram o golpe, ele não tinha.... Ele foi levado para ser morto, mas com um milhão de pessoas na rua, estavam pressionando pela volta dele. Então, eu acho isso, não é? Quer dizer, isso aí é o meu ponto de vista. Eu não sou cientista-político [risos], não tenho essa pretensão de Eu falo aquilo que eu acho, não é? Faço uma avaliação pessoal, e não sou dono da verdade também, mas eu gosto de expor as minhas posições. Eu gosto de expor, para não dizer que eu fiquei “em cima do muro” ou eu não posição. Eu tenho posição, pode ser até que eu esteja errado, mas eu mantenho esse tipo de posição política... Porque eu acho, eu vejo dessa forma. E agora a situação fica cada vez pior, não é? Porque está a Dilma aí. Então, eu saí do Senado em 2003, quando o Lula tomou posse. Fiquei no aguardo para ver o que iria acontecer, como iria ser o desdobramento do governo, e para mim foi muito... O governo tem algumas coisas positivas, algumas ações sociais do governo Lula foram muito importantes. Porque os caras ficam aí, não sei o quê – “Tirou quarenta milhões abaixo da linha da pobreza”. Não sei se chegou a isso tudo não, mas tirou muita gente, que saiu, muita gente. No Nordeste, por exemplo, teve uma diferença significativa em relação ao que era anteriormente. A Dilma fazendo discurso, só fala muita besteira, falou uma vez: - “Ah, vou estar formando esse país, está formando um país de classe média. ”. Que formando um país de classe média o quê? Que história é essa? Ela vem com essa história... Agora, nem fala mais disso, agora ela já viu, está caindo na real. Falou um monte de bobagens. Então, quer dizer, para formar um país de classe média, ela tem que garantir para o trabalhador a garantia do trabalho, garantia do emprego, de um salário razoável. Isso que foi feito de, por exemplo, “Minha Casa, Minha Vida”, que é um projeto muito importante, porque o povo. Nós temos milhões de sem-teto ainda, milhões de sem-teto nesse país, o pessoal tem que ter casa para morar. Vai continuar morando embaixo da ponte, do viaduto, não sei o quê? Isso é um projeto importante, esse da “Minha Casa, Minha Vida”. O problema do Bolsa-Família é quando as pessoas vêm falar mal assim: - “ Ah, fica dando esmola! ”. Fica dando esmola não, isso não é esmola. Esse projeto do Bolsa-Família é o seguinte, ele tem dois objetivos. Primeiro, garantir que as famílias paupérrimas, o mínimo para a pessoa poder ter pelo menos um feijão com arroz para comer. Mas o principal disso aí não é, o principal disso aí é acabar com analfabetismo, porque as crianças.... Eles fazem um cadastramento, e tem pessoas que vão fiscalizar para ver se as crianças estão na escola. Se o pai não garantir a criança na escola, se a criança não estiver estudando, o cara perde o direito à Bolsa-Escola, não é isso? O

bolsa-família... Bolsa-Família. É.. É quase a mesma coisa. Então, esse é principal objetivo do projeto, é acabar com analfabetismo. Nós somos no Brasil ainda 14 milhões de analfabetos. Nós somos século XXI! E 14 milhões de analfabetos ainda, muita coisa, não é? Muita coisa, quer dizer, então, claro que é diferente, Cuba é um país pequenininho, uma ilha e tal, pequena, mas enfim, lá há muito tempo que o analfabetismo acabou. Muitos anos! Dez anos depois da revolução, já tinha acabado com o analfabetismo. Então, nós temos por exemplo, os países como o... Que são países menores, é verdade, mas tipo o Uruguai, que é muito pequenininho, [inaudível 23:20] que é um país médio, o analfabetismo lá é pouquíssimo! Praticamente não existe. São países mais... O Chile, por exemplo, foi um país que avançou muito. Um negócio importante. Um país para de se desenvolver, tem que ser através da educação! O principal elemento para se poder desenvolver um país, porque, por exemplo, um país que se chama Tigre Asiático, por exemplo, a Coreia do Sul se transformou em uma potência, porque eles investiram foi na educação, eles investiram muito na educação. A Coreia do Sul e outros países mais. É um negócio fundamental. E acho que aqui no Brasil, nossos governantes não se deram muito conta dessa coisa ainda. Aí, nós vamos ver... Por exemplo, lá no Nordeste, alguns anos atrás, passei por lá para visitar minha família, meus amigos e tal. Então, o seguinte... Chegava, assim, no interior, naquelas pequenas cidades, pequenos povoados, cidade de dez mil, oito mil habitantes, pequenas cidades, toda cidade lá tem uma feira. Sempre é o sábado ou no domingo, final de semana, a feira é onde o pessoal da área rural vai levar seus produtos para vender. E o pequeno comércio local aproveita para vender as coisas também, enfim... Tem aquela movimentação toda. Nós víamos na cidade, muita gente com um pratinho na mão pedindo esmola, mas muita gente. Você andava assim, um cara sentado na calçada, um aqui, outro ali, pedindo esmola. E muitos camponeses, pessoal da área rural, vinha para cidade, a maioria vinha tudo com roupa remendada, todo esfarrapado, porque não tinha dinheiro para comprar roupa. O cara andava descalço, aquele pé descalço, pé todo sujo e tal. Quer dizer, uma situação. Hoje em dia, raramente, você não vê mais isso, o cara não tem camisa de seda, não é? Mas tem uma roupa para vestir, roupa simples de algodão, mas tem uma calça, uma roupa inteirinha, não precisa estar todo remendado, tem uma camisa, tem um chinelo para calçar. O aspecto do pessoal, do ponto de vista da vestimenta e tal, e você não vê, andei lá, em algumas cidades, no dia da feira, só vi um cara pedindo esmola, mas o cara inclusive era. O Cara se arrastava pelo chão, acho que

não tinha as pernas, por isso acho que ele andava assim. Você não vê mais aquela quantidade de mendigo, de gente pedindo esmola. Isso significa que houve uma melhoria na qualidade de vida daquele povo. Então, muita gente, milhões de pessoas saíram da situação de viver abaixo da linha da pobreza. Então, isso é uma coisa que, não é?

D. P. – Isso é importante!

G. S. – É, importante, um negócio positivo. Então, quer dizer... Tem muitas áreas, muitos setores, que ainda precisa, que está faltando muita coisa. Precisa avançar muito. E agora, o país entrou em uma crise terrível e o negócio está complicado. O governo cortando orçamento, tirando recurso da saúde, da educação. De todos os segmentos, eles estão retirando recurso, estão cortando, a Dilma passou a tesoura em tudo e ainda impôs um arrocho nesse negócio, no tal do Levy, Joaquim Levy, não é? Ele que tinha aquelas medidas provisórias que a Dilma mandou para o Congresso, aquelas coisas todinhas foram todas feitas por ele, pelo o Levy. É do arrocho. Diminuir recursos e aumentar arrecadação. Isso aí, o problema é quem está pagando a conta é o trabalhador, esse é um problema sério.

D. P. – E desse projeto da terceirização, hein? Isso aí que...

G. S. – Não foi de autoria do governo, mas é um negócio terrível. Aquele projeto está no...

D. P. – É, estava engavetado. Eu sei.

G. S. – Estava no senado e lá... na minha época

D. P. – Aliás, porque todo o PT votou contra, não é?

G. S. – Na minha época, aquele projeto andava lá pelo Senado... Pela Câmara dos deputados, não foi o senado, foi na câmara. Inclusive eu tive oportunidade de fazer um pronunciamento contra o projeto, esse negócio da terceirização. Então, agora voltou com força, porque nós temos lá na Câmara um presidente, o tal de Eduardo Cunha, que aquele é o que há de pior na política, é o que há de pior na política, de um jeito direitista, reacionário. E o cara se elegeu com o apoio daquela bancada de direita, porque os caras sabem, não é? Ali, todo mundo ali, o mais bestinha que tem ali não dá nó em pingo d'agua, porque são caras [estalo de dedo] antigos na... Tem alguns novatos, mas são poucos. Mas tem um grupinho ali, que já está ali uns sete, oito, dez mandatos. Os caras sabem tudo, conhecem tudo, são articulados... Então, eles dão o tom da conversa, são eles que dão. E esse povo está lá assim. E está muito difícil! Porque esse projeto. O 4330, não é? É isso, 4330? Aquilo é um absurdo. Se aquilo for aprovado... Estava sendo discutido hoje. Tem gente que está na expectativa que a Dilma... Que se não for feito os ajustes... Nem fazendo alteração do projeto, fazendo ajuste, ele não melhora, não melhora. O certo mesmo, a melhoria seria que ele não fosse aprovado, que fosse vetado. Mas eu acho que do jeito que a Dilma está acuada politicamente, ela não tem nem condições para vetar o projeto, eu acho. Porque ela está muito acuada.

A. S. – Vamos aguardar....

G. S. – Está muito contra a parede e está assim. Porque eles estão tentando fazer uma melhoria. Mas uma melhoria em quê? Aquilo não tem conserto. Aquilo vai ser um furacão contra os trabalhadores. Um negócio terrível! Deus me livre do pior.

A. S. – Geraldo, quando você se vincula à ANAPAP? A Associação Nacional dos Anistiados Políticos, Aposentados e Pensionistas.

G. S. – Então, agora nós vamos entrar nesse campo aí, porque daqui a pouco está na hora de encerrar. Então, é o seguinte, vamos falar um pouco da questão do período chamado “Justiça de Transição”, não é isso? Depois de todo aquele período que se passaram a eleição, campanhas das Diretas, depois da Constituinte e por aí fora, os movimentos sociais demoraram a se mexer, no ponto de vista dessa questão. Não houve muita pressão sobre isso aí. Tanto que, aqui no Brasil, foi o último país da América

Latina que criou a Comissão da Verdade. Nós fomos o último, porque o movimento não se mexeu a tempo hábil. Bom, aí começou essa discussão, discutindo a questão de uma lei chamada “Lei de Anistia”, do Ministério da Justiça, para garantir uma reparação econômica e um reconhecimento do Estado, então, quer dizer, o cidadão, ao ser anistiado pela Comissão de Anistia e também ter o seu direito de uma reparação econômica. Primeiro, teve uma Medida Provisória, a 2.251, que, mais ou menos, regulamentava a questão do direito das pessoas, que haviam sido presos ou torturadas durante o Regime Militar.

A. S. – De 2001, não é?

G. S. – De 2001. E depois surgiu aí.... Mas aquilo não era uma coisa muito... Superficial. Era uma medida provisória, inclusive. Aí surgiu a discussão e foi aprovação do projeto, a Lei 10.559, não é? Que é mais abrangente, e definiu todas as questões em relação ao direito, sobre a questão da reparação e o reconhecimento do Estado como anistiado político. Nesse período, por volta do... A ANAPAP, ela foi criada em 1986 ou 1987, porque agora teve o aniversário de 27 anos. Então, ela foi criada há quase 30 anos, ela foi criada. Nesse período, houveram várias comissões que foram criadas, associações, aliás, de várias categorias. Então, o pessoal da UMNA, que é dos marinheiros, que é União de Mobilização Nacional pela Anistia, é UMNA. Teve os companheiros da Petrobrás, que criaram a STAP, tem outro chamado [MODAQ dúvida 31:47] também, aí são duas associações de petroleiros que defendiam a questão da anistia. E outros segmentos mais. Foram criadas várias associações. E nós que atuávamos nesse segmento, em mais ou menos.... Só depois que eu saí do Senado que eu comecei a incorporar pela anistia, juntamente com o... Anistia não, pela Anistia, mas pela reparação do... Não é? Dos direitos dos políticos.

A. S. – Na comissão, não é, de anistia?

G. S. – Espera aí, porque caiu aqui o....

[pausa] 32:25

G. S. – Como que coloca? Assim, não é? Aí, nesse período, eu me vinculei à ANAPAP. Me vinculei a ANAPAP, que é uma associação que defende os ex-presos, os companheiros que sofreram perseguição política, principalmente os operários, principalmente. A associação começou com o pessoal da FeNeMê, da Fábrica Nacional de Motores, lá em Xerém, que depois passou a ser FIAT. Então, em 1964, por ocasião do golpe, a FeNeMê tinha um movimento lá dentro, muito bem organizado pelo PCB, muito operário, inclusive, até gerente, pessoal de alto escalão da empresa que era do partido. Esse pessoal, quando houve o golpe, passaram o rodo em geral. E aí, a FeNeMê foi muito atingida. Então, quando a ANAPAP foi criada, foi com base nos ex-operários da FeNeMê. Aí depois se incorporaram outros setores, por exemplo, teve um companheiro que era da [ESCAVAGIMA dúvida 33:45], tem outros... Tem de vários segmentos e, aí, tem até ex-militares que foram torturados, foram perseguidos políticos. Então, a ANAPAP, diferente do pessoal da UMNO, que é só de marinho, pessoal da STAP que é só da Petrobrás, o [MODAQ dúvida 34:02] só da Petrobrás. A ANAPAP era muito mais abrangente, muita mais abrangente, tanto que era uma associação, que defendia quem procurava e for lá para preencher o... Fizer o cadastro, o nosso advogado dava entrada no processo, [inaudível 34:22] em Brasília, para poder tentar garantir o direito a reparação das pessoas. Você imagina que aqui no Brasil, as pessoas.... Nós não temos um número exato do quantitativo de pessoas que foram presas, torturadas, desaparecidas e perseguidas pelo Regime Militar. Porque muita gente não quis saber disso mais. Tem pessoas que não procuraram nenhum órgão, nada absolutamente, não queria saber. Mas o quantitativo foi muito grande, porque lá na comissão de anistia de Brasília, tem 75 mil processos de pedido de anistia. Foram dadas entrada em 75 mil. Aí, isso significa que, se considerar os que não procuraram e os perseguidos políticos na época do Regime Militar, deve ser próximo dos cem mil, mais de cem mil pessoas foram afetadas pelo o Regime Militar. E na Comissão de Anistia, tem gente ainda dando entrada no processo, lá na Comissão de Anistia em Brasília, então, é sinal que a coisa foi muito maior que a gente pode imaginar. Não é isso que acontece? Então, tem um outro problema, por exemplo: tem o pessoal do Araguaia. O pessoal do Araguaia andou pressionando o governo para que fosse criada uma comissão para fazer um estudo relacionado ao Araguaia, e o governo ficou sem se decidir, em cima do muro e tal, não sei o quê. Aí, foi feita uma denúncia na Corte Interamericana dos Direitos Humanos da OEA. Aí, a corte [batida na mesa 35:48] pressionou o governo brasileiro para que... Aí,

não resolveu. Depois, outra investida dos movimentos sociais, outra investida mais forte da Corte de Direitos Humanos da OEA, aí o governo brasileiro criou a Comissão dos Mortos, Desaparecidos e Familiares do Araguaia, mas por pressão da Corte Americana da OEA, se não isso não tinha acontecido. Então, na Comissão... Na ANAPAP, que tem tratado essa questão dos direitos em defesa dos ex-presos políticos, os perseguidos... A ANAPAP faz algumas coisas nisso, quer dizer, tem uma sede em Duque de Caxias, tem um departamento jurídico para defender essas pessoas, tem lá, nós temos, tem um arquivo com muitos processos arquivados lá em nossa sede.

A. S. – Processos de que natureza?

G. S. – Processos de anistia e depoimento dos ex-presos. Tem muito depoimento que o pessoal, de trabalhadores perseguidos, principalmente o pessoal da FeNeMê e muitos trabalhadores rurais, porque ali naquela região de Caxias, na região de Xerém, havia um movimento, não só na FeNeMê, mas um movimento nos rurais. Havia um movimento forte lá, pegando ali Xerém, pegando Magé, Nova Iguaçu, aquela região da Baixada, pessoal da rural. O rural tem um movimento forte, o pessoal era politizado, e eram organizados. A Dilma foi presa lá perto de Xerém, Dilma Rousseff foi presa ali, porque ela veio para cá... Para fugir da perseguição política e acabou que descobriu ali, ela foi presa lá, na Baixada, perto de Xerém. Então, o movimento ali era forte, do campo, tanto os operários como o pessoal do campo, o camponês. Então, a ANAPAP abrange todos aqueles setores ali. Tem muitos dos companheiros que estão cadastrados lá e lutando pela reparação, muitos são camponeses também, tem bastantes camponeses.

A. S. – Aí eles procuram vocês e eles dão depoimento deles sobre a situação, sobre a perseguição que eles sofreram, e vocês registram esses o depoimento?

G. S. – Sim, são registrados.

A. S. – E estão disponíveis para quem quiser ouvir?

G. S. – O Nilson tem uma enorme quantidade de fita gravada. Ele fez muita entrevista.

A. S. – O Nilson Venâncio?

G. S. – Nilson Venâncio, ele fez muita entrevista com as pessoas. Ele entrevistou muita gente [inaudível 38:25].

D. P. – Mas isso é encaminhado para... Como que vocês fazem?

G. S. – Não, não é encaminhado, não. Isso aí é para o arquivo da ANAPAP.

D. P. – Da ANAPAP?

G. S. – Inclusive, o Nilson me falou que ele está pensando em organizar para fazer um trabalho, tipo um trabalho de.... Tipo uma comissão da própria ANAPAP para gerar um relatório de todas essas atividades. Ele até me falou que estava precisando de pessoas que pudessem ajudar e tal, não sei o quê. Aí eu falei: - “ Vamos ver aí se a gente conhece algumas pessoas disponíveis”. Tem algumas pessoas já se propondo para ajudar, mas nós precisamos, para um trabalho desse, de um grupo maior, não é? Para pesquisar lá... O material de pesquisa está lá, tem os arquivos e as gravações que o Nilson fez. De repente, se for preciso, chamar mais algumas pessoas para entrevistar e gerar um relatório para poder ser encaminhado. Ele falou para mim: - “Estou pensando em fazer um relatório para encaminhar para a Comissão do... Para a Corte Interamericana do OEA”, eu falei: - “ É uma boa encaminhar para a Corte Interamericana”. Porque...

D. P. – Mas esse material não foi para a Comissão da Verdade? Não foi para canto nenhum?

G. S. – Não. O Nilson nos entregou uma relação dessas pessoas lá... A Comissão da Verdade do Rio tomou muito depoimentos do pessoal lá de Caxias, alguns depoimentos. Mas os processos, lá na ANAPAP, a maioria está disponível na APERJ, porque as pessoas entraram, no Rio de Janeiro, com o pedido de reparação no Rio de Janeiro.

A. S. – Na Comissão do Rio de Janeiro?

G. S. – Do Rio de Janeiro! Então, o pessoal lá da [inaudível 39:59]-Rio teve acesso ao pessoal lá de Caxias, na própria APERJ, lá no... Só que, aqui no Rio de Janeiro, por exemplo, aí nesse processo de justiça de transição, foi criada a Comissão Estadual do Rio de Janeiro com a Lei n. 3.744. Criou uma lei estadual que estabelecia uma reparação para os presos do Estado, não é? No DOPS e órgãos do Estado. Isso inicialmente, quando a comissão foi criada, como sempre, criada por dois anos. Aí como sempre não há previsão de prorrogação. Quando o pessoal percebeu que precisava prorrogar, aí ela já estava próxima de terminar, mas mesmo assim ainda votaram na ALERJ, votaram uma lei aprovando a prorrogação. Só que a Rosinha vetou a lei, ela [risos] não autorizou a prorrogação da comissão. Bom, aí ficou paralisado. Quem tinha dado entrada, o processo rolou... O processo foi analisado, foi criada uma comissão, que ficou parada por um período, essa comissão ficou parada por um período, e nós tivemos que articular um movimento junto com a UMNO, com a ANAPAP, com MODAQ, com a STAP, com o Coletivo de Memória, Verdade e Justiça, vários grupos. Nós nos organizamos para pressionar o Governo do Estado a retomar a questão da discussão sobre os processos dos presos daqui do Estado do Rio de Janeiro, que estavam paralisados. Porque quando terminou o prazo que aprovou a prorrogação, a Rosinha vetou e ficou parado, acabou tudo, ficou paralisado. Nós fizemos um trabalho de mobilização, aí a cada 15 dias, nós íamos no Palácio Guanabara, um grupo de pessoas, e levávamos uma faixa aberta, na frente do Palácio, levávamos panfletos para distribuir na Pinheiro Machado para o pessoal que passava ali, com o manifesto nosso, que era desse movimento. Pressionamos, pressionamos e depois de muita luta, nós conseguimos que o Cabral recebesse a Comissão. Aí, o Secretário de Assistência Social e Direitos Humanos, começou... Retomou... Aí a Comissão foi reativada [inaudível 42:13]. E deu prosseguimento nos processos.

D. P. – Você estava nessa Comissão?

G. S. – Não, estava não. Eu estava na comissão de mobilização do Coletivo de Verdade, Memória e Justiça da ANAPAP. Aí, a comissão é composta por o pessoal da OAB, aí foi assim... Pela a Lei, a composição da comissão é OAB, CREMERJ, ABI, o Tortura Nunca Mais... Cada uma dessas entidades indicava um representante para compor essa

comissão, que era a comissão que julgava os processos que estavam lá. Bom e aí, a comissão foi recomposta, não é? E fizeram os julgamentos. Os processos que foram dados entrada, foram todos julgados. Terminou no ano passado, acabou, conseguimos manter. Só que aí, tinha muita gente que não entrou, porque não sabia. Quando foi aprovada essa lei, não houve divulgação quase nenhuma. Então, muita gente que foi presa, não sabia. Depois quando começou a dar entrada, a comissão já estava extinta. Então, nós botamos a carga em cima do Governo do Estado, no sentido que fosse reaberto o prazo, para que as pessoas que não deram entrada pudessem dar entrada. Isso está sendo feito, já tem uma nova... Nós já fizemos um esboço de uma nova lei, que foi discutido na Secretaria de Direitos Humanos da... Lá na Secretaria de Assistência Social, e depois ela foi para a Casa Civil, depois da Casa Civil ela tem que voltar para a ALERJ, para ser aprovada no critério da ALERJ, para poder voltar a reabrir o processo, dando direito as pessoas que não puderam entrar com o requerimento para que façam isso. Na época de quando a lei estava em vigor, e houve uma discussão, tinha uma proposta que era o seguinte: que se houvesse uma reparação, o valor variava de cinco mil reais a 50 mil reais. Aí, depois os participantes entraram em uma discussão: - “Vamos propor que haja... Vamos fazer uma média, que haja um valor igual para todos”. Aí teve o acordo. Ficou estabelecido que o era valor de 20 mil reais para cada pessoa, como reparação. Como isso foi há alguns anos, foi em 2000 e pouco, em 2001, 2002, faz tempo. Bom, agora... No projeto, que nós estamos apresentando, reajusta esse valor para 37 mil e pouco, porque aí você... Atualizando, não é? Então, isso está tramitando por aí, vamos ver se isso vai... Deve ser... Depende do Governo do Estado, não só do Governo, mas também depende muito da ALERJ, porque nesse período que houve essa discussão, os movimentos sociais se mobilizaram. Foram à ALERJ, discutiram... Eu fiz muito lobby, muito lobby no sentido, não lobby financeiro, mas lobby político, não é, para ganhar tempo para os parlamentares votassem na lei, votassem favorável. Isso aí era necessário fazer. Nós temos que retomar essa questão de pressionar a Assembleia Legislativa para que isso seja aprovado no voto, e novamente as pessoas dariam entrada nos pedidos, fariam requerimento de reparação, e nisso, volte a ter uma comissão julgadora, os... Que é sempre indicado pelas [inaudível 45:43] e os relatores fazem uma análise do processo e dão o parecer.

A. S. – E você, nesse momento de diálogo com os parlamentares, você encontrou resistência por parte de alguns deles com relação à reabertura da comissão?

G. S. – Não. Quer dizer, não cheguei a ter contato com muita gente, não. Nós procuramos, inicialmente, as pessoas que estão mais acessíveis a isso, que é a bancada do PT, do PSOL, essa galera aí do PDT, não é? Enfim, nesse aspecto, até que esses segmentos são favoráveis. Agora, esses setores mais reacionários [risos], nós não tivemos contato não. Mas de acordo com o andamento da carruagem, como se diz na gíria, talvez seja preciso até procurar alguns caras. Quando foi para aprovação da lei que criou a Comissão Estadual da Verdade, nós fizemos um corpo-a-corpo com todos os gabinetes. Não chegamos a falar com todos os parlamentares, mas falamos com uma grande parte, e os outros, nós íamos ao gabinete entregar o nosso documento, solicitando o apoio, o voto a favor, entregava para o chefe do gabinete para entregar para o cara. Não sei se o cara entregava ou não, mas nós fizemos isso em todos os gabinetes. Porque quando foi aprovada a lei estadual, que foi de autoria do Gilberto de Palmares, foi um cara que apresentou a proposta, mas o Gilberto, de forma politicamente correta, ele buscou parceria com alguns parlamentares. Então, ele colocou Paulo Ramos, Graça Mattos, quer dizer, um do PDT e agora PSOL, Luiz Paulo Correa da Rocha, que é do PSDB, e o Gilberto. Esses quatro... O projeto foi de coautoria desses quatro parlamentares. Aí já foi um...

D. P. – Uma maneira de abrir...

G. S. – De abrir mais! De ampliar. Aí começou assim. Quando o projeto entrou em pauta na Casa, para votação, no Plenário, o tal do filho do Bolsonaro apresentou 11 emendas no projeto. Significa que o projeto de lei que está em discussão, ele volta para as comissões para ser analisada as emendas. Ele fez isso de molecagem mesmo. E aí, as comissões rejeitaram as propostas dos. Que eram umas coisas absurdas. Aí ele retornou para o Plenário para ser votado. Para poder votar as rejeições das emendas. O Plenário votou e rejeitou as emendas. O Plenário ratificou a decisão das comissões em relação as emendas, rejeitou. Aí tinha que ter a votação para aprovação do projeto, só que começaram a esvaziar o Plenário. Aí eu já estava em contato com o Gilberto Palmares, e outros parlamentares, e eu perguntava: - “Quando vai estar em pauta?”, e eles: - “ Vai

estar em pauta em tal, tal dia...”. Aí, eu ia lá para a galeria com os companheiros da ANAPAP, da UMNO, o pessoal do Coletivo Memória, Verdade e Justiça para poder fazer pressão lá, mas eram poucas pessoas que iam lá. Eu tinha uma prerrogativa de ficar lá embaixo, porque como eu fui senador, o Gilberto dizia assim: - “Olha, o Senador pode vir para cá”, aí eu ficava lá, sentado na galeria [inaudível 49:07]. Depois eu [inaudível 49:08]. - “Vou ficar, vou ficar lá junto do pessoal. ”. Esse negócio, bobagem de tribuna de honra. Mas era assim. Então, demorou para aprovar o projeto, demorou, demorou....

A. S. – Quanto tempo ele ficou em tramitação? Entre a apresentação e datação?

G. S. – Ficou mais ou menos uns seis meses nesse negócio de... Que eles não davam quórum. No total dele, que ele foi apresentado até final, levou mais de ano, mas depois que ele estava pronto para ser votado, era só para votar, mas não conseguia, porque não tinha quórum. Porque aí o “Bolsonarinho” fazia discurso contra, e tinha outro cara lá, que era policial, que fazia discurso contra também. Pessoal do PT e do PSOL, a menina do PCdoB, a favor, caía de pau em cima dele, mas aí os evangélicos, aquele pessoal, todo mundo, esvaziavam o Plenário. Essa bancada de evangélicos também é outro bando de reacionário. Bom aí, não conseguia! Eu sei que até, finalmente, nós decidimos o seguinte: decidimos fazer um apelo ao Paulo Melo, que era o presidente da Assembleia Legislativa, que ele tem poderes para trazer a galera para votar e mandar um ofício para o Sérgio Cabral, para que ele oficiasse ao Paulo de Melo, para estar a bancada do PMDB, para poder votar. Aí, conseguimos assim, só na articulação política. Por pressão do Cabral, todo mundo, e nossa, acho que eles mandaram, para tal dia, o pessoal votar. Aí votou e aprovou. O Cabral sancionou a lei, e depois, foi em novembro só, em março que ele fez publicar no Diário Oficial o decreto nomeando o membro da comissão, essas coisas todas aí.

D. P. – Você esperava ser membro da Comissão?

G. S. – No início, eu estava só lutando para a promoção da comissão. Só que como eu me movimentei muito.... E aí tem um problema, quando foi para apresentar a escolha dos nomes, a publicação dos nomes, abriu tipo um processo, quase que um processo

seletivo, mais ou menos, lá na Subsecretaria de Direitos Humanos, o pessoal que quis. As entidades enviavam a relação de nomes para... Uma lista. Aí, o Coletivo fez uma relação de nomes e colocou o meu nome como proposta da comissão... Do Coletivo, não é? Aí, o [dúvida 51:28] fez também uma relação e colocou o meu nome na lista do [dúvida 51:32]. Aí o pessoal do Fórum Global fez uma lista e botaram meu nome. Então, foi chegando lá e falaram: - “Olha só, você vai ser indicado para a Comissão, porque toda lista que vem tem seu nome” [risos]. Meu nome estava ali, quase que uma unanimidade nas indicações. Aí, a CUT mandou um ofício para lá indicando meu nome, e os sindicatos bancários, metroviários, petroleiros mandaram ofício. Então, quer dizer, como chegou muito, muito ofício, e além do documento, fizeram um abaixo-assinado com trinta assinaturas de personalidades, apoiando meu nome, me dando indicação. Aí, acabou que eu fui indicado pelo... Eu fui representando os movimentos sociais, não é? Os outros foram porque são, tipo assim, Eny Moreira, que presidiu o CBA na Campanha da Anistia, foi preso político, trabalhou com o Sobral Pinto, o Eny Moreira que é uma figura muito conhecida, o Marcelo Cerqueira, que é outro figuraça conhecido aí também, militante da esquerda.... O Álvaro Caldas, que é um jornalista professor da PUC, preso político e tal, era do PCBR. Então, só figuras assim, não é? O Águeda Muniz, que é... A Nadine. que foi secretária da Comissão Nacional de Brasília, ela era secretária da [inaudível 52:47] da Comissão, aí veio para cá para ser membro. Então, foi assim. Nas comissões que foram criadas no Brasil, a Nacional não se fala, mas as Estaduais também, aí o pessoal falou assim, um negócio interessante: - “ Você foi a única pessoa de origem operária que foi indicada para as comissões, do Brasil inteiro. ”. Eu fui o único que.... [risos]

D. P. – É mesmo, é?

G. S. – É, fui o único. Todos os Estados... Se você ver todas as comissões são tudo compostas por advogados, professores universitários, um pessoal assim. Acho que, enfim, acho que devia ser um pouco mais dividida essa coisa, mas, enfim.... Mas é a visão academicista que tem no Brasil, porque a própria sociedade é assim, a visão é academicista. É um grave erro nisso, enquanto as pessoas não acabarem com essa visão, que não funciona, porque.... Tem pessoas que estão fora desse setor acadêmico, mas tem muita capacidade de fazer as coisas e não fazem porque não dão oportunidade. Então,

tem que acabar com essa visão acadêmica e tratar as pessoas com um campo mais horizontal, porque a coisa é muito verticalizada, e isso cria problema de representação. Então, tipo assim, quando o Milton Temer foi fazer a defesa do nome do Ernani Coelho para ser o suplente da Bené, quer dizer, ele externou a sua posição, sua visão preconceituosa, falou assim: - “Não, eu votaria no companheiro Geraldo Cândido, se fosse para ser representante da CUT. Agora, para ser parlamentar, eu prefiro o Ernani Coelho, que já foi também deputado e é engenheiro“. Tem uns caras tipo assim, entendeu? Depois, o Milton Temer, o pessoal do PT, da esquerda, caiu o pau em cima dele, o pessoal pegou ele, mas durante muito tempo, ele foi cobrado por isso aí. Depois a oposição é elitista, um cara tão difícil daquele. Nem a Bené, que é uma pessoa assim complicada, não fez um discurso tão idiota igual ao Milton Temer, quer dizer, não é idiota, é a posição dele mesmo. Não é idiotice, é posição política. Às vezes, tem pessoa que tem posição, mas não externa ela, sabe? Tem uma hora que o cara vai lá e põe para fora a sua verdadeira posição ideológica, posição política. Então, acho que foi isso assim. Aí eu fui indicado, e nós estamos tocando a Comissão. Fizemos um trabalho, que eu acho que é um trabalho razoável, dentro das nossas limitações, porque o Estado não nos deu infraestrutura para podermos trabalhar. Lá, nós estamos em um prédio da OAB. Se não fosse a OAB, nós íamos ficar onde? Sabe que o cara veio propor que a Comissão se instalasse em uma sala da APERJ, imagina que aquilo teria espaço para você montar uma Comissão da Verdade? Lá no APERJ, uma... Entendeu? A gente precisa de mais de uma sala, a gente precisa ter auditório, precisa ter computador, precisa ter... E não tínhamos. O Estado nos deixou com a brocha... Tirou a escada e ficamos segurando a brocha, não é? [risos]. Sem saber o que fazer! Aí, a OAB nos apadrinhou e cedeu sala, auditório, computador e ajudou muito! Depois, a Secretaria mandou umas coisas, mas até hoje, nós temos dificuldade. Nós solicitamos um carro para o deslocamento dos conselheiros, aí depois, disseram que tinha um carro para a Comissão, para os conselheiros se deslocar. Mas só que não tinha motorista, aí não adianta nada. Carro sem motorista não anda. Então, não adianta nada ter um carro sem motorista. Porque nós conseguimos criar Comissões da Verdade lá em Macaé, Niterói, Volta Redonda, Barra Mansa, Nova Friburgo, São João do Meriti, Duque de Caxias, São Gonçalo. Nós temos comissões em vários municípios, não é? Isso...

D. P. – Está gravando agora.

G. S. – Aí, estava falando o seguinte, que o Estado nos deixou praticamente sem nenhuma infraestrutura para poder fazer o nosso trabalho. Os conselheiros precisando se deslocar, para poder criar suas comissões e discutir. No ano passado, que foi 50 anos do golpe militar, a comissão fez uma agenda muito intensa, não é? Os meses de março e abril foram atividades aos montes, porque como havia nossa relação com as universidades, que tem sido nossos parceiros muito legais nesse processo, todas as universidades, e vocês também, a Fundação Getúlio Vargas, esses órgãos todos, a FAPERJ, todos esses... A nossa salvação foi isso aí, esses órgãos que nos ajudaram muito, porque tem infraestrutura, tem não sei o quê e tal. Compreenderam a importância da comissão e ajudaram, foram parceiros mesmo. Então, por conta disso, nós fomos convidados a participar de uma série imensa de debates, seminários, sobre a questão do golpe militar de 1964. Os conselheiros e alguns assessores tinham que se deslocar todos os dias, e às vezes até mais de uma vez por dia para poder participar das atividades. Eu, por exemplo, fui em tanto local. Eu fui em muitas das atividades, em colégios, tanto pelo subúrbio do Rio, pela Baixada fluminense, nas universidades, na Universidade Veiga de Almeida, na UFF, em Niterói, na UFRJ, na Unigranrio, naquela em Bonsucesso na praça da Nações, enfim, nós fomos assim... Em colégio, Pedro II, mas foi muito legal! Eu fiquei surpreso, sabe por quê? Porque a garotada, eu achava que eles não estavam interessados, mas eles se interessaram. Se bem que tem alguns professores também que eram parceiros nossos, os de história, principalmente, não é? Alguns porque eram militantes da esquerda, outros já foram, e continuam sendo simpatizantes. Esse pessoal mobilizou a turma, fez campanha, fez propaganda com a garotada. Então, tipo, no Colégio Pedro II, foi ótima a recepção. Os garotos prepararam peça de teatro sobre a ditadura, fizeram um monte de encenação, está entendendo? Faixa lá, aquelas faixas pretas com o nome dos alunos que foram mortos do Pedro II, cantaram o Hino, um monte de coisa. Foi muito boa as atividades, toda essa preparação que antecedeu as mesas de falação e tal. Tinha alguns professores das universidades, ou dos colégios, na mesa, junto comigo e tal. Então, nós fizemos muitos bons debates, e a garotada participou, e depois, inclusive, fizeram uma série de perguntas, se interessou em saber. Eu achei que foi muito bom. E nós fizemos uma no CIEP, em Duque de Caxias, que é um CIEP imenso, parece que tem mais de mil alunos ali. Fizeram uma semana inteira de

atividades sobre a questão do golpe militar. Fizeram painéis imensos, o CIEP estava todo pichado, entendeu? “Abaixo a Ditadura”, [inaudível 3:38], um monte de coisa, aquelas paradas de ordem, painéis para tudo quanto era lado, encenaram uma passeata carregando uma garota toda ensanguentada, abriram umas covas rasas e botaram os corpos lá dentro, fizeram um negócio impressionante. E depois um discurso muito bom, foi muito legal! Então, eu me senti até recompensado pela a receptividade da garotada, principalmente. Porque os adultos, uma parcela, a gente sabe que tem compreensão, mas a garotada na faixa de 16, 17, 18 anos, o pessoal do segundo grau, ter tido essa receptividade, nos recebeu muito bem e nos prestigiou. Não só porque ouviu, mas participou diretamente, foi muito importante... Nós fizemos isso em dois meses, mês de março, e aí o aniversário do golpe, no dia primeiro de abril, mas as atividades prosseguiram pelo mês de abril afora em muitos locais. Eu achei muito bom! Sem contar, na nossa agenda, também, o interior, onde tem as Comissões Municipais que também organizaram muitas atividades, e muitas vezes, nós nos deslocávamos para lá, para poder, junto dos conselheiros locais, fazer o debate com a sociedade ou com... Na universidade, na escola ou na faculdade, enfim, foi muito bom.

Eu acho que... Apesar da nossa dificuldade financeira, de material, nós conseguimos fazer um trabalho, aquilo que foi possível, nós fizemos, tanto porque nós tivemos apoio de muitas organizações, como também pelo esforço pessoal, o esforço de cada um de nós e da assessoria, que tem uma garotada muito boa, muito bons. Do ponto de vista, das pesquisas... Eles têm feito pesquisas com muita vontade, com muita profundidade, eles conseguiram descobrir muita coisa. Por exemplo, ultimamente, a pesquisa está sendo feita nos arquivos da CSN, em Volta Redonda, e CSN resistiu a... Não queria de jeito nenhum abrir os arquivos, e nós conseguimos, a nossa parceria ter sido boa com o Ministério Público. Então, em Volta Redonda, o Águeda Muniz, o procurador do Ministério Público e outro pessoal foram lá na CSN e pressionaram eles a abrirem o arquivo. E agora, o pessoal está fazendo as pesquisas, estão achando coisas incríveis lá dentro do.... Tem tudo que é lugar. O problema é que nós não temos acesso a todas as empresas, por exemplo, os arquivos FeNeMê, deve estar com uma fita ou se jogaram fora, não sabemos. Mas lá tem muita coisa, imagina só! O cara falou para nós, para nós não, o companheiro que foi lá na época, na FeNemê, depois do golpe, não é? Aí, chegou lá os agentes da ditadura, iam lá na fábrica, e tinham lá os caras que eram simpatizantes da repressão, que indicava os caras, que apontava as pessoas. Então, os agentes iam lá e

saiam com... Dentro da FeNeMê, que era uma fábrica imensa. Eu até estive lá algumas vezes, quando era FeNeMê ainda, eu ia até trabalhar lá, inclusive cheguei até fazer teste, mas depois eu não quis. Desisti de trabalhar na FeNeMê, chego até me. Na época, eu era mecânico de manutenção, não é? Então, tinha a possibilidade de trabalhar lá, era metalúrgico e tal, podia trabalhar lá, no setor de manutenção. Não sei por que eu desisti. Mas era um negócio imenso... Então, o cara saía, chegava dois agentes, ou três, da repressão, dizia: - “Aquilo lá é comunista”. O cara nem era comunista, era simpatizante, participava da reunião e não sei o quê. Porque esse negócio do cara ser tachado de comunista, naquela época era muito. Qualquer pessoa que fosse suspeito, alguns falavam até por má fé, outros falavam porque nem sabiam o que era, mas dizia que eram comunistas. Então, o cara era preso e ia para o “pau de arara”, e o cara não era nada disso, mas, enfim, teve muita covardia, muitas coisas foram feitas nesse sentido. Então, é um problema muito sério, mas a comissão teve, ainda por sorte, a prorrogação até o final do ano, até novembro desse ano. Acho por que representou tempo de, enfim, útil para a pesquisa foi pouco, não é? Porque foram 21 anos, pegando só a época ditadura, porque, na verdade, a lei que foi aprovada previa fazer o trabalho tendo como base 1946 até 1988, não é isso?

D. P. – Aí, vocês resolveram concentrar, não é?

G. S. – É, concentrar, porque não dava... O tempo é pouco, não é?

D. P. – Geraldo, vocês tinham uma divisão interna do trabalho? Como que ficou isso?

G. S. – Não, a nossa assessoria, junto com os comissários, prepararam um projeto de trabalho, fizeram um seminário, um plano de trabalho, mas não chegou a dividir assim, em tarefas específicas. Eu, por exemplo, coordenei a questão dos sindicatos, a questão sindical...

D. P. – A questão sindical ficou mais com você?

G. S. – É, o [“GT” dúvida 8:54] sindical ficou por minha conta, eu era o coordenador.

D. P. – Certo.

G. S. – O “GT” Dops também, alguma coisa assim, quer dizer, eu também era o responsável, junto com o Pedro e o Fábio, nós trabalhamos... Mas como, também, os comissários... Terem muita tarefa, não é? Muitas coisas, nós delegamos para o pessoal da assessoria, porque era justo que eles assumissem essa tarefa, porque eles também estão preparados, são qualificados e aprenderam muito nessa história. Quer dizer, eles evoluíram muito, evoluíram. Cada dia um suplente com o resultado, o retorno que eles têm dado, em termo de capacidade de fazer as coisas, de organizar. Isso para nós foi muito bom. Nós temos uma relação muito horizontal com a assessoria, muito horizontal. Eu falava: - “Esse trabalho aqui é um trabalho de equipe, esse é um trabalho de equipe.”

D. P. – Quando você diz “nós”, é só você ou você acha que os outros comissários também?

G. S. – Os outros tem, mas. Bom, eu não posso [risos]

D. P. – Eu sei... Você tem [inaudível 9:57]

G. S. – É, é... Os assessores acham... Acham, não é?

D. P. – Mas todos, todos, ou [inaudível 10:02]

G. S. – Não, mas, no geral, nós temos uma boa relação.

D. P. – É isso? Cada um tem um grupo de assessores, não?

G. S. – Não, não tem, não... As tarefas são, depende do que vai ser feito, aí os outros são indicados. Não tem grupo, assim, assessores específicos para...

D. P. – Mas, Geraldo, [inaudível 10:17], não tem, não?

G. S. – Não tem, não tem. É o seguinte, na questão sindical, a pessoa que sempre me acompanhou, sempre me ajudou a organizar o trabalho, foi o Vitor, mas ele tem outras tarefas também, não é? Ele fazia quando era necessário, por exemplo, nós organizamos uma audiência pública lá nos bancários, aí o Vitor e a Natália foram as pessoas que me acompanharam, para fazer todos os contatos, organizar, foram lá sindicato, organizaram o auditório local, o que precisava, essas coisas tudinho. Os convites... Essa tarefa, eles fazem... Nós delegamos para eles, eles tocam o barco. Depois a gente senta para avaliar, se está tudo certo, o que precisa mais, essas coisas assim. Então, não tem nenhum grupo de assessor específico só para aquele comissário, não.

D. P. – Sei. Agora, você falou que vocês têm plano de trabalho, não é? Vocês, a Comissão da Verdade daqui do Rio de Janeiro, no início, vocês montaram um plano de trabalho?

G. S. – Para o ano de 2014, não é?

D. P. – Sei.

G. S. – Agora, esse ano, foi feito um outro seminário, preparou um plano de trabalho para até, mais ou menos, no meio do ano, porque, dentro da previsão que nós temos para poder dar conta do relatório final, quer dizer, a partir do meio do ano em diante, menos tarefas, assim... Porque o pessoal vai se concentrar no relatório final, não é? E aí, com os projetos que estão com o pessoal da FAPERJ, tem vários grupos, pessoal da UFRJ, o pessoal daqui da Fundação Getúlio Vargas, vários grupos que estão fazendo esse trabalho, e vai tentar fazer um somatório para poder elaborar um relatório final, que deve terminar [risos] em novembro. Em novembro, tem que fechar, porque é o prazo que foi definido. Mas eu acho que fizemos audiências públicas boas, de boa qualidade, por exemplo: audiência dela na ALERJ, ela e a Lúcia Murat, foi... Até hoje o pessoal comenta. Foi fantástico! Foi um negócio emocionante. Mas tiveram várias audiências dos outros companheiros também, fizemos nos Bancários, nos Metroviários, fizemos nos Metalúrgicos. Essas audiências foram mais por setor, porque estão mais ligadas ao movimento trabalhador, não é? Eu que tive mais à frente dessas coisas lá para organizar, metalúrgico, metroviário, bancário, enfim, mas foi assim. Lá em Niterói, nós fizemos

audiência pública no Sindicato dos Operários Navais. Aí o Sindicato dos Operários Navais, eu tenho muita ligação com ele, por conta dos movimentos anteriores, até mesmo antes de 1964, porque o pessoal lá... O Benedito, aquele pessoal. Tem alguns ainda daquela época também, que estão hoje, são aposentados, mas ainda estão na ativa. A gente vai lá e... Tanto que eles me convidaram para fazer parte lá da Associação dos Operários Navais, eu falei: - “Mas eu não posso, estou impossibilitado, porque eu tenho muita tarefa, e não posso assumir mais uma tarefa. Não adianta só eu me inscrever como um...”. Quer dizer, porque quando eles me convidam para fazer parte, tipo assim, vai entrar como associado, depois vai fazer parte da direção, coisa assim, mas eu não posso. No caso, eu sou do Sindicato Metroviário, Associação dos Metroviários e Aposentados, eu sou o presidente da associação, sou o vice-presidente da ANAPAP, imagina só, sou membro do Coletivo Memória, Verdade e Justiça e sou conselheiro da Comissão. Isso aí, para uma pessoa com 75 anos de idade é muita coisa, é muita tarefa. Então, eu não tenho condições físicas para poder, psicológica talvez até tivesse, mas, fisicamente, eu não posso abraçar o mundo com as pernas, não é? Eu não tenho mais condições físicas para fazer esse monte de tarefas, estou fazendo ainda e que está muito... As tarefas estão muito além da minha capacidade. Estou tentando conseguir ainda dar conta do recado, mas eu sei que nós temos limites. A tendência, daqui para frente, é eu começar a pisar no freio, porque a gente sente o cansaço e tal. Eu queria falar um pouco, nós vamos terminar já... Então, em relação a minha geração. Então, eu digo o seguinte, a minha geração foi uma geração vitoriosa. Geração que lutou! Nós nascemos durante a Segunda Guerra Mundial. Essa geração, na época do Golpe Militar, da Ditadura, caiu tudo em cima das nossas costas. Você pode ver que os nossos companheiros que foram mortos, torturados, a maioria foi na faixa de 18 a 24 anos, a maioria desse povo aí, não é isso? Tinha alguns com a faixa etária maior, mas a maioria, você pode ver, tudo jovem de 20 anos. Então, nós que seguramos essa barra toda. Foi uma geração que se destacou nas artes, no cinema, na música, no teatro, em tudo, ela foi muito boa e muito importante. Tem as grandes figuras que até hoje ainda estão aí, não é? Da música, como o Chico Buarque de Holanda, aquele que é o compositor que eu mais admiro, é o Chico, está certo? [Risos]. No samba é o Paulinho da Viola, mas, no coisa... Entendeu? São fantásticos! O próprio Gilberto Gil, o Caetano, com todos os problemas, agora assim, mas foi um cara importante nesse movimento. Nara Leão! Eu fico pensando, outro dia estava ouvindo, de madrugada, a Nara Leão cantando “Pisa na

Fulô”... É muito bonito aquela voz suave cantando: - “Pisa na Fulô, pisa na Fulô”. Ou então cantando “Carcará”, de João do Vale. Aquela música fantástica. Então, essas coisas me emocionam muito, sabia? Porque foi uma geração que sofreu, sofreu mais que todos. Nós perdemos a batalha para a ditadura, mas nós não fomos derrotados, não. Nós fomos vencidos, sem ser derrotados. Aí, acabou que [inaudível 16:13] que a ditadura caiu. A ditadura caiu! Nós fomos vencidos, mas não fomos derrotados. Nós somos vitoriosos, porque a ditadura caiu, com o apoio da sociedade, que se mobilizou e ajudou. Apesar da gente ter sido vencido pelo grande aparelho militar, que existe nesse país, poderosíssimo, mas a nossa geração não... Entendeu? Não cedeu, não se acovardou, lutou, lutou, lutou muito, e eu fico muito feliz com essa geração. Grandes nomes do cinema, cinema novo, todo o pessoal dessa geração. A geração dos anos 40 foi uma geração de ouro no Século XX. Com todo respeito às outras gerações, mas foi a geração de ouro do século. Você pode ver, grandes nomes do cinema, da música, do Tropicalismo, da Bossa Nova. Eu só não gostava muito era de rock, eu não fui muito chegado, não. Até porque eu achava que o rock era o negócio do imperialismo americano. Isso não tem nada a ver, é um negócio cultural [inaudível 17:18], ou não. Eu tenho essa mania, que é..., mas mesmo assim, de qualquer maneira... Eu era jovem com 20 anos, 22 anos, e na época, tinha um programa, na rádio Mayrink Veiga, que acabou, a ditadura fechou a rádio e acabou. Nessa época, tinha um programa, aos sábados à tarde, o programa era “Hoje é dia de Rock”, o apresentador era o Jair Taumaturgo. O Jair Taumaturgo que era o apresentador desse programa. E depois fiquei pensando um negócio muito legal, a gente ia para lá com uns amigos, apesar de não ser muito simpático do rock, mas eu ia lá, porque junto com... Jovem é assim, vai tudo...

A. S. – Com os amigos... No grupo.

G. S. – No grupo, é, a gente ia para lá, muito legal. Essa galera assim, tipo, Roberto Carlos, Wanderléia, Ronivon, essa galera estava começando a aparecer no... Aí, eles estavam sempre por lá, pegar uma casquinha para poder se apresentar lá no show no “Hoje é dia de Rock”. Mas é um negócio muito legal. A rádio Mayrink Veiga era a rádio que apoiava o Brizola. E a rádio Mayrink Veiga foi a base do Campanha pela posse, em 1981, para o Jango tomar posse, não é? Cadeia da Legalidade...

D. P. – Em 1961.

G. S. – Em 1961. Foi a base, isso aí. E tinha aqueles programas, e tinha outro programa, domingo, chamado “O trabalhador se diverte”. O “Trabalhador se diverte” era muito legal, um programa de auditório, de calouro, mas era muito legal. O pessoal se divertia mesmo. Então, o programa tinha razão: o trabalhador se diverte, não é? [Risos]. Sem contar que tinha uns programas assim, um pouco mais de elite, mas que também era bom na época, era o programa do Cesar de Alencar, que era na Rádio Nacional. Aí, poxa, o auditório ficava lotado. O auditório era de graça, todo mundo ia lá para assistir. Aí, grandes cantores como, Jackson do Pandeiro, Jackson do Pandeiro e Almira, que era uma dupla muito engraçada, eles eram muito bons, não é? E tinha cantoras como Ângela Maria, essa galera que já foi. A maioria já foi, não é? Era a Marlene, Emilinha Borba, essa turma todinha, entendeu? Um pessoal que fez história naquele período. Eles eram o que estava na moda. Então, essas coisas todas... De vez em quando, eu fico lembrando: minha geração foi a que sofreu, mas lutou e fez história, e está aí até hoje. A gente vê aí alguns... São, tipo assim, como se fosse militante arrependido, tipo o Gabeira, o Daniel Aarão Reis, esse pessoal não conta mais. Já acabou. Acabou, estão fora do esquema, entendeu? Mas nós continuamos vivos e lutando, lutando e sempre dizendo: - “Nós temos que honrar a nossa geração. Tem que honrar a geração!”. Nós somos dos anos de 1940, batemos de frente com a ditadura nos anos de 1960, não é? Acho que valeu a pena lutar....

D. P. – Obrigada!

A. S. – Muito obrigada, Geraldo!

D. P. – Valeu mesmo! Valeu a pena te entrevistar, porque valeu a pena lutar!

G. S. – Muito bem!

[FINAL DO DEPOIMENTO]